

COOPERATIVISMO RURAL EM SÃO PAULO

(CONTRIBUIÇÃO AO CONHECIMENTO
DE SUA ESTRUTURA E POSIÇÃO)

TESE PARA OBTENÇÃO
DO TÍTULO DE MESTRE

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS
E CIÊNCIAS HUMANAS - USP

Ana Perina Rabelo de Arruda

1972



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS



O COOPERATIVISMO RURAL EM SÃO PAULO
(Contribuição ao Conhecimento de sua Estrutura e Posição)

Tese de Mestrado
apresentada junto ao Departamento
de Ciências Sociais

AQUISIÇÃO	DATA
ORIGEM	
VALOR	
REGISTRO 221453	I&A
Nº DE CHAMADA 334.6	
A817c te	Manliu

Anna Perina Rabelo de Arruda

São Paulo - 1972

O COOPERATIVISMO RURAL EM SÃO PAULO

(Contribuição ao conhecimento de sua Estrutura e Posição)

APRESENTAÇÃO

A crescente importância assumida pelo cooperativismo na economia agrária paulista, neste trintênio, levou-o a ser estudado, não só nos órgãos governamentais pertinentes, em vista de seus fins específicos, mas também, por cientistas sociais, desde os trabalhos pioneiros da Professora Diva Benevides Pinho, que o incluíram no rol dos objetos de pesquisa universitária. Esta monografia, portanto, representa mais uma entrada em campo já aberto em alguns rumos e variável profundidade.

Seu propósito, foi o de iniciar investigações de novos aspectos do cooperativismo rural em São Paulo, que viessem contribuir para o avanço de seu conhecimento.

Dentre os aspectos examinados, escolhemos os que se referem à estrutura e à posição que assumiu o cooperativismo em seu processo de crescimento no quadro econômico estadual.

Julgamos que, indicar as sucessivas posições e o desenvolvimento estrutural, já seria, por si só, uma contribuição na fase em que se encontram os estudos da mencionada instituição entre nós. Também nos pareceu

que esses dois aspectos, para serem esboçados, revelariam outros e, ainda, permitiriam incluir informações dispersas no contexto descritivo, dando-lhes adequada significação.

Tendo-se em vista que as condições de emergência e crescimento da instituição forneceria um conveniente ângulo para apreender os aspectos mencionados, adotamos a perspectiva histórica na realização da pesquisa e na exposição de seus resultados. Entretanto, não nos restringimos à história do cooperativismo paulista como um todo. Nossos conhecimentos anteriores do campo mostram ser conveniente considerar a diversidade das categorias de cooperativas. Suas diferentes finalidades e condições de aparecimento marcam sua história, estrutura, posição e composição dos quadros associativos. Não sendo possível tratar de todas elas nos limites deste trabalho, escolhemos quatro, que julgamos mais representativas, por suas características e importância no conjunto do cooperativismo. São as cooperativas Agrícolas Mistas, as de Crédito Agrícola, de Laticínios e de Cafeicultores.

Num primeiro passo, tomamos a linha de crescimento econômico do Estado, incluindo a do movimento imigratório, com o fim de localizar o ponto em que as condições favoreceram o efetivo aparecimento do cooperativismo, seu crescimento, diversificação, diretrizes estruturais legais, e ainda, a distribuição de suas unidades no território Estadual. A seguir, o mesmo esquema

expositivo foi retomado, sempre que possível, para a descrição de cada uma das referidas categorias de cooperativas, observando-se as peculiaridades que assumiram por força de vários fatores, como objetivos, condições de exercício das atividades e contingente humano. Nestas partes, também se mostram os tipos de produtos, seu volume e comercialização. Todavia, reservamos um capítulo para fixar a posição das cooperativas no quadro econômico, através da comparação do volume de gêneros produzidos no Estado, e o volume comercializado pelas cooperativas.

Como é geralmente sabido, cabe aos japoneses e seus descendentes o mérito de terem dado extraordinário incremento ao cooperativismo em São Paulo. Com o fim de averiguar qual a extensão desse fato, e possíveis alterações posteriores, realizamos um levantamento da composição étnica dos quadros associativos, cujos resultados indicam qual a contribuição de diferentes grupos étnicos, na criação e desenvolvimento das diversas categorias de cooperativas. Enfim, esse trabalho foi rematado com o exame das influências dos incentivos fiscais às cooperativas, o que, estimulando seu crescimento e diversificação, contribuíram para elevar sua posição no quadro econômico e promover, conseqüentemente, em muitos casos, uma expressiva complexidade estrutural.

Como foi inicialmente dito, o propósito desta monografia consistiu em investigar novos aspectos do

cooperativismo rural em São Paulo, como contribuição ao seu conhecimento. Tendo isto em vista, pesquisamos e elaboramos dados, apresentando uma descrição sistemática dos resultados obtidos. Algumas conclusões se encontram implícitas ou explícitas na dissertação, em decorrência da própria análise do material. Contudo, não é nosso propósito chegar desde já, a conclusões finais, vinculadas a interpretações globais do fenômeno cooperativista.

Nesta altura de nossos trabalhos, preferimos ficar nos estritos limites monográficos, deixando para momento posterior ensaios interpretativos, que propiciem incluir o fato num contexto explicativo maior.

Esta pesquisa foi realizada, fundamentalmente, com dados obtidos em fontes primárias de diversas espécies, entre as quais destacamos as seguintes:

- 1 - Arrolamento das cooperativas em funcionamento no Estado, distribuídas segundo as categorias;
- 2 - levantamento de dados dos balancetes das cooperativas;
- 3 - exame dos processos de instalação e dos estatutos das cooperativas;
- 4 - exame dos relatórios anuais das cooperativas;
- 5 - levantamento da legislação referente à organização das cooperativas, desde 1932;

6 - levantamento das leis referentes aos incentivos fiscais desde 1932;

7 - levantamento de dados variados na Biblioteca do Departamento de Assistência ao cooperativismo da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo;

8 - exame de materiais arquivados em diversas cooperativas;

9 - coleta de dados nas cooperativas, através de questionários, preenchidos por seus respectivos Diretores;

10 - entrevistas formais e informais com Diretores e Técnicos do Departamento de Assistência ao Cooperativismo e da Delegacia do Banco Central da República, Diretores e associados de cooperativas.

Nesta atividade de pesquisa, num período de mais de 3 anos, visitamos 194 cooperativas localizadas na Capital e Interior do Estado. Isto nos foi possível, graças aos meios fornecidos pela Secretaria da Agricultura do Estado, através de seu Instituto de Economia Agrícola e do Departamento de Assistência ao Cooperativismo, complementados por um auxílio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

Expressamos nosso agradecimento a essas instituições, assim como ao Dr. Rubens Araujo Dias, então Diretor Geral do Instituto de Economia Agrícola, ao Dr. Azor de Toledo Barros, então Diretor do Departamento de

Assistência ao Cooperativismo e ao Dr. Carlos Augusto de Almeida Filho, atual Diretor do Departamento de Assistência ao Cooperativismo, dos quais sempre recebemos apoio e estímulo em nosso trabalho.

Estendemos, ainda, nossos agradecimentos aos Diretores das Cooperativas e a todos que, de uma forma ou outra, nos prestaram sua contribuição.

Finalmente, ao Professor Dr. Aziz Simão, Livre Docente de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, que nos estimulou e orientou no longo caminho percorrido desde a coleta, processamento e análise dos dados até a organização e exposição dos resultados, externamos nosso mais profundo agradecimento.

CAPÍTULO I

EMERGENCIA, ESTRUTURA E ZONEAMENTO

DAS COOPERATIVAS

O cooperativismo brasileiro, surgiu posteriormente ao desenvolvimento deste sistema em muitos países da Europa⁽¹⁾ e este fato se deve, talvez, às nossas condições de desenvolvimento histórico, pois a indústria nacional teve o seu primeiro marcante período de desenvolvimento entre 1907 e 1925 e, posteriormente, o segundo grande surto industrial, coincidindo com a Segunda Grande Guerra.⁽²⁾ O maior número de cooperativas nacionais de consumo surgiu a partir deste período, ligadas às pequenas e grandes indústrias, onde o maior número de associados se constituiu, obviamente, de operários.

Relativamente ao cooperativismo rural, o Brasil teve também o seu desenvolvimento retardado, provavelmente porque fomos País escravocrata até há pouco

(1) Diva B. PINHO, COOPERATIVAS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, S. Paulo, 1962, pág. 172 e seguintes.

(2) Azis SIMÃO, SINDICATO E ESTADO, S. Paulo, 1966, págs. 14 e 15: "A partir de 1907, os censos permitem apreciar melhor qual foi o crescimento do número de estabelecimentos e a população neles ocupada. Entre este ano e 1920, a quantidade de empresas anotadas passou de 326 para mais de 4 mil; e o pessoal empregado, de 22 para 84 mil... Entre 1940 e 1944, instalaram-se 4 412 novas unidades industriais e, de 1945 a 1949, mais de 12 261, somando 16 673 em toda a década".

mais de 80 anos passados, em regime de exploração extensiva da terra. Dentro de tais condições, o cooperativismo agrícola não teve, já no começo do século, oportunidades de expansão, nem encontrou facilidade para o desenvolvimento de uma tradição cooperativista, como se verificou em países tais como: França, Bélgica, Suécia, ou Dinamarca, etc., ou países americanos como Estados Unidos e Canadá, ou em um país asiático como o Japão.

Segundo Diva B. Pinho "o cooperativismo é a doutrina que tem por objeto a correção do social pelo econômico, através de associações de fim predominantemente econômico, que são as cooperativas. Tal correção se assenta, principalmente, na promoção de um sistema que visa não só suprir seus membros de bens e serviços, como também, realizar determinados programas educativos e sociais". (3)

Cooperativas de produtores rurais, seriam, então, aquelas em cujo quadro associativo predominam os lavradores e pecuaristas. Estas organizações estão situadas nas cidades, em sua maioria, onde podem dispor do elemento humano para os trabalhos decorrentes da sua atividade, o que seria difícil em sítios ou fazendas.

(3) Diva B. PINHO, DICIONÁRIO DE COOPERATIVISMO, S. Paulo, 1961, pág. 213.

No Estado de São Paulo, foi com o aumento da imigração estrangeira, recebendo o incentivo da experiência alienígena, que o cooperativismo urbano e depois o agrícola começou a se desenvolver, tendo as primeiras cooperativas surgido quando a cafeicultura promovia condições favoráveis ao alargamento do mercado interno e ao primeiro surto industrial e multiplicação de centros urbanos. (4) Esta mudança econômico-social teve início em 1830, quando as grandes fazendas de café começaram a alastrar-se pelo Vale do Paraíba, desde os arredores do Rio de Janeiro, substituindo a mata virgem e trabalhadas com o braço escravo. No período entre 1850 e 1900, o Vale do Paraíba foi a zona que deu maior produção de café no mundo. Porém, já em 1880, as terras montanhosas e mal aproveitadas desta região estavam exauridas, as plantações cafeeiras davam baixa produção e, no começo deste século, os cafezais que foram plantados ao norte e a oeste da cidade de São Paulo, superavam em produção aquelas plantações ainda existentes no Vale do Paraíba.

(4) Cf. Azis SIMÃO, SINDICATO E ESTADO, S. Paulo, 1966, pág. 12: "Na última trintena do século, quase um cento de vilas foi erigido em cidade, correspondendo a mais da metade das sedes municipais existentes em 1920".

Este período de transição, em que a maior porcentagem da produção de café passa para as zonas norte e oeste da cidade de São Paulo, coincide, mais ou menos, com a Abolição, em 1888, quando as plantações cafeiras do Estado passaram a ser trabalhadas com o auxílio de imigrantes. Aumenta a migração para o Brasil, em direção à região cafeeira e pela Tabela 1, pode-se observar o número de imigrantes e respectivas nacionalidades, entrados no Brasil até 1934 e que se dirigiram para o Estado de São Paulo, onde foram absorvidos pelas fazendas de café.

O imigrante estrangeiro deixava seu país de origem rumo às fazendas de café, com base em contrato estabelecido entre o governo estadual de São Paulo - que subsidiava parte do pagamento da passagem - e a empresa de transporte marítimo. Uma porcentagem do subsídio era financiada também pelos fazendeiros necessitados de mão-de-obra, os quais, posteriormente, descontavam do salário do trabalhador imigrante.

De acordo com o estudo sobre o assunto, de autoria de Hiroshi Saito,⁽⁵⁾ foi durante o ano de 1908 que os japoneses vieram incorporar-se ao impulso imigratório para esta região do País, com a primeira leva de

(5) Hiroshi SAITO, O JAPONES NO BRASIL, S. Paulo, 1961.

trabalhadores constituída de 781 colonos contratados e 12 livres.

A imigração japonesa, no entanto, intensificou-se devido ao apoio introduzido pelo governo do Japão, que, a partir de 1926, passou á se encarregar dos problemas de transporte de seus patrícios, e, ao mesmo tempo, apoiá-los financeiramente. Ainda segundo o mesmo autor, extensas áreas de terras foram adquiridas pelo governo nipônico, equipadas com os melhoramentos exigidos e vendidas em prestações acessíveis aos imigrantes japoneses.

Pela tabela 1 pode-se verificar que o maior número de imigrantes japoneses entraram no período que vai de 1921 a 1934, quando de intensificou, também, a vinda para este Estado de imigrantes de outros Estados da Federação, e decaiu, no Brasil, a entrada de imigrantes europeus. (6) O volume imigratório de trabalhadores relativo às diversas nacionalidades que para cá se dirigiam, no entanto, se reduziu muito com a limitação impos

(6) Cf. José Francisco de CAMARGO, CRESCIMENTO da População no Estado de São Paulo e seus aspectos ECÔNOMICOS, Volume I, S. Paulo, 1952, pág. 230: "O movimento imigratório decresce a partir de 1926, caindo a 40 847 imigrantes o contingente chegado em 1928 no Estado de São Paulo. Suspende, este, nesse ano, as últimas subvenções para a imigração".

TABELA 1

ENTRADA DE IMIGRANTES NO ESTADO DE SÃO PAULO E NO BRASIL, ATÉ 1945 (*)

Período	E s t a d o d e S ã o P a u l o						Brasil	
	Total	Brasi- leiros	Italianos	Portu- gueses	Espa- nhois	Japoneses		Outros
1827- 86	53 104	413	20 968	13 353	1 347	-	17 436	628 449 (**)
1887-900	909 869	452	564 700	72 825	93 777	-	178 015	1 488 301
1901- 20	890 968	67 326	278 807	201 426	229 362	28 903	85 144	1 469 095
1921- 34	902 373	318 051	75 925	118 483	61 323	132 725	195 866	991 282
1935- 40	453 956	376 357	5 753	24 325	1 834	26 441	19 246	137 540
1941- 45	149 159	144 396	37	1 986	69	1 645	1 026	18 432
1887-945	3 306 325	906 582	925 222	419 045	386 365	189 714	479 297	4 104 650

(*) Camargo, José Francisco de. Crescimento da população no Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos. São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1952. 3v. (Boletim nº 153).

(**) Este total de 628 449 refere-se aos imigrantes entrados no Brasil desde o início do povoamento até 1886.

ta pelo governo estadual em 1934, e interrompeu-se quase completamente com a eclosão da Segunda Grande Guerra.

Ao mesmo tempo em que tais fatos aconteciam dentro da imigração para o Estado de São Paulo de trabalhadores europeus, em geral, e mais particularmente de japoneses, a lavoura cafeeira, cultura altamente capitalizada e de grande exigência de mão-de-obra permanente, promovia o povoamento, pois uma economia monetária de circulação mais rápida desenvolvia cidades interioranas equipadas pelo menos com o indispensável para o atendimento aos problemas mais prementes de saúde, educação e conforto.

Diferentemente do escravo, os colonos que trabalhavam nas fazendas de café, recebiam salário em dinheiro como pagamento pelo trabalho, podendo comprar os artigos de que se julgassem necessitados. Por essa razão, gêneros alimentícios que no período da escravidão não tinham procura, passaram a ser vendidos em grande quantidade e, com o dinheiro economizado, colonos que terminavam o período de contrato na fazenda, arrendavam ou compravam terras a prestação, tornando-se sítiantes independentes, o que mais uma vez aumentava a procura de produtos de consumo diário e artigos para a lavoura. Este período de transformação da economia paulista estende-se a partir de 1905. Já por volta de 1910, terras ainda não utilizadas,

cobertas de florestas virgens, que ladeavam as Estradas de Ferro Noroeste e Alta Sorocabana, foram divididas em lotes de 10 alqueires (24,2 hectares) e mais, sendo vendidas em prestações a colonos que haviam conseguido economizar no trabalho das fazendas. (7)

O número de pequenos sítios aumentava, ainda, com a subdivisão das fazendas em pequenos lotes que eram vendidos a preços razoáveis aos colonos, quando os proprietários destas fazendas de fraca produção seguíam a "marcha para o oeste", procurando aplicar seus capitais em terras mais rendosas. (8)

Deste fato se aproveitaram os japoneses, os quais - habituados em seu país de origem a cultivar pequenas áreas de terra, retirando delas o máximo de rendimento através do trabalho técnico especial - passaram a adquirir terras consideradas "esgotadas", situadas ao redor da cidade de São Paulo, onde desenvolveram, poste

(7) Zempati ANDO, PIONEIRISMO E COOPERATIVISMO, S. Paulo, 1961, pág. 15.

(8) Cf. Sergio MILLIET, ROTEIRO DO CAFÉ, S. Paulo, 1946, pág. 31: "A grande imigração... se decorre do próprio alastramento da cultura cafeeira e altera com rapidez a fisionomia demográfica das zonas onde penetra o café, atenua por outro lado os malefícios do "rush" para o oeste. Com efeito, as fazendas de fraca produção, largadas pelos proprietários à cata de terras mais rendosas, subdividem-se logo em pequenos sítios. A monocultura cede lugar à policultura e o imigrante, que soube ou pôde economizar, se instala".

riormente, um novo tipo de agricultura de abastecimento e de horticultura em grande escala. (9)

Foi dentro das condições aqui expostas em esboço muito rápido, durante a primeira trintena deste século, que se fundaram as primeiras cooperativas de produtores rurais do Estado de São Paulo, algumas das quais se mantêm em atividade até os dias atuais e citadas como das maiores e mais ativas do País.

As cooperativas rurais que deram início ao movimento, organizaram-se no setor do crédito agrícola, a partir de 1921⁽¹⁰⁾ com a fundação da Cooperativa de Crédito denominada Banco Agrícola de Pirassununga,⁽¹¹⁾ na cidade de Pirassununga, e em 1922 e 1925 com a organização do Banco Rural de Mogi-Guaçu e Banco Agrícola de Monte Mór⁽¹²⁾, respectivamente.

(9) Cf. Zempati ANDO, PIONEIRISMO E COOPERATIVISMO, São Paulo, 1961, pág. 15: "Antes da crise, a cultura do café constituía empreendimento que dava o máximo de lucro... A crise, resultante de dez anos de superprodução, colocou um ponto final à febre de formação de novos cafezais... Foi assim que a agricultura do Estado de São Paulo começou a entrar numa nova fase, com o surto da classe dos sitiantes..."

(10) Dados colhidos junto ao Departamento de Assistência ao Cooperativismo da Secretaria da Agricultura do Estado (DAC).

(11) Processo Jurídico nº 77/37, arquivado no DAC.

(12) Processo Jurídico nº 334/37, arquivado no DAC.

A partir de 1927, surgem também as primeiras cooperativas agrícolas mistas do Estado - Cooperativa Agrícola de Cotia, Agrícola de Registro, etc. - de liderança japonesa, algumas das quais se constituiriam, com o passar dos anos, em poderosas organizações nacionais.

As primeiras cooperativas de produtores rurais atrás citadas, foram fundadas e começaram a se desenvolver amparadas precariamente em Leis Federais e por algumas normas Estaduais. Porém, a partir de 1932, foram criados órgãos oficiais (13) para a difusão da doutrina cooperativista e amparo às cooperativas existentes. Data dessa época, portanto, o início da expansão do cooperativismo rural neste Estado, sua diversificação pelos diferentes ramos de atividades e, desde então, vem as cooperativas de produtores influenciando grandemente nas relações econômico-sociais do meio rural desta região do País. (14)

(13) Diva B. PINHO, COOPERATIVAS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, S.Paulo, 1962, pág. 175.

(14) Cf. Diva B. PINHO, idem, idem, pág. 175: "Paralelamente, desenvolve-se a atuação de órgãos cooperativistas de segundo grau (como a UNASCO, por exemplo, que mantém revista mensal com o mesmo título da entidade), do Centro Nacional de Estudos Cooperativos (criado em 1949, publica a revista bimensal "Arco-Iris"), bem como de órgãos oficiais, federais e estaduais (muitos dos quais editam periodicamente revistas, boletins, anuários), ou de outras organizações".

As normas fundamentais que tem orientado o cooperativismo rural paulista, têm sido ditadas pelo Governo Federal e, no período em que foi realizado este levantamento, o sistema cooperativista brasileiro tinha sua estrutura subordinada principalmente aos Decretos-Leis números 22 239 de 19/12/1932 e 581 de 1/8/1938. (15) De acordo com esses Decretos-Leis as cooperativas em geral estão classificadas, de modo normativo, em a) cooperativas de 1º grau (ou singulares); b) cooperativas de 2º grau, constituídas pelas centrais e federações e; c) as confederações.

Cooperativas de 1º grau podem ser organizadas "quando sete ou mais pessoas naturais, mutuamente se obrigam a combinar seus esforços, sem capital fixo predeterminado, para lograr fins comuns de ordem econômica, desde que observem, em sua formação, as prescrições do presente decreto". Estas cooperativas de 1º grau caracterizam-se por terem como associados pessoas físicas, porém, nas cooperativas da categoria agropecuária, assim como na das agrícolas mistas, também-são admitidas pessoas jurídicas como associados.

(15) BRASIL, LEIS, DECRETOS, ETC. Decreto nº 22 239 de 19/12/1932 que reforma as disposições do decreto legislativo nº 1 637 de 5 de janeiro de 1907, na parte referente à sociedades cooperativas. 6a. Edição. São Paulo, Secretaria da Agricultura, Departamento de Assistência ao Cooperativismo, 1959, 78 p. (Publicação nº 146).

Cooperativas de 2º grau, as chamadas "centrais", se constituem quando se reúnem como pessoas jurídicas várias cooperativas de 1º grau, as quais, assim reunidas, formam entre si um novo contrato de sociedade cooperativa. Estas são fundadas nas capitais dos Estados ou nos centros principais de zonas geoeconômicas, com o objetivo de promover a defesa de determinado produto ou produtos, em regra destinados à exportação. As cooperativas de 2º grau também tem admitido pessoas físicas em seus quadros de associados, sendo que, na categoria de agrícolas mistas admitem pessoas jurídicas cuja existência tinha por fim a prática da agricultura e da pecuária.

As federações (também consideradas cooperativas de 2º grau) são sociedades formadas pela reunião de cooperativas de 1º grau da mesma espécie e tipo. No Estado de São Paulo temos em atividade unicamente⁽¹⁶⁾ a Federação das Cooperativas de Cafeicultores, que congrega cooperativas de quatro Estados brasileiros.⁽¹⁷⁾ As federações têm por fim: a) organizar em comum os serviços das cooperativas federadas ou fruir outras vantagens ou interesses comuns; b) regular as transferências dos asso

(16) Em anos anteriores funcionou a Federação dos Plantadores de Mandioca, que atualmente está extinta.

(17) Estados associados da Federação das Cooperativas de Cafeicultores: São Paulo, Paraná, Espírito Santo e Santa Catarina.

ciados de uma para outra cooperativa federada; c) permi
tir, em casos especiais, que os associados de uma coope
rativa federada se utilizem dos serviços de outra, também
federada; d) manter um serviço de assistência técnica
permanente e de inspeção da gestão e da contabilidade
das cooperativas federadas; e) tutelar e representar as
cooperativas federadas perante os poderes públicos.

No entanto, apesar destes dispositivos, na
prática, legalmente, não existe distinção entre Centrais
e Federações e ambas visam os mesmos objetivos. Apenas
tem ficado estabelecido que, via de regra, as Federações
agrupem um só tipo de cooperativas, como por exemplo, a
Federação das Cooperativas de Consumo, Federação das Co
operativas de Laticínios ou Federação das Cooperativas
de Cafeicultores; e que as Centrais agrupem cooperativas
de atividades diferentes. Este critério, entretanto, é
arbitrário, pois temos no Estado de São Paulo a Cooperativa
Central de Laticínios e em Minas Gerais, com idênticas
funções, a Federação das Cooperativas de Laticínios.

Além das cooperativas de 1º grau (ou singu
lares), das cooperativas centrais e das federações, exis
tem, também, as confederações, que são sociedades forma
das por federações. As confederações tem por fim supervi
sionar as atividades das federações filiadas e defender
os interesses destas, no âmbito nacional ou internacional.

As categorias em que podem ser incluídas

as cooperativas é assunto regulado pelo Artigo 21 do Decreto-Lei Federal nº 22 239 de 1932, que dá a seguinte classificação exemplificativa:

- I - Cooperativas de produção agrícola.
- II - Cooperativas de produção industrial.
- III - Cooperativas de trabalho (profissional ou de classe).
- IV - Cooperativas de beneficiamento de produtos.
- V - Cooperativas de compras em comum.
- VI - Cooperativas de vendas em comum.
- VII - Cooperativas de consumo.
- VIII - Cooperativas de abastecimento.
- IX - Cooperativas de crédito.
- X - Cooperativas de seguros.
- XI - Cooperativas de construção de casas populares.
- XII - Cooperativas editoras e de cultura intelectual.
- XIII - Cooperativas escolares.
- XIV - Cooperativas mistas.
- XV - Cooperativas centrais.
- XVI - Cooperativas de cooperativas (federações).

O parágrafo único desse Artigo, entretanto, estabelece que "a classificação supra não exclui a possibilidade de se constituírem cooperativas de outra modalidade não incluída na enumeração, as quais serão consideradas de categoria indeterminada e assemelhada àquela

que oferecer mais aproximada analogia". De acordo com esta norma, foram sendo organizadas as cooperativas do Estado, e, conforme os dados do levantamento procedido junto aos arquivos do Departamento de Assistência ao Cooperativismo, ficou constatada a existência das seguintes categorias de cooperativas, que vigoravam na prática, até dezembro de 1964⁽¹⁸⁾:

- 1 - Agrícolas Mistas
- 2 - Agropecuárias
- 3 - Avícolas
- 4 - Cafeicultores
- 5 - Criadores de Suínos
- 6 - Fruticultores
- 7 - Laticínios
- 8 - Plantadores de Algodão
- 9 - Plantadores de Arroz
- 10 - Plantadores de Cana
- 11 - Plantadores de Mandioca
- 12 - Plantadores de Oleaginosas
- 13 - Plantadores de Trigo
- 14 - Sericicultores
- 15 - Vinícolas
- 16 - Eletrificação Rural

(18) Departamento de Assistência ao Cooperativismo da Secretaria da Agricultura do Estado de S.Paulo (DAC).

- 17 - Compras em Comum
- 18 - Consumo
- 19 - Caixas Rurais
- 20 - Crédito Agrícola
- 21 - Crédito Popular
- 22 - Pesca
- 23 - Produção Industrial
- 24 - Trabalho e Produção
- 25 - Administração Imobiliária
- 26 - Seguros
- 27 - Produtores de Açúcar e Alcool
- 28 - Produtores de Aguardente

Algumas destas categorias citadas deixaram de existir porque as cooperativas fecharam, como aconteceu com as de Plantadores de Mandioca ou de Seguros; porém, aquelas que se encontravam em atividade em dezembro de 1964, e que fizeram parte do presente estudo, estão arroladas no Apêndice 1. Do estudo dos documentos jurídicos destas organizações ⁽¹⁹⁾ e dos resumos mensais de suas atividades, ainda foi possível observar que a denominação das cooperativas rurais tem obedecido a três critérios:

(19) Estes documentos jurídicos constam do processo de inscrição de cada cooperativa do Estado, e são encontrados nos arquivos do DAC.

a) indicar a operação básica (ou setor básico) da cooperativa: como acontece com as Caixas Rurais e as de Crédito Agrícola, que tem funcionado unicamente com Secção de Crédito e as Cooperativas de Eletrificação Rural, que tem funcionado apenas na distribuição de energia elétrica; b) indicar o setor ou setores da agricultura nos quais a cooperativa opera: como se observa nas Avícolas e de Laticínios, Agrícolas Mistas e Agropecuárias; c) indicar a maior classe de agricultores que compõem seu quadro associativo, como se verifica com as categorias de Cafeicultores, Fruticultores, Plantadores de Algodão, Plantadores de Oleaginosas, Plantadores de Cana, Triticultores e Criadores de Suínos.

Dos três critérios atrás enumerados, no entanto, unicamente a denominação das categorias relativas a Caixas Rurais e Cooperativas de Crédito Agrícola especifica precisamente a operação básica da cooperativa e segue a orientação do artigo 21 em seus itens de 1 a 16; as demais categorias amparam-se na liberdade concedida pelo parágrafo único do citado artigo.

Outro fator a observar, é que muitas Cooperativas Agrícolas estão com a nomenclatura enquadrada no item 14 do artigo 21, isto é, são mistas. Mas nem todas funcionam realmente como mistas, embora seus estatutos o indiquem, pois para o total de 78 cooperativas agrícolas mistas em funcionamento no Estado, 68 funcionam

com o setor de compras em comum, enquanto 50 funcionam com o setor de vendas, concomitantemente ou não. Existem Cooperativas Agrícolas Mistas também com setor de crédito ou beneficiamento de produtos, porém estas constituem operações bem menos generalizadas em cooperativas não especializadas.

Este fato, relativo às Agrícolas Mistas, repete-se na maioria das cooperativas de produtores rurais, com exclusão, como já foi dito, das de Crédito, Caixas de Crédito e Eletrificação Rural.

Observe-se ainda, que não há diferença na estrutura das cooperativas Agrícolas Mistas e Agropecuárias, nem mesmo na composição dos membros associados pela natureza de suas atividades. O que se poderia apontar como novo nas Agropecuárias é o fato de algumas delas serem especializadas em laticínios⁽²⁰⁾ e neste caso, para uma classificação ordenada, deveriam estar incluídas na categoria "Cooperativas de Laticínios".

No entanto, existem também Cooperativas Agrícolas Mistas funcionando com seção de compras em comum (adubos, ração, inseticidas, artigos de consumo doméstico, etc.) e a seção de vendas em comum de um único

(20) No anexo 1, as cooperativas com a nomenclatura em quadrada entre as agropecuárias, mas que funcionam como cooperativas de laticínios, estão arroladas entre as cooperativas de laticínios.

produto, o leite. As Cooperativas de Laticínios, em sua maioria, funcionam com seção de compras e seção de vendas em comum de leite, ou leite e seus derivados.

Outro aspecto interessante a ressaltar é que, embora a maioria das organizações cooperativas façam constar em seus estatutos que operarão com vendas, compras, crédito, beneficiamento de produtos, etc., no entanto, por determinado período de sua existência, funcionam com vendas em comum exclusivamente, ou compras, sem atender, jamais, conjuntamente, ao proposto de início.

Esta particularidade é mais notada ainda ao se proceder o confronto entre os estatutos e a estrutura das mais antigas cooperativas de produtores rurais lideradas por japoneses e aquelas de quadro associativo formado por nacionais (este aspecto é visto no capítulo VII deste trabalho). As organizações fundadas por japoneses funcionaram sempre com as seções de compras, vendas e crédito, tendo os elementos dessa nacionalidade desde o início do movimento cooperativista entre eles, aderido ao tipo de cooperativa "integral". (21)

(21) Cf. Zempati ANDO, PIONEIRISMO E COOPERATIVISMO, São Paulo, 1961, pág. 40: "Por falta de um depósito, os lavradores estão sofrendo enormes prejuízos, não só nas mercadorias de venda como nas de compras. E isso não acontece só com os japoneses de Cotia. Onde quer que haja concentração de japoneses sucede a mesma coisa. Percebendo isso, o próprio governo japonês já se propôs a ajudar na construção de depósitos, mas até agora não se construiu nenhum digno de nota... intensificou-se o movimento em prol da forma (continua na página seguinte)

Através dessa análise é possível ter-se uma idéia da valorização e da habitual utilização que os agricultores japoneses faziam do crédito, através de suas cooperativas. Estas atitudes, no entanto, somente eram habituais e possíveis entre os nipônicos, como ver-se-á mais adiante, graças ao maior nível de instrução desses agricultores.

Dada a não observância estrita das normas estatutárias quanto à atividade dos diversos setores das sociedades cooperativas, para a realização deste trabalho de pesquisa - a não ser quanto às Caixas Rurais, Cooperativas de Crédito Agrícola e de Eletrificação Rural, cujos nomes já indicam as operações básicas - não foi possível saber (antes do levantamento prévio em todas as cooperativas ativas do Estado) quais as que operavam com o setor de vendas em comum, compras ou crédito.

Em realidade, dentro deste aspecto, é preciso, ainda, ressaltar que os agricultores em São Paulo,

-
- (21) ção de uma cooperativa... Idealizou-se então o depósito compulsório de 5% do valor das vendas de batata dos cooperados para formar o capital necessário às operações de compra. Esse depósito compulsório iria constituir o início do futuro serviço de crédito. E podia ser retirado, depois de atingir a soma de cinco contos, quando houvesse necessidade por motivo de doença na família... Não se tratando do chamado depósito para aumento de capital, mas graças a esse sistema pode a Cooperativa organizar os serviços de vendas e compras de maneira mais ou menos satisfatório.

historicamente, têm se reunido para realizar, conjuntamente, uma ou mais das seguintes operações:

- a) vendas em comum da produção;
- b) compras em comum de produtos agropecuários;
- c) compras em comum de artigos domésticos (consumo);
- d) beneficiamento e vendas em comum da produção;
- e) distribuição de crédito aos associados;
- f) distribuição de energia elétrica. (22)

Outras seções que tem entrado na estrutura de operações de uma cooperativa paulista de produtores rurais, como por exemplo, o caso de uma grande organização que proceda à industrialização dos produtos ou forneça assistência técnica (agrônomo, veterinário), médica, hospitalar, etc., tem estes setores como decorrência do desenvolvimento e enriquecimento da cooperativa, não existindo no Estado de São Paulo cooperativas rurais organizadas para outras operações além das atrás enumeradas.

(22) A distribuição de energia elétrica através de cooperativas, surgiu pela primeira vez, no Estado de São Paulo, através de uma Seção da Cooperativa Agrícola Mista de Registro. Porém, desde que o Estado se tornou produtor de energia elétrica e passou a vendê-la às companhias distribuidoras, incrementou-se a criação de cooperativas específicas para esse fim a exemplo do que há muito já vinha ocorrendo em países mais adiantados, especialmente nos Estados Unidos.

Para o levantamento e análise dos dados referentes aos setores básicos de atividade das cooperativas, como estas freqüentemente se destinam a mais de um fim, uma subdivisão por grupos de setores tornou-se difícil. Daí a necessidade de proceder-se primeiramente à divisão das cooperativas por categorias e em seguida subdividir estas categorias em setores, como pode ser visto na tabela 2. Com o propósito de que a exposição estivesse mais em função da realidade, neste trabalho foi utilizada a divisão em categorias vigente no Departamento de Assistência ao Cooperativismo da Secretaria da Agricultura deste Estado. Dentro das categorias em funcionamento (Agrícolas Mistas, Agropecuárias, etc.) foram apresentados os dados não somente dos setores básicos (compras, vendas e crédito), mas também de retornos e insuficiências, pois estes constituem os lucros ou perdas sofridos pelas cooperativas na atividade dos setores.

Na tabela 2, são apresentadas as categorias existentes com o número dos respectivos setores de compras em comum, vendas em comum e crédito, que funcionaram em 1964. Do exame dos dados contidos nessa tabela, vê-se que há certas categorias - Agropecuárias, Laticínios e Triticultores, por exemplo - em que as unidades funcionam com ambos os setores ao mesmo tempo (o de compras e o de vendas em comum) o que não acontece com todas as demais. Isso se deve, efetivamente, às características peculiares de cada cooperativa, cujos problemas

TABELA 2

NÚMERO DE COOPERATIVAS RURAIS DE 1º GRAU EM FUNCIONAMENTO NO ESTADO DE SÃO PAULO EM 1964

Categorias	Cooperativas	Setores			crédito
		compras em comum	vendas em comum		
Agrícolas Mistas	78	68	50	12	
Agropecuárias	20	15	12	-	
Avícolas	10	9	5	-	
Cafeicultores	24	19	23	-	
Fruticultores	7	2	7	-	
Laticínios	32	20	32	2	
Plantadores de Algodão	1	1	-	-	
Plantadores de Oleaginosas	2	2	-	-	
Plantadores de Cana	5	5	-	2	
Triticultores	1	1	1	-	
Criadores de Suínos	1	0	1	-	
Caixas Rurais	2	-	-	2	
Crédito Agrícola	37	-	-	37	
Eletrificação Rural	4	4	0	-	
	224	146	131	55	

Fonte: Departamento de Assistência ao Cooperativismo da Secretaria da Agricultura do Estado de

São Paulo.

exigem ou não a existência de um ou outro setor, ou ambos.

As cooperativas de laticínios, por exemplo, necessitam comprar, em conjunto, as rações para o gado, com o objetivo de alcançarem preços mais baixos e fornecimento mais regular. Necessitam, por outro lado, de um conjunto de instalações, para depósito e tratamento do leite, além da segurança constante de mercado para a colocação do produto.

Por outro lado, uma pequena cooperativa agrícola pode dar-se por satisfeita com um modesto armazem de compras, onde os cooperados podem se beneficiar com as isenções tributárias atribuídas à comercialização cooperativista, sem se envolverem nos problemas que a venda da produção sempre acarreta. Isto acontece, de modo geral, mas existem as exceções, como por exemplo a Cooperativa dos Criadores de Suínos, que, conforme da dos apresentados na tabela 2, não tem o setor de compras em comum, mas tem o de vendas.

Pela tabela 2, observa-se, também, o número de centrais que procedem à venda ou compra de produtos fora dos municípios onde estão localizadas as cooperativas associadas, assim como a Federação de Cafeicultores que abrange quatro Estados produtores de café: São Paulo, Paraná, Espírito Santo e Santa Catarina.

O setor básico mais disseminado entre as cooperativas de produtos rurais do Estado, é o de com.

pras em comum, com atividade em 146 cooperativas, entre as 224 que funcionaram em 1964 (tabela 2). Sua função principal consiste no fornecimento, aos associados, de mudas de plantas, sementes, adubos, inseticidas, máquinas e instrumentos agrários, bem como artigos de consumo doméstico e pessoal ou a compra, por conta dos sôcios, de quaisquer outros artigos que necessitem para suas lavouras.

O associado pode se beneficiar desta atividade cooperativista, pois é evidente que os preços dos bens de que se utiliza na produção, assim como daqueles que consome, são parcelas importantes na apuração da rentabilidade econômica dos empreendimentos. No anexo 2, pode-se observar a evolução, na importância em dinheiro, do volume em fornecimentos pelas cooperativas de produtores rurais nos últimos vinte anos. Os valores de 1944 e 1954, convenientemente corrigidos para 1964, dão boa idéia do grau de desenvolvimento das operações realizadas por este setor, demonstrando os índices em que se deu esse progresso.

A falta de algumas parcelas nas colunas referentes aos anos de 1944 e 1954 - principalmente - significa que tais cooperativas não operaram com o setor de compras nesses anos.

As cooperativas que possuem o setor de vendas em comum distinguem-se pelo fato de se organizarem para o comércio dos produtos colhidos ou elabora

dos por seus associados - lavradores ou criadores - e por eles trazidos à cooperativa para promoção da venda nos mercados de consumo ou de exportação. Na maioria dos casos, funcionaram e funcionam como mistas, quase sempre com vendas e compras. A presença dos dois setores tem a vantagem de aproximar o cooperado do mercado consumidor e do atacadista, eliminando o intermediário, tanto na venda da produção, como na aquisição de bens e utilidades para sua atividade ou consumo pessoal.

Esse tipo de cooperativa, na categoria das agrícolas mistas - onde são encontradas as maiores organizações com vendas em comum - deve sua disseminação ao grande número de imigrantes estrangeiros aqui radicados, principalmente japoneses, que assim buscavam o ajustamento entre a oferta e a procura. Como produtores isolados, os colonos imigrantes julgaram-se sem possibilidades de influir no mercado, em defesa de melhores condições para a venda de sua produção, na procura de níveis de preços mais convenientes. Associados dentro da cooperativa teriam, como grupo coeso, as vantagens do grande proprietário que possui resistência econômica e tem capacidade para defender-se em face às pressões do intermediário.

As categorias de laticínios e cafeicultores também concentram cooperativas com o setor de vendas em comum com grande movimento; porém, nestas, além da defesa de melhores preços, existe ainda a necessida

de de aprimoramento do produto, processo difícil de ser realizado pelos produtores individualmente. O anexo 3 dá uma medida bem aproximada do progresso apresentado pelas cooperativas de produtores rurais, durante os 20 anos analisados. Para este caso, assim como para as compras em comum (Anexos 2 e 3) os índices inflacionários foram aplicados convenientemente.

Pelo volume de negócios salientam-se as Agrícolas mistas, com mais de 74 milhões de cruzeiros e, pela taxa de crescimento, avultam as de Laticínios, com mais de 20 vezes em 1964 do que em 1944. A grande taxa de evolução das Cooperativas Avícolas (quase 40 vezes em apenas 10 anos) é excepcional e devida à multiplicação de entidades desse gênero, antes inexistentes. Por outro lado, a categoria de Fruticultores, que teve grande incremento de 1944 para 1954, quase desapareceu no fim do decênio seguinte.

Os anexos 4 e 5 apresentam os dados de retornos e insuficiências das cooperativas de produtores, durante os anos de 1944, 1954 e 1964. Retornos e insuficiências são nomenclaturas que correspondem aos lucros e perdas na contabilidade comercial corrente.

Se a mesma categoria apresenta retornos e insuficiências ao mesmo tempo, isso se deve aos resultados de cada cooperativa da categoria, umas melhor sucedidas que outras, por motivos que escapam a esta análise. Porém, o que se pode constatar pelas importâncias

das colunas referentes ao exercício de 1964, dos anexos 4 e 5, é que os retornos superam sempre as insuficiências, em qualquer das categorias. A categoria "Agrícolas Mistas", que apresenta Cr\$ 38.309,80 (1964) de insuficiências, corresponde às perdas sofridas por diversas cooperativas aqui incluídas; em compensação, apresenta também Cr\$ 814.909,01 em retornos, o que vem demonstrar que a distribuição de retorno aos associados da categoria, como conjunto, foi muito maior do que as perdas sofridas. O mesmo fato se repete com as categorias "Agropecuárias" e "Fruticultores", que também demonstram perdas e retornos no exercício de 1964.

Quanto à categoria de Laticínios, a diferença existente na soma de retornos distribuídos pelas cooperativas de 1º grau - regionais - e a Central, se deve aos seguintes fatores: 1) a maioria das regionais funciona com seção de vendas e compras em comum, e as duas seções distribuem retornos. A Central não possui seção de compras em comum, mas somente vendas; 2) no Estado de São Paulo, estão em funcionamento 32 cooperativas regionais de Laticínios, mas, destas, somente 15 são associadas da Central e comercializam o leite por seu intermédio. E, mesmo assim, entregam a Central a penas parte do leite recebido, pois o restante é vendido pela própria regional no município-sede.

Outro aspecto interessante a ser considerado, é o referente à dispersão das cooperativas de pro

dutores rurais pelas diferentes regiões do Estado. A localização dessas entidades, de modo geral, segue o traço das estradas de ferro, às margens das quais se desenvolveram as cidades surgidas com a fixação do povoamento promovido com a cultura do café. No entanto, é muito maior o número de cooperativas situadas na Capital e arredores e isto se deve ao fato de que, as cooperativas de produtores rurais, surgiram e se desenvolveram em sua maior parte, tendo como meta, o abastecimento deste grande centro. É possível ainda, fazer-se outra distinção, que consiste no zoneamento das cooperativas da categoria de Cafeicultores e das de Laticínios. Aquelas, agrupam-se em maior quantidade na região da Estrada de Ferro Mogiana, enquanto estas se distribuem, principalmente, pelos municípios do Vale do Paraíba.

Por outro lado, na região sul do Estado localizam-se apenas duas cooperativas. Esta região, a mais atrasada, pouco povoada e mal servida de estradas, escolas, hospitais e outros melhoramentos públicos, só recentemente, depois de inaugurada a Rodovia Federal Regis Bittencourt (rodovia São Paulo-Porto Alegre), passou a receber maior atenção das autoridades públicas, através da elaboração e aplicação de planos regionais de desenvolvimento. (23)

(23) Sobre a aplicação do cooperativismo nesta região do Estado, existe um estudo procedido por Diva B. PINHO, COOPERATIVISMO E PROBLEMAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL (continua na página seguinte)

As cooperativas de produtores rurais que constituíram objeto desta pesquisa, estão arroladas no apêndice 1, distribuídas por categorias (apêndice 1), onde se observa que a categoria composta pelo maior número de organizações e de associados é a das Agrícolas Mistas. Esta comporta 35 % das cooperativas de produtos rurais do Estado e 40 % dos associados, seguida pela de Crédito Agrícola, com 17 % e 33 %, respectivamente. Estas duas categorias, juntamente com a de Laticínios com 14 % das cooperativas e 10 % de cooperados do Estado, e mais a de Cafeicultores (11 % e 5 %), perfazem 77 % do total destas entidades em atividade em 1964, com 88 % de associados.

Devido ao destaque quantitativo representado pelo maior número de cooperativas e cooperados destas quatro categorias atrás citadas, e também pelo valor de seu aspecto qualitativo, representado pelo maior volume de negócios na comercialização agropecuária do Estado, estas organizações mereceram um relato mais por

-
- (23) NAL (1964), onde à página 178, diz o seguinte: "Do ponto de vista da valorização do homem o cooperativismo poderá desempenhar papel importante na Região do Ribeira: - quanto à formação técnica e profissional: mediante a difusão de cooperativas especiais de ensino agrícola na Baixada, de ensino da pesca no Litoral e de ensino de mineração no Alto Ribeira. Ou, então, o que é mais comum em nosso País, através da criação de seções experimentais em cooperativas de produtores".

menorizado, no presente trabalho, os quais formam os capítulos seguintes. As demais categorias tem o seu estudo relatado englobadamente.

CAPÍTULO II

COOPERATIVAS AGRÍCOLAS MISTAS

A mais antiga cooperativa da categoria Agrícolas Mistas foi organizada por um grupo de japoneses produtores de batata⁽²⁴⁾ residentes no município de Cotia, situado a 27 quilômetros da cidade de São Paulo. Ali foi fundada, por 83 lavradores de um núcleo de 100 famílias de arrendatários e produtores rurais, com o nome de "Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada dos Produtores de Batata em Cotia S/A". A denominação "Responsabilidade Limitada", seguida da expressão "Sociedade Anônima", deve-se ao fato de que, até 1932, na falta de dispositivos especiais, a única legislação que podia abrigar uma organização cooperativista, era a lei das sociedades anônimas. O nome da Cooperativa tam

(24) De acordo com H. SAITO, o núcleo de pequenos produtores japoneses de Cotia surgiu, quando os imigrados, entrados já em 1908, abandonando as fazendas para onde haviam se dirigido inicialmente, vieram trabalhar como plantadores de batatas em terras arrendadas ou compradas em Moinho Velho, localidade situada na então Vila de Cotia. Estas terras haviam sido desbravadas desde o Século XVII, mas eram imprastáveis para o café e a cana, e nelas ainda era praticada a lavoura cabocla, plantando-se feijão, milho, mandioca, etc., sem lavrar o solo, fazendo-se a plantação apenas com a derrubada da mata, retirando a madeira e procedendo-se a queimada. (Cf. Hiroshi SAITO, O JAPONES NO BRASIL, S. Paulo, ed. Sociologia e Política, 1961).

bem se justificava, pois, de início, somente produtores de batata participavam do quadro social desta entidade, porém mais tarde, com a adesão de outras categorias de produtores rurais, esta denominação foi mudada para Cooperativa Agrícola de Cotia.

Outro grande núcleo de japoneses, policultores, situado no Sul do Estado, na Colonia de Registro - atualmente município de Registro, então pertencente ao município de Iguape - fundava no ano seguinte, 1928, a Sociedade de Responsabilidade Limitada dos Agricultores em Registro S/A, com raio de ação limitado ao município de Iguape e seus vizinhos, Jacupiranga e Eldorado Paulista (ex-Xiririca). (25)

Na mesma época, grupos de japoneses localizados ao redor da Capital, citando-se os de Juqueri, Taipas e Morro Grande, todos se dedicando, como em Cotia, à cultura da batatinha, organizavam a Cooperativa Agrícola

(25) Na região do Vale do Ribeira, em 1913, já haviam começado a entrar os imigrantes japoneses para a Colonia de Registro, onde, até 1931, foram loteados 75 000 hectares de terra e nelas colocadas mais de 700 famílias. Os colonos recém-admitidos - nesta Colonia, a princípio, dedicaram-se às culturas de subsistência e depois à plantação de cana e produção de aguardente; no entanto, encontraram dificuldades nos meios de transporte. Apesar da estagnação geral que dominou a região por todo esse tempo, os pequenos proprietários japoneses da Colonia de Registro conseguiram organizar a Cooperativa Agrícola de Registro, que tinha em vista melhorar a comercializa-ção do chá, da sericicultura e da avicultura. (Cf. Hiroshi SAITO, idem, idem).

de Juqueri (que a partir de 1954 passou a se denominar Cooperativa Central Agrícola "Sul-Brasil"). Esta cooperativa situou-se inicialmente na localidade denominada Juqueri, à margem da estrada de Bragança, distante 35 quilômetros de São Paulo, e, juntamente com a de Cotia, vêm representando as duas maiores cooperativas de produtores rurais do Estado.

Porém, os imigrantes japoneses não haviam se restringido às zonas próximas de grandes centros como o eram Cotia e Juqueri, ou a zonas próximas do litoral como Registro, mas, dotados de grande mobilidade no espaço e, tendo como seu contexto principal a agricultura, haviam acompanhado a marcha das frentes pioneiras que seguiram as culturas de café.

E sucessivamente, após aquelas três cooperativas citadas, eram fundadas em diferentes núcleos japoneses: a Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada dos Produtores Agrícolas de Hirano, no município de Cafelândia; Sociedade Cooperativa Central Nipo-Brasileira, em São Paulo; Cooperativa Agrícola de Rastos e Cooperativa Agrícola Fazenda Tiete, esta última no município de Pereira Barreto, situado no extremo oeste do Estado. Todas estas organizações foram constituídas com associados exclusivamente de origem japonesa.

Até o ano de 1934, nas sete cooperativas fundadas na categoria Agrícolas Mistas, os japoneses con

tribuíam com 99,4% dos associados. (26) A partir desta época, no entanto, brasileiros começam a participar das cooperativas agrícolas que foram sendo organizadas e, finalmente, no fim da década de trinta e por toda a década dos anos quarenta, já eram organizadas cooperativas desta categoria por associados exclusivamente brasileiros ou de outras nacionalidades que não a japonesa. Assim, podem ser citadas: a Cooperativa Agrícola Mista de Assis Limitada, fundada em 1939; a Cooperativa Rural de Bataí e a Cooperativa Agrícola de Jundiá, organizadas em 1942.

As organizações desta categoria estão enquadradas nos artigos 21 e 35 do Decreto-Lei Federal nº 22 239/32, pois, de acordo com esta norma, "consideram-se cooperativas mistas aquelas sociedades que têm por objetivo um conjunto de operações que se enquadram nas atividades de duas ou mais categorias das mencionadas no artigo 21". Deste modo, as cooperativas agrícolas mistas, especialmente aquelas lideradas por japoneses, são mistas porque seguem o dispositivo antes citado, e são também mistas porque, em sua maioria, vendem a produção que o

(26) Por ordem de data da fundação foi a seguinte a relação de cooperativas Agrícolas Mistas, fundadas até 1934:

1 - Coop. Agrícola de Cotia	1927
2 - Coop. Agrícola mista de Registro	1928
3 - Coop. Agrícola de Juqueri	1929
4 - Coop. Agrícola mista de Cafelândia	1932
5 - Coop. Central Nipo-Brasileira	1934
6 - Soc. Coop. Agrícola de Bastos	1934
7 - Coop. Agrícola Fazenda Tiete	1934

cooperado lhe entrega, não importando a espécie.

Cooperativas Agrícolas Mistas, de modo geral, vendem café, frutas, verduras, cereais, algodão e outros. Na Seção de Compras em comum, são distribuídos artigos de consumo doméstico e implementos agrícolas, sendo que outros produtos que na Seção de Consumo não são encontrados, podem ser encomendados e o associado os receberá através da cooperativa. Na Seção de Compras em comum, no ano em que se processou este levantamento (1964), uma só cooperativa Agrícola Mista, a Agrícola Mista de Cotia, teve o seguinte movimento:

Adubos	Cr\$ 4.885.035,00
Rações	Cr\$ 8.078.383,00
Implementos Agrícolas	Cr\$ 848.108,00
Mudas e Sementes	Cr\$ 229.983,00
Sementes de Batatas	Cr\$ 792.341,00
Drogas Agrícolas	Cr\$ 2.384.175,00
Vasilh-Caixarias	Cr\$ 1.023.157,00
Vasilh-Sacarias	Cr\$ 1.511.590,00
Combustíveis	Cr\$ 842.511,00
Gên. Alimentícios	Cr\$ 3.062.934,00
Artigos Domésticos	Cr\$ 1.055.069,00
Faz. e Armarinho	Cr\$ 713.264,00
Mat. p/Construção	Cr\$ 1.079.081,00

Outras grandes cooperativas desta categoria, tais como, a Central Agrícola "Sul-Brasil" ou Central Agrícola de São Paulo têm também a mesma variedade nas compras.

Na Seção de Vendas, a Agrícola de Cotia,.

vende no mínimo 76 variedades de produtos que lhes foram entregues pelos cooperados, inclusive para exportação. Uma outra agrícola mista, a de Mogi das Cruzes, procedeu à venda, não só no município-sede, mas também nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, de 88 variedades de produtos, entre verduras, legumes, frutas, ovos, flores e mudas de cereja. Em ordem de valor, em cruzeiros e porcentagem, assim se distribuíram as vendas em comum destes produtos, por esta cooperativa:

<u>Produtos</u>	<u>Importância-Cr\$</u>	<u>%</u>
Ovos	1.235.495,00	51,66
Tomate	182.316,00	7,60
Batata	122.426,00	5,10
Vagem	114.219,00	4,76
Caqui	113.084,00	4,71
Cenoura	88.380,00	3,68
Repolho	56.808,00	2,67
Couve-flor	50.006,00	2,08
Pessego	44.324,00	1,84
Pepino	38.783,00	1,61
Batata-doce	34.964,00	1,45
Pimentão	31.023,00	1,41
Beringela	27.815,00	1,16
Cogumelo	27.132,00	1,13
Beterraba	26.664,00	1,11
Abobrinha	24.900,00	1,03
Uva	23.197,00	0,96
Ervilha	19.187,00	0,80
Goiaba	16.806,00	0,70
Mandioquinha	12.324,00	0,51
Diversos	106.351,00	4,43
		<u>100,00%</u>

Os produtos atrás arrolados, o foram apenas para dar uma idéia da variadíssima espécie com as quais lidam as cooperativas desta categoria.

Com o crédito, procede-se com a mesma facilidade. Adiantamentos são feitos em dinheiro, em artigos de consumo doméstico ou implementos agrícolas. A mesma cooperativa Agrícola Mista, antes citada como exemplo, fez a seguinte distribuição de créditos a seus associados, no período de 1963 a 1965:

Movimento da Seção de Crédito-Cr\$

<u>Meses</u>	<u>1964/65</u>	<u>1963/64</u>	<u>Aumento</u>	<u>%</u>
Julho	123.973,00	46.069,00	77.904,00	169,10
Agosto	126.792,00	49.292,00	77.500,00	157,23
Setembro	111.629,00	50.915,00	60.713,00	119,24
Outubro	122.079,00	65.373,00	56.705,00	86,74
Novembro	134.685,00	72.241,00	62.444,00	86,44
Dezembro	152.054,00	83.081,00	68.972,00	83,02
Janeiro	132.265,00	97.872,00	34.392,00	35,14
Fevereiro	145.549,00	85.495,00	60.053,00	70,24
Março	151.941,00	96.091,00	55.849,00	58,12
Abril	142.346,00	99.807,00	42.538,00	42,62
Maiο	138.564,00	106.945,00	31.619,00	29,57
Junho	132.468,00	115.240,00	17.228,00	14,95%

As grandes cooperativas agrícolas mistas, possuem equipes de técnicos - economistas, agrônomos e outros - os quais orientam os cooperados para o plantio de produtos de maior resultado econômico. Ou, ainda, estas cooperativas possuem granjas e estações experimen

tais, onde fazem cruzamentos, seleção e aclimação de aves, de espécies mais lucrativas de frutas, verduras e legumes. Os resultados destes experimentos são difundidos e distribuídos entre os associados para o desenvolvimento da produção em ritmo comercial.

No entanto, o fator a ser ressaltado neste capítulo, é a grande quantidade de japoneses, agrupados dentro das cooperativas da categoria Agrícolas Mistas; pois os demais aspectos, inclusive este relativo à nacionalidades, ou outros tais como o volume ou a porcentagem dos vários produtos vendidos por estas organizações, serão vistos em detalhe nos capítulos subsequentes.

CAPÍTULO III

COOPERATIVAS DE CRÉDITO AGRÍCOLA

O crédito cooperativo, como visto, constituiu a primeira categoria de cooperativas de produtores rurais surgidas no Estado de São Paulo, com a fundação das cooperativas denominadas Banco Agrícola de Pirassununga (em 1921), Banco Rural de Mogi-Guaçu (1922) e Banco Agrícola de Monte Mór (1925).

O crédito distribuído através dessas organizações associativistas visava desempenhar, junto aos produtores rurais, importante papel no atendimento às pequenas operações de financiamento, pois grande parte da nossa produção agrícola era originária da atividade de pequenas empresas particulares, as quais só poderiam expandir suas atividades com o produto de pequenas operações creditícias, proporcionais às suas produções. Esta modalidade de crédito já constituía, indiscutivelmente, importante fator no soerguimento econômico de trabalhadores rurais e urbanos em diversos países europeus, proporcionando-lhes fontes de recursos financeiros por meio da canalização da pequena economia inativa e obtenção de suprimentos financeiros nas organizações de maior vulto, abrindo-se-lhes acesso às técnicas modernas de produção e criando condições para melhorar seu padrão de vida. O crédito cooperativo teve grande aceitação naqueles meios,

donde seu florescimento e disseminação para as demais partes do mundo.

No Brasil, as primeiras experiências de implantação do crédito cooperativo, no início deste século, estão ligadas ao desenvolvimento da agricultura em pequena escala, quando alguns precursores começaram a defender a idéia de que somente através do cooperativismo poder-se-ia fomentar e organizar, efetivamente, a nossa produção agropecuária. Estes fatos, aliados à experiência cooperativista trazida por lavradores europeus e asiáticos - que por esta época, em grandes correntes imigratórias, aqui se radicaram - resultaram na intensa pregação cooperativista, tanto rural como urbana.

Em 1932, com o primeiro dispositivo legal disciplinador e incentivador, o decreto-lei federal número 22 239, ordenou-se a estrutura das organizações cooperativas já em funcionamento ou que viessem a se organizar. A partir da vigência deste decreto-lei, também outros Estados da Federação montaram seus dispositivos de orientação, incentivo, controle e fiscalização, tal como aconteceu em São Paulo, com a criação do Departamento de Assistência ao Cooperativismo. Esse Decreto-Lei fixa, em relação ao cooperativismo de crédito, as seguintes disposições, entre outras:

- 1) tem por objetivo proporcionar a seus associados crédito e moeda por meio da mutualidade

e da economia, mediante uma taxa módica de juros, auxiliando de modo particular o pequeno trabalho em qualquer ordem de atividade na qual ele se manifeste, seja agrícola, industrial, comercial ou profissional, e acessoriamente, podendo fazer com pessoas estranhas à sociedade, operações de crédito; (27) 2) pode revestir na prática, várias modalidades, entre as quais se compreendem os tipos clássicos das caixas rurais Raiffeisen, bancos populares Luzzatti e Secção de Crédito das Cooperativas Mistas; 3) os empréstimos, descontos e aberturas de créditos são concedidos exclusivamente aos associados; 4) o reembolso, nos empréstimos que não são de curto prazo, será sempre feito por pagamentos parcelados, indicando a obrigação da dívida, quando única, as diversas épocas de amortização, ou, quando várias sejam as obrigações, corresponderá cada uma delas a cada parcela de amortização, juros inclusive.

As normas atrás citadas, se aplicam de modo geral a todas as cooperativas de crédito, quer

(27) Cf. Artigo 30º do Decreto-Lei Federal nº 22 239, de 1932.

agrícolas, urbanas ou caixas rurais, podendo todas elas terem associados agricultores e não agricultores, com eles realizando operações normais, desde que atendidas as normas estatutárias e legais. Quanto ao atendimento destas, é preciso salientar que, a designação "Banco Popular", historicamente, vem ligada à idéia de cooperativismo de crédito urbano - com capital social dividido em pequenas quotas - em contraposição à designação de Caixa Rural, que implica a não existência de capital social. É evidente, porém, que os empréstimos por cooperativas rurais, urbanas ou caixas rurais, só podem realizar-se dentro das normas gerais e específicas que regem o assunto. Os empréstimos creditícios com finalidade agrícola ou pecuária, durante o exercício de 1964, (28) período a que se refere esta pesquisa, foram orientados pela Lei 3 253 de 27 de agosto de 1957, que criou a cédula rural, orientou a utilização da promissória rural e outras providências correlatas. No entanto, por entrevistas informais

(28) Até o ano de 1964, as normas fundamentais que orientavam o crédito cooperativo, estavam contidas nos Decretos-Leis 22 239/32 e 581 de 1938, os quais definiam e especificavam suas atribuições, estabeleciam seus limites de ação e o subordinavam a órgãos controladores e orientadores. Com o advento da Lei 4 595 em 1964, que começou a vigorar em 1965, nova estrutura foi dada ao sistema financeiro do País tendo sido introduzidas modificações naqueles decretos, especialmente quanto à subordinação e ao controle dos órgãos creditícios cooperativistas, anteriormente atribuídos a repartições do Ministério da Agricultura e Superintendência da Moeda e do Crédito - SUMOC.

feitas durante a elaboração deste trabalho, sabe-se que o instrumento mais utilizado para a concessão dos empréstimos nas cooperativas de crédito foi a nota promissória simples.

No Estado de São Paulo, o crédito cooperativo, desde o seu início, esteve representado por cooperativas de "responsabilidade limitada" e cooperativas de "responsabilidade ilimitada". Cooperativas de responsabilidade limitada são aquelas onde os associados respondem solidariamente em favor das responsabilidades assumidas pela cooperativa, até o montante do capital subscrito em quotas. Portanto, estas organizações têm capital. Cooperativas de responsabilidade ilimitada são aquelas onde os associados, ao se inscreverem, passam a responder com a totalidade de seus bens em favor dos compromissos assumidos pela cooperativa. São sociedades constituídas sem capital. Dentro destas duas grandes categorias, o crédito cooperativo agrícola no Estado é encontrado nas seguintes modalidades: a) Caixas Rurais Raiffeisen (sociedades de responsabilidade limitada); b) Cooperativas de Crédito Popular e Agrícola Luzzatti (responsabilidade limitada); c) Cooperativas de Crédito Agrícola (responsabilidade limitada); e d) Seções de Crédito das Cooperativas Mistas (responsabilidade limitada).

Estas diferentes modalidades podem constituir-se, ainda, como cooperativas de primeiro e segundo

do grau. De primeiro grau são aquelas cujo quadro social é constituído apenas por associados individuais, ou pessoas físicas. São consideradas de segundo grau as cooperativas centrais e as federações de cooperativas, que têm por objetivo financiar a produção agrícola por intermédio das cooperativas, caixas rurais, bancos agrícolas municipais ou diretamente aos agricultores. No cooperativismo de crédito não há, no Estado de São Paulo, federações específicas, havendo apenas cooperativas centrais (de segundo grau), constituídas por organizações cooperativas de diferentes espécies e admitindo, outrossim, a existência de associados individuais. Neste trabalho, as cooperativas de segundo grau estão agrupadas juntamente com as de primeiro, sendo possível distinguí-las apenas pelo termo "central" incluído no nome.

Caixas Rurais Raiffeisen, também chamadas cooperativas de responsabilidade ilimitada, têm suas bases financeiras constituídas, como ficou explicado, pela totalidade dos bens dos seus sócios e pelo Fundo de Reserva. Com a garantia real oferecida pelos bens imobiliários dos sócios e escudada pelos padrões de honestidade dos mesmos, a Caixa levanta fundos em outras instituições de crédito para, reforçando os recursos provenientes dos depósitos em contas correntes, fornecer empréstimos aos seus associados. Das sobras (lucros) verificadas anualmente pelos balanços, 80% são destinados ao Fundo

de Reserva, que assim vai sendo formado. O restante das sobras - geralmente 20% - é aplicado segundo critério da Assembléia Geral, nunca havendo retorno aos associados.⁽²⁹⁾ A área de atividades deste tipo de cooperativa é restrita, obedecendo aos mesmo critérios das cooperativas Luz zatti.

As caixas rurais de responsabilidade i limitada foram idealizadas por Raiffeisen⁽³⁰⁾ na Alemanha, onde tiveram grande difusão a partir de 1870. Organizaram-se, então, como associações tipicamente de pequenos agricultores, estimando-se que existam hoje "cerca de 15 000 caixas rurais Raiffeisen naquele país."⁽³¹⁾

O raiffeisianismo, no Brasil, teve grande desenvolvimento no Estado do Rio Grande do Sul, em virtude da radicação ali, de imigrantes alemães e italianos. De acordo com o Relatório da Cooperativa Central das Caixas Rurais "tipo Raiffeisen da União Popular do Rio Grande do Sul, havia 62 Caixas Rurais Raiffeisen naquele Estado em 1964, com o seguinte quadro de movimento:

(29) Cf. Artigo 6º, dos Estatutos da Caixa Rural de Parai buna.

(30) Cf. Diva B. PINHO, DICIONÁRIO DE COOPERATIVISMO, São Paulo, 1961, pág. 40.

(31) Waldírio BULGARELI, TRATADO GERAL de Crédito Cooperativo, Rio de Janeiro, 1962, pág. 65.

Fundo de Reserva	Cr\$	187.358,30
Total dos Depósitos	Cr\$	2.116.662,30
Número de Depositantes		65.986
Total de Empréstimos	Cr\$	1.563.060,80
Número de operações de empréstimos		17.710
Valor médio dos empréstimos	Cr\$	88,70

O número de associados nessas organizações gaúchas atinge 61.614, sendo 98,98% de brasileiros e 1,02% de estrangeiros. E, ainda, 75,37% eram agricultores e os demais elementos urbanos. Destas Caixas Rurais, federadas à poderosa organização que é a Cooperativa Central das Caixas Rurais do Rio Grande do Sul, 57 estão localizadas nesse Estado, enquanto cinco se localizam no Estado fronteiriço de Santa Catarina.

No Estado de São Paulo, foram encontradas apenas duas Caixas Rurais Raiffeisen, com o montante de empréstimos de Cr\$ 268.384,44, num confronto com a enorme soma de Cr\$ 1.563.060,84 apresentada pela Central Rio-grandense. No Estado de Santa Catarina, no entanto, existem atualmente em funcionamento seis Caixas Rurais, segundo relação oficial fornecida pela Diretoria de Organização da Produção da Secretaria da Agricultura desse Estado.

As duas Caixas Rurais existentes no Estado de São Paulo e que continuam em atividade, estão lo

calizadas na região denominada Vale do Paraíba: a Caixa Rural de Paraibuna, fundada em 1929 e a de Garatinguetã em 1931. Foram criadas por tempo determinado (30 anos, prorrogáveis) com ação limitada ao território do município e os empréstimos são concedidos aos sócios, exclusivamente para aplicação em finalidades previstas nos seus Estatutos. Para melhor esclarecimento transcrevemos os dispositivos fundamentais da Caixa Rural de Paraibuna, os quais definem claramente este tipo de sociedade de Crédito:

Artigo 129: "A sociedade constitui-se sem capital nos termos do Artigo 309, parágrafo 39, letra "a" do Decreto Federal 22 239 de 19 de dezembro de 1932; e os sócios não são obrigados a fazer entrada alguma de dinheiro, pelo fato de sua admissão".

Artigo 79: "A sociedade tem por fim principalmente fornecer a seus membros que sejam solváveis e dignos de crédito, e somente a eles, os capitais necessários à exploração de suas lavouras, criações e produções e facilitar o exercício de sua profissão. Os empréstimos só poderão ter lugar para certo e determinado fim julgado útil e reprodutivo pelo Conselho de Administração, sendo absolutamente proibidos os empréstimos para consumo".

Artigo 21º: "A responsabilidade dos sócios é ilimitada, respondendo cada um de per si, solidariamente, com todos os bens, pelos compromissos sociais".

Artigo 14º: "Os lucros verificados anualmente pelo balanço serão repartidos da seguinte forma: 1º) 80% para o fundo de reserva; 2º) 20% para ser aplicado a juízo da assembléia geral."

Artigo 15º: "Em caso nenhum a sociedade distribuirá dividendo a seus membros".

Artigo 16º: "O fundo de reserva é destinado a reparar os prejuízos eventuais da sociedade".

Artigo 17º: "Quando esse fundo atingir a uma quantia tal que com os seus juros possam cobrir as despesas gerais da sociedade, a taxa de juros dos empréstimos baixará de maneira a ficar igual à taxa de juros que se pagar pelos depósitos".

Artigo 6º: "A sociedade tem também por fim receber em depósito, a prazo fixo, ou em conta corrente, dinheiro a juros, não só dos sócios como de pessoas estranhas à sociedade".

O número de Caixas Rurais no Estado de São Paulo se manteve estável desde a década de trinta,

quando foi fundada a segunda cooperativa deste tipo. Es
tas duas organizações têm-se mantido em atividade, sendo
que o seu número de sócios subiu, de 711 em 1944, para
867 em 1954 e 1 194 em 1964. Os empréstimos também cres-
ceram num total de Cr\$ 4.358,00, Cr\$ 8.418,20 e
Cr\$ 268.384,44 nos três anos citados.

Os demais dados obtidos através de ques-
tionários respondidos por estas Caixas Rurais, referentes
ao exercício de 1964, são os seguintes:

- empréstimos a agricultores	Cr\$	258.593,66
- número de operações		1 902
- valor médio dos empréstimos	Cr\$	136,00
- - empréstimos a não agricultores	Cr\$	9.790,80
- número de operações		90
- valor médio dos empréstimos	Cr\$	108,80
- depósitos de cooperados	Cr\$	1.515.591,84
- depósitos de não cooperados	Cr\$	490.017,64
- fundo de reserva	Cr\$	12.740,80

Os prazos para os empréstimos feitos pelas Caixas Rurais
foram, nesse ano, geralmente mais dilatados que aqueles
concedidos pelas cooperativas de Crédito Agrícola, tendo
à de Guaratinguetá feito operações a noventa dias e a 180
dias, na mesma proporção, ao passo que a de Paraibuna fez
a 180 dias quase a totalidade das suas operações. O ins

trumento utilizado para a concessão desses créditos em Guaratinguetá foi a "nota de crédito rural"⁽³²⁾ em 100% das operações, e, em Paraibuna foi utilizada a "promissória rural".⁽³³⁾

Outro aspecto abordado neste estudo sobre as Caixas Rurais Raiffeisen do Estado, foi o do tamanho das propriedades pertencentes ou trabalhadas pelos associados, nesse mesmo ano. Abaixo é dada a distribuição por classes, dessas propriedades, segundo sua área em hectares. Acentue-se que a maioria dos associados (92%) possui a terra que trabalha é apenas 8% constituem-se de arrendatários, dentro do total da área de 97 600 hectares.

(32) O crédito concedido pela nota tem privilégio especial sobre os bens discriminados no Artigo 1563 do Código Civil, podendo ter o prazo mínimo de três meses e o máximo de três anos. A "nota de crédito rural", constitui uma modalidade de cédula de crédito rural, que é uma promessa de pagamento em dinheiro, sem ou com garantia real cedularmente constituída. A nota de crédito traz a indicação da finalidade ruralista a que se destina o financiamento concedido e a forma de sua utilização.

(33) A "promissória rural" constitui promessa de pagamento em dinheiro, assegurado pela consignação dos bens ou do seu equivalente em espécie. Goza das garantias da letra de câmbio, e em caso do desaparecimento dos bens ou equivalentes, gozará dos privilégios enumerados no Artigo 1563 do Código Civil (Lei número 3 253 de 27-8-57).

Classes	Hectares		Área total da classe (34) em hectares	Propriedades na classe	Número de:	
	1 a 2	2 a 3			Proprietários	Arrendatários
1	De 1	2	11,0	9	9	-
2	De 2	3	31,3	13	12	1
3	De 3	5	127,7	30	28	2
4	De 5	10	386,3	52	45	7
5	De 10	20	1.498,1	99	96	3
6	De 20	30	2.464,5	100	84	16
7	De 30	50	6.084,8	150	135	15
8	De 50	100	10.974,9	153	142	11
9	De 100	200	17.781,4	124	118	6
10	De 200	300	10.756,2	44	40	4
11	De 300	500	11.831,5	30	28	2
12	De 500	1 000	14.095,4	20	19	1
13	De 1 000	3 000	1.848,0	1	1	0
14	De 3 000	a mais	19.709,1	3	2	1
15	Área, indiscriminada		-	266	-	-
Total			97.600,2	1 094	759	69
Porcentagens					92	8

Sócios não agricultores ou indiscriminados: 366

(34) Na divisão das propriedades em classes foi adotado o critério vigente na Divisão de Economia Rural da Secretaria da Agricultura do Estado.

As cooperativas de Crédito ou Bancos Populares do tipo Luzzatti, que são de "responsabilidade limitada", tiveram sua origem na Itália, organizadas por Luizi Luzzatti, a partir de 1864. Diferentemente das Caixas Rurais, que exigem responsabilidade solidária e ilimitada dos associados, as cooperativas de crédito tipo Luzzatti se distinguiram pela existência de "capital social", dividido em quotas partes acessíveis a todas as bolsas" e "responsabilidade pelos compromissos da Sociedade, limitada ao valor das quotas partes do capital que o associado se obrigou a realizar." (35)

No Estado de São Paulo, em 1964, encon

-
- (35) Cf. Diva B. PINHO, DICIONÁRIO DE COOPERATIVISMO, São Paulo, 1961, pág. 29: "Bancos Populares do tipo Luzzatti-... Inspirados nas cooperativas de crédito de Schulze-Delitzsch apresentam, porém, algumas modificações. Suas características principais são as seguintes:-
- adotam o princípio do "Self-help", embora admitam a ajuda estatal. Esta, porém, deve ser supletiva, desaparecendo quando a sociedade estiver em condições de resolver por si mesma seus problemas;
 - seguem a máxima: "convertire in capital l'onestā", a fim de criar em torno da sociedade uma atmosfera moral de confiança: - não remuneram os administradores da sociedade". Cf. idem, pág. 186: "Segundo Schulze as principais características das cooperativas de crédito são as seguintes: a) destinam-se, sobretudo, a classe média urbana (artesãos, comerciantes, pequenos patrões) mas não tem caráter de organização classista, permitindo a participação de todas as categorias econômicas; b) adotam o princípio de "self-help", recusando auxílios do Estado ou de caráter filantropico. Desse modo, o capital da sociedade é constituído pelos próprios associados através de quotas-partes; c) o fundo de reserva é limitado, geralmente, a 10% do capital subscrito; d) o lucro é distribuído entre os sócios sob forma de dividendo; e) os sócios respondem de modo solidário e ilimitado pelos negócios da sociedade".

tramos uma única cooperativa de crédito agrícola tipo Luzzatti, localizada no município de Bauru. Sua base financeira é constituída pelo Capital e pelo Fundo de Reserva. Aquele é formado de pequenas quotas, subscritas e realizadas pelos associados. Das sobras líquidas apuradas pelo balanço, são deduzidas as seguintes porcentagens: a) 10% para o Fundo de Reserva; b) Juros de 6% ao valor realizado das quotas partes; c) 1% para o Fundo de Desenvolvimento. O restante é devolvido aos associados (como retorno), na proporção das operações que efetuaram por intermédio da Cooperativa⁽³⁶⁾; nas operações de crédito agrícola, terão sempre preferência; a) os empréstimos e descontos de menor valor; b) o crédito pessoal sobre o de garantia real; c) as operações de curto prazo.

A área de atividades da cooperativa é limitada a um distrito ou município, podendo constituir-se de áreas de distritos confinantes, desde que formem uma unidade geoeconômica. Com referência à evolução da Cooperativa de Crédito Agrícola Luzzatti sediada em Bauru (Banco de Crédito Agrícola de Bauru Ltda.), fundada em 1959, foram colhidos os dados que vão transcritos na tabela número 3. Alguns aspectos devem ser ressaltados do exame dessa tabela, que apresenta dados da única cooperativa de crédito agrícola tipo Luzzatti existente no Estado de São Paulo. O primeiro deles, é o substancial crescimento do seu qua

(36) Cf. Estatutos do Banco de Crédito Agrícola de Bauru Ltda., Artigo 14 e parágrafos.

TABELA 3
EVOLUÇÃO DA COOPERATIVA DE CRÉDITO AGRÍCOLA LUZZATTI
DEZEMBRO/1964

Banco de Crédito Agrícola de Bauru Ltda. - Anc da Fundação: 1959

a) Anos	1 960	1 962	1 964
b) Número de Associados	709	1 048	1 866
c) Capital: Cr\$			
Subscrito	6 610	8 605	14 321
Realizado	3 432	6 708	14 321
d) Depósitos Cr\$			
De cooperados	61 985	567 351	1 916 761
De não cooperados	36 061	391 751	1 186 225
e) Empréstimos a Agricultores			
- número de operações	182	608	568
- valor total Cr\$	11 759	95 356	116 389
- valor médio Cr\$	65	57	205
f) Empréstimos a não agricultores			
- número de operações	162	480	2 103
- valor total Cr\$	11 128	67 640	257 320
- valor médio Cr\$	69	141	122

FONTE: Quadro organizado com dados extraídos do Departamento de Assistência ao Cooperativismo da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo.

dro social; em segundo lugar, o crescimento do seu capital, paralelo ao do número de associados; e por último, o grande vulto percentual dos depósitos de não cooperados, que representa uma fonte adicional de recursos para empréstimos.

Numa análise de outro tipo de cooperativas, as de Crédito Agrícola simples, vê-se que este tipo obedece às normas comuns às cooperativas em geral, sem a caracterização da responsabilidade ilimitada das Caixas Rurais Raiffeisen ou do capital social dividido em quotas partes de pequeno valor dos bancos populares tipo Luzzatti.

As cooperativas de Crédito Agrícola, que englobam o maior número de cooperativas de crédito do Estado, são organizações de responsabilidade limitada ao valor das quotas partes do capital que o associado se obrigou a realizar, podendo estas quotas serem de maior ou menor valor, de acordo com as possibilidades do associado. (37) Sua base financeira é formada pelo capital e pelo Fundo de Reservas; aquele é subscrito e realizado

(37) Artigo 30 do Decreto 22 232, de 1932: "Cooperativas de crédito tem por objetivo principal proporcionar a seus associados crédito e moeda, por meio da mutualidade e da economia, mediante uma taxa môdica de juros, auxiliando de modo particular o pequeno trabalho em qualquer ordem de atividade na qual ele se manifeste, seja agrícola, industrial, comercial ou profissional e, acessoriamente, podendo fazer com pessoas estranhas à sociedade, operações de crêdito passivo e outros serviços conexos ou auxiliares de crédito".

pelos sócios, enquanto as reservas vão sendo constituídas com partes das sobras (mínimo de 10%) apuradas em cada exercício financeiro, sendo que o restante - deduzidas outras reservas e provisões legalmente obrigatórias - é distribuído aos associados, a título de retorno, na proporção do movimento anual de cada um.

O quadro social deve ser constituído por um mínimo de 60% de agricultores, os quais têm que provar essa qualidade. As cooperativas de crédito agrícola e cooperativas de crédito popular e agrícola Luzzatti, possuem estrutura financeira e organização muito semelhantes. Os resumos dos dados relativos à evolução do número de cooperativas de crédito do Estado, são apresentados na tabela 4, de 1944 a 1964, assim como o número de sócios, capital subscrito e realizado e valor total dos empréstimos concedidos pelas mesmas. Pela mesma tabela vê-se que, somadas as cooperativas sediadas na Capital e no Interior, relativas a 1944, temos 19 organizações que, comparadas ao total de 36 cooperativas existentes em 1964, representam pequeno aumento. Porém, é significativo o aumento do número de associados, que nos anos citados, na Capital e Interior, passaram de 8 154 para 37 897.

Em relação ao exercício de 1964, fez-se um levantamento minucioso nos balancetes das cooperativas, tendo-se constatado grande disparidade, principalmente nas porcentagens de empréstimos aos associados

TABELA 4

DADOS REFERENTES AO MOVIMENTO DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO AGRÍCOLA DO ESTADO DE SÃO PAULO, EM
 FUNCIONAMENTO NOS ANOS DE 1944, 1954 e 1964

	Cooperativas sediadas na Capital		Cooperativas sediadas no Interior	
	1944	1954	1944	1964
Número de Cooperativas	3	1	16	23
Número de Sócios	2 382	291	5 772	7 775
Capital em Cr\$				
Subscrito	498,6	4 135,4	10 153,7	28 426,9
Realizado	425,9	1 024,9	6 002,3	23 671,5
Empréstimos em Cr\$	480,1	939,5	3 830 916,0	30 991,3
			101 832,3	11 369 772,9

FONTE: Quadro organizado com dados obtidos no Departamento de Assistência ao Cooperativismo da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo.

agricultores e a não agricultores, sendo esses dados relacionados separadamente, para melhor se conhecer o grau de assistência dada ao agricultor por aquelas sediadas na Capital e pelas do Interior do Estado de São Paulo. As entidades existentes na Capital do Estado em 1964, estão arroladas na tabela incluindo dados referentes ao seu capital subscrito e realizado, bem como o número de associados de cada uma.

Alguns dados referentes ao movimento financeiro das Cooperativas de Crédito Agrícola da Capital, estão relacionados a seguir, tendo sido extraídos de seus balancetes, referentes ao exercício de 1964:

- empréstimos a agricultores	Cr\$	106.233,00
- número de operações		513
- valor médio dos empréstimos	Cr\$	207,10
- empréstimos a não agricultores	Cr\$	3.724.683,10
- número de operações		3.991
- valor médio dos empréstimos	Cr\$	933,30
- depósitos de cooperados	Cr\$	24.925.882,70
- depósitos de não cooperados	Cr\$	16.085.158,50
- retorno a distribuir	Cr\$	19.371,20
- insuficiências	Cr\$	35.325,30

Do exame dos dados atrás citados, podemos destacar dois pontos importantes: a enorme discrepância entre os empréstimos feitos a agricultores e a não agricultores e o grande volume representado pelos depôsi

tos de não cooperados. O primeiro reflete, em parte, a não observância estrita das finalidades dos órgãos cooperativos sediados na Capital, cujo maior volume de empréstimos deveria ser feito a agricultores. Atente-se ainda ao fato de que algumas cooperativas também se dedicam ao crédito popular e industrial, além do agrícola.⁽³⁸⁾ Em relação aos depósitos de não cooperados, deixamos para comentá-los mais adiante, juntamente com os comentários de depósitos das demais cooperativas de crédito.

Quanto às insuficiências - prejuízos ou perdas anuais - apresentadas pelas cooperativas de crédito agrícola da Capital (Cr\$ 35.325,30) também são muito maiores que as do Interior, proporcionalmente.

Os dados abaixo são referentes às cooperativas de crédito do Interior do Estado, que se achavam em funcionamento em 1964, relativos ao movimento de empréstimos e depósitos nesse ano, bem como os seus resultados:

(38) Além do total de Cr\$ 106.233,00 em empréstimos a agricultores, por cooperativas da Capital, tivemos, ainda, em relação a 1964 a importância de Cr\$ 604.652,30, em 692 operações, cedidas a agricultores, pelos seguintes Bancos Populares, sediados na Capital: Banco de Crédito da Metrôpole, Cooperativa Banco de Crédito Popular Sorocabano, Sociedade de Crédito Popular da Capital Bandeirante, Banco Econômico de São Paulo S.A. - Cooperativa de Responsab.Limit., Cooperativa de Crédito Popular da Capital Bandeirante - Sociedade Responsab.Limit., Cooperativa de Crédito Popular de Catanduva.

- empréstimos a agricultores	Cr\$ 6.629.325,70
- número de operações	23.228
- valor médio dos empréstimos	Cr\$ 285,40
- empréstimos a não agricultores	Cr\$ 4.740.447,30
- número de operações	23.724
- valor médio dos empréstimos	Cr\$ 199,80
- depósitos de cooperados	Cr\$ 41.092.056,40
- depósitos de não cooperados	Cr\$ 37.569.724,50
- retorno a distribuir	Cr\$ 50.582,40
- insuficiências	Cr\$ 7.949,40

É preciso ressaltar alguns pontos: 1) as cooperativas de crédito agrícola, sediadas no Interior do Estado, apesar da exigüidade do capital - cerca de 430 mil cruzeiros - forneceram financiamentos a agricultores num total de Cr\$ 6.629.325,70, além dos Cr\$ 4.740.447,20 fornecidos a não agricultores; 2) o valor médio de cada empréstimo a agricultor foi de Cr\$ 285,40. Observe-se, ainda, que o baixo valor médio dos empréstimos, está relacionado ao curto prazo pelo qual são concedidos. (39) Outro fator a considerar é a

(39) Cf. Waldirico BULGARELLI, TRATADO GERAL DE CRÉDITO COOPERATIVO, Volume, S.Paulo, 1965 - pág. 367: "As operações praticadas pelas cooperativas de crédito devem revestir-se de uma série de cautelas, e de prudentes medidas, afim de evitar-se a caracterização do estado de iliquidez. Para assegurar-se uma perfeita mobilidade dos recursos da cooperativa (capital próprio e capital alheio) evitando-se o (continua na página seguinte)

evidência, apurada em inúmeras entrevistas informais, de que a grande maioria desses financiamentos destina-se à comercialização dos produtos.

Nesta pesquisa também foi levantado, junto às 15 Cooperativas de Crédito Agrícola do Interior, inclusive as duas Caixas Rurais Raiffeisen, a destinação dos empréstimos feitos em função do financiamento de alguns produtos apresentados abaixo, referente ao ano de 1964. A maioria dos financiamentos abaixo arrolados, assim como a maioria dos empréstimos das cooperativas de crédito do Interior é dada pelo prazo de 90 dias, mas há casos, como o da Cooperativa de Crédito Agrícola e Popular de Grama Ltda., (São Sebastião da Gra

(39) risco da excessiva imobilização, algumas regras práticas são apontadas: a) evitar a imobilização de capital; b) manter determinada proporção entre o ativo e o passivo; c) conhecimento perfeito das condições do meio, devendo em casos de crise recorrer, extraordinariamente, ao redesconto, ao crédito de aceite, e como último recurso, à concentração bancária.

No seu emprego não deve a cooperativa esquecer-se da origem de seus recursos, a qual poderá determinar as condições de sua colocação, pois, provindo a maioria dos recursos de "depósitos à ordem" deve ter a cooperativa, como princípio básico, manter a mobilização desses recursos, empregando-os de forma a se manterem disponíveis a curto prazo. Necessitará a cooperativa muita cautela para conciliar as possibilidades com o seu objetivo, procurando sempre observar: a) que o emprego dos fundos seja feito com a maior segurança; b) que os empréstimos concedidos sejam proporcionalmente repartidos em aplicações a curto, médio e longo prazo, em relação aos depósitos a vista ou a ordem e a prazos fixos".

<u>Produtos ou atividades</u>	Empréstimos feitos pelas Cooperativas de Crédito Agrícola do Interior - <u>ja</u> neiro/dezembro/1964
Pecuária	Cr\$ 398.208,00
Cana	Cr\$ 287.223,00
Algodão	Cr\$ 280.109,00
Arroz	Cr\$ 220.212,00
Amendoim	Cr\$ 203.471,00
Café	Cr\$ 202.791,00
Milho	Cr\$ 160.301,00
Feijão	Cr\$ 68.029,00
Laranja	Cr\$ 39.362,00
Batata	Cr\$ 18.376,00

ma) e do Banco de Crédito "Vale do Mogi Sociedade Cooperativa" (município de Leme), onde o limite de 180 dias foi o mais utilizado no ano de 1964.

De acordo com as respostas dadas a este mesmo inquerito, o instrumento mais utilizado foi a nota promissória, seguida, em utilização bem mais reduzida, pela nota de crédito rural.

Finalmente, o último setor de crédito cooperativo considerado no presente trabalho, foi aquele formado pelas Seções de Crédito das Cooperativas Mistas. Consideram-se cooperativas mistas aquelas sociedades que têm por objetivo um conjunto de operações que se enquadram nas atividades de duas ou mais categorias daquelas mencionadas no Artigo 21 do Decreto número

22 239 de 1932. (40)

No Estado de São Paulo, dentro do setor agropecuário, são encontradas cooperativas mistas, isto é, cooperativas que abrangem mais de uma atividade, como sejam: vendas em comum, compras em comum, consumo e crédito, dentro das seguintes categorias; agrícolas mistas, agropecuárias, cafeicultores, fruticultores, laticínios, plantadores de algodão e plantadores de cana. Estas cooperativas contam sempre com financiamento substanciais dos bancos oficiais e também dos particulares; além disso, recebem a produção de seus associados e realizam as operações de venda em comum, resultando em um substancial movimento financeiro, reforçando assim os recursos provenientes do capital, e tendo, na distribuição do crédito, um dos principais fatores do associativismo.

Em 15 cooperativas mistas relacionadas na Tabela 5; e com alguns dados referentes, apurou-se que, no ano de 1964, foram realizadas 18 508 operações de crédito a agricultores, num total de Cr\$ 15.295.135,40 dando uma média de Cr\$ 826,40 por empréstimo. Por estes re

(40) Decreto 22 239/32, Artigo 21: "As sociedades cooperativas podem se classificar nas seguintes categorias principais: Cooperativas de: 1) produção agrícola; 2) produção industrial; 3) de trabalho; 4) beneficiamento de produtos; 5) compras em comum; 6) vendas em comum; 7) consumo; 8) abastecimento; 9) crédito; 10) seguros; 11) construção de casas populares; 12) editoras e de cultura intelectual; 13) cooperativas escolares; 14) cooperativas mistas; 15) cooperativas centrais; 16) cooperativas de cooperativas (federações).

TABELA 5

COOPERATIVAS MISTAS COM SECÇÃO DE CRÉDITO - NACIONALIDADES DOS ASSOCIADOS

Cooperativas	ASSOCIADOS									
	Brasileiros		Japoneses		Outros(1)		Total			
	na fun- dação	dezem- bro 1964	na fun- dação	dezem- bro 1964	na fun- dação	dezem- bro 1964	na fun- dação	dezem- bro 1964	na fun- dação	dezem- bro 1964
Coop. Agr. de Cotia	-	4282	83	6378	-	457	83	11117		
Coop. Agr. Central "Sul-Brasil"	-	2662	49	3356	-	238	49	6046		
Coop. Agr. Mista de Cafelândia	-	37	97	66	-	5	97	108		
Coop. Central Agr. de São Paulo	-	570	5	604	-	46	5(2)	1222(3)		
Coop. Agr. Fazenda Tietê	-	36	218	167	-	-	218	203		
Coop. de Lat. de São Carlos	14	317	-	-	6	21	20	338		
Coop. Agr. Mista de Assis Ltda.	14	34	-	-	21	70	35	104		
Coop. Agr. de Marília	-	92	103	56	-	4	103	152		
Coop. Agr. Fazenda Aliança	5	25	65	158	-	-	70	183		
Coop. Agr. Mista de Tupan	-	1064	81	330	-	86	81	1480		
Coop. Plant. Cana E. São Paulo	92	3352	-	5	-	215	92	3572		
Coop. Agr. de Campinas	3	117	52	332	-	7	55	448		
Coop. Agr. Mista Aspase	3	10	27	53	-	-	30	63		
Coop. Agr. de São Carlos	57	726	-	27	2	44	59	797		
Coop. Plant. Cana Centro E.S. Paulo	103	518	1	5	3	42	107	565		
Total	291	13842	781	11537	32	1235	1104	26398		

Porcentagem s/o total (fund. e Dez. 1964) 26,35 52,40 70,74 43,60 2,91 4,00

(1) Incluídas 27 nacionalidades; (2) Constanam aqui apenas os sócios singulares. Havia mais 11 cooperativas filiadas; (3) Constanam aqui apenas os sócios singulares. Existem mais 30 cooperativas filiadas; (4) Número exato indeterminado.

TABELA 5-A

COOPERATIVAS MISTAS COM SECÇÃO DE CRÉDITO - EMPRÉSTIMOS EM 1964

Cooperativas	Data de organização	Empréstimos a agricultores 1964 Gr\$	Nº de operações
Coop. Agr. de Cotia	1927	11.495.816,8	8 191
Coop. Agr. Central "Sul-Brasil"	1929	1.820.900,1	3 715
Coop. Agr. Mista de Cafelândia	1932	174.835,8	502
Coop. Central Agr. de São Paulo	1934	607.464,9	891
Coop. Agr. Fazenda Tietê	1934	18.196,5	82
Coop. de Lat. de São Carlos	1937	9.410,2	34
Coop. Agr. Mista de Assis Ltda.	1939	58,2	1
Coop. Agr. de Marília	1939	49.026,8	260
Coop. Agr. Fazenda Aliança	1939	90.338,0	205
Coop. Agr. Mista de Tupan	1941	192.894,7	2 440
Coop. Plant. Cana E. São Paulo	1948	472.639,7	1 340
Coop. Agr. de Campinas	1953	930,0	8
Coop. Agr. Mista Aspase	1953	205.447,7	706
Coop. Agr. de São Carlos	1956	90.251,0	133
Coop. Plant. Cana Centro E. São Paulo	1957	66.925,0	(4)
Total		15.295.135,4	18 508

segue

Fonte: Dep. de Assistência ao Coop. da Secretaria da Agricultura do Est. São Paulo.

sultados fica evidenciada a importância das Seções de Crédito das Cooperativas Mistas, no financiamento rural, sendo de se destacar desse total, as parcelas de crédito fornecidas pela Cooperativa Agrícola de Cotia a cerca de 8 000 agricultores, somando mais de 11 milhões de cruzeiros; a Cooperativa Central Agrícola "Sul-Brasil", que realizou mais de 3 700 operações de crédito num montante de quase 2 milhões de cruzeiros; e a Cooperativa Central Agrícola de São Paulo, que distribuiu mais de seiscentos mil cruzeiros em 891 operações.

As Seções de Crédito fornecem empréstimos unicamente para aplicação no desenvolvimento da produção ou comercialização dos produtos agrícolas em geral.

CAPÍTULO IV

COOPERATIVAS DE LATICÍNIOS

O movimento cooperativista entre produtores de leite, no Estado de São Paulo, teve começo nos primeiros anos da década de trinta, período por volta do qual, se iniciou a arregimentação cooperativista entre os produtores rurais de outras categorias, tais como: Agrícolas Mistas, Crédito, Cafeicultores, etc. A categoria de Laticínios surgiu em ano próximo ao da Agrícola Mista, tendo sido a primeira cooperativa agrícola mista fundada em 1927 e a de laticínios em 1931.

Anteriormente, tentativas já haviam sido feitas no sentido de organizar os produtores de leite em cooperativas, porém, segundo se sabe, não conseguiram o sucesso esperado. No Estado de São Paulo, a Cooperativa de Laticínios Cruzeirense, fundada em 1931, foi classificada como a primeira usina paulista, estando situada no município de Cruzeiro, no extremo leste do Estado, em pleno Vale do Paraíba.

A produção do leite para abastecimento da Capital, que se desenvolvera nos limites da própria cidade, ia se afastando cada vez mais, devido à valorização das terras e a expansão da área urbana. De início, essa produção passou para os municípios mais próximos, porém, logo se expandiu para outros mais distantes. O deslocamento ocorreu ao longo das ferrovias, que cons

tituíam o meio de transporte mais utilizado na época. A maior quantidade de produtores de leite abastecedores desta Capital, localizava-se na região do Vale do Paraíba, e foi nesta zona, cortada em toda a sua extensão pela Estrada de Ferro Central do Brasil, que teve início o desenvolvimento das cooperativas da categoria de Laticínios.⁽⁴¹⁾

A Cooperativa de Laticínios Cruzeirense, embora constituindo-se em pequeno empreendimento, não deixou de ser um estímulo e serviu de experiência para a fundação da Cooperativa Central de Laticínios do Estado de São Paulo, fundada em 1933, com sede na Capital, e que teve como meta a organização dos produtores para a distribuição do leite na cidade de São Paulo. Nesse mesmo ano foram fundadas ainda mais duas cooperativas de laticínios, que se associaram à Central: as Cooperativas de Laticínios dos municípios de Pindamonhangaba e de Rosseira.⁽⁴²⁾

Com o apoio da Central e exemplo das cooperativas fundadas, até 1935 já haviam se constituído

(41) A região do Vale do Paraíba, até o ano de 1900, havia sido uma próspera zona cafeeira. A partir daí, no entanto, com a decadência das fazendas e a expansão cafeeira para outras zonas mais favoráveis, teve início o ciclo pecuário.

(42) A Cooperativa Central de Laticínios do Estado de São Paulo, tornou-se uma poderosa organização e ainda nos dias atuais contribui com mais de 50% de todo o leite "in natura" distribuído na cidade de São Paulo.

15 cooperativas de laticínios no Estado, situando-se uma em Sorocaba e outra em Mogi-Guaçu; as demais localizavam-se no Vale do Paraíba e eram subsidiárias da Central. Estas quatorze cooperativas de laticínios pioneiras eram mantidas por um quadro de associados, em sua maioria, de brasileiros.

No ano de 1940, o Departamento de As sistência ao Cooperativismo do Estado registrava, em seus assentamentos, o elevado número de 31 cooperativas, das quais apenas 10 estavam funcionando e 20 paralizadas, sendo que, destas, apenas uma havia integralizado 10% do seu capital subscrito; as demais, de organização recente ou não, haviam sido fundadas sob a pressão da propaganda e da euforia que se alastrava entre aqueles produtores mais sensíveis a este tipo de comercialização. Porém, a desconfiança, as dificuldades causadas pela distância, pela necessidade da compra de maquinários e caminhões, fizeram com que muitas daquelas organizações tivessem atuação efêmera. Das 10 cooperativas atuantes em 1940, seis situavam-se no Vale do Paraíba, uma em Sorocaba e as demais em Rio Claro, Araçatuba e Lins.

Naquele mesmo ano, a Cooperativa Central de Laticínios distribuía, na cidade de São Paulo, o total de Rs 7.810:000\$000 em leite, com a colaboração de apenas 6 cooperativas dentre as 16 que ela incluía em seus quadros.

O número de cooperativas de laticínios

em funcionamento no Estado, desde então, foi sempre as cendente, mesmo excetuando-se a grande quantidade de co operativas fundadas mas que tiveram atividade efêmera. Inúmeros casos existiram de cooperativas de laticínios que se organizaram para nunca terem funcionado. Os dados obtidos para este levantamento, relativos aos anos de 1944 e 1954, e apresentados nas tabelas 6 e 7, mostram o aumento não só do número de organizações em atividade, mas, o que é mais importante, o crescimento ex traordinário das compras e, principalmente, das vendas em comum.

A categoria de Laticínios, no exercício de 1944, embora com expressivo volume de vendas, entre as dez cooperativas que funcionaram com este setor, seis delas apresentam prejuízos, indicados na coluna de Insufi ciências. Porém, em 1954 as vinte e sete cooperativas de laticínios ativas do Estado, apresentam não somente um expressivo aumento nas vendas, como também nas com pras em comum, além do Capital Imobilizado e dos Retor nos que atestam também a prosperidade desta categoria co operativa. No total das cooperativas em funcionamento nesse ano, pode-se observar que apenas duas organizações apresentam dados de Insuficiências.

O progresso deste setor cooperativista, nesse período, acompanhou de modo geral o crescimento que se manifestava também em várias outras categorias. Isto porque o período que se seguiu após 1940, principal

TABELA 6

COOPERATIVAS DE LATICÍNIOS EXISTENTES EM 1944 NO ESTADO DE SÃO PAULO

Cooperativas	Nº Asso- ciados	Capital Imobilizado	Compras em comum	Vendas em co- mum	Retornos	Insuficiên- cias
1-Coop. Central de Latic. do Est. de São Paulo	15	7.574.253,70	-	22.319.550,50	337.911,50	111.659,90
2-Coop. de Laticínios de Botucatu	94	504.798,00	-	853.041,60	-	40.663,20
3-Coop. de Laticínios de Caçapava Ltda.	97	217.220,10	-	-	34.361,30	-
4-Coop. de Laticínoos de Rio Claro	37	457.876,20	-	1.060.081,50	15.679,80	-
5-Coop. de Laticínios de São Carlos Ltda.	265	969.518,40	4.311,40	3.114.372,40	-	-
6-Coop. dos Produtores de Leite de Sorocaba	63	552.515,60	274.979,10	1.431.507,40	-	67.982,40
7-Coop. de Laticínios de Taubaté	113	4.045,00	241.957,30	2.348.841,50	-	16.626,70
8-Coop. de Laticínios "Latvia" de Varpa Ltda. (Tupã)	91	87.818,40	182.370,40	222.659,80	13.051,90	-
9-Coop. de Laticínios de São Bento do Sapucaí	29	18.121,30	-	273.833,30	1.415,40	-
10-Coop. de Laticínios de Araçatuba	16	325.718,70	-	-	-	1.470,80
11-Coop. de Laticínios Linense Ltda. (Lins)	16	228.297,60	-	900.357,50	5.228,10	-
12-Coop. de Laticínios de Altinópolis	60	173.023,20	144.980,80	1.077.249,40	-	26.365,40

TABELA 7

COOPERATIVAS DE LATICÍNIOS EXISTENTES EM 1954 NO ESTADO DE SÃO PAULO

Cooperativas	Nº Asso- ciados	Capital Imobilizado	Compras em comum	Vendas em co- mum	Retornos	Insuficiên- cias
1-Coop. Central de Latic.do Est. de Sao Paulo	13	35.483.223,00	-	305.675.120,60	7.823.549,80	-
2-Coop. Laticínios de Aguai	114	1.233.318,80	1.234.202,00	10.361.753,90	1.009.395,00	-
3-Coop. Laticínios de Roseira	88	625.515,60	1.995.758,60	12.007.515,80	596.707,60	-
4-Coop. Laticínios de Batatais	134	5.288.647,00	636.212,50	14.700.017,30	1.062.764,50	-
5-Coop. Laticínios de Bragança Pau- lista	86	3.255.783,20	-	8.577.153,90	5.095,10	-
6-Coop. Laticínios de Brodosqui	75	1.893.318,30	-	8.271.691,40	96.662,00	-
7-Coop. Laticínios de Caçapava	170	149.218,30	1.539.801,30	21.019.319,90	28.181,00	-
8-Coop. Laticínios de Cachoeira Paulista	221	3.697.152,30	2.994.448,90	24.330.639,90	887.530,80	-
9-Coop. Laticínios de Cajobi	384	2.605.542,20	3.490.425,70	5.141.855,30	24.542,00	-
10-Coop. Laticínios de Guaratingue- tã	478	3.851.328,90	10.592.999,50	49.434.768,90	977.532,30	-

TABELA 7 - em continuação

Cooperativas	Nº Asso- ciados	Capital Imobilizado	Compras em comum	Vendas em co- mum	Retornos	Insuficiên- cias
11-Coop.Laticínios de Itatinga	94	367.473,30	227.621,40	2.983.298,40	209.773,30	-
12-Coop.Laticínios de Jacareí	136	838.289,70	1.310.491,50	10.670.823,70	-	222.424,70
13-Coop.Laticínios Linense (Lins)	33	934.463,10	111.710,00	5.000.000,00	-	-
14-Coop.Laticínios de Lorena e Pi- quete	159	3.004.454,10	3.259.331,20	17.889.126,20	1.511.570,60	1.511.570,60
15-Coop.Laticínios de Monte Alto	53	1.763.781,10	-	1.883.743,80	-	-
16-Coop.Laticínios de Paraibuna	54	-	-	2.981.564,30	17.837,80	-
17-Coop.Laticínios de Patrocínio Sapucaí	260	3.915.223,60	1.092.398,50	19.451.255,40	86.855,40	-
18-Coop.Laticínios de Pindamonhan- gaba	308	676.298,80	5.792.206,00	22.024.647,00	691.267,50	-
19-Coop.Laticínios de Rio Claro	59	733.445,00	-	7.803.210,40	216.558,20	-
20-Coop.Laticínios de Santa Branca	147	1.227.632,20	2.539.443,90	15.678.067,00	313.624,60	-
21-Coop.Laticínios de Santa Isabel	68	95.980,00	289.615,50	3.611.574,40	110.578,90	-

TABELA 7 - em continuação

Cooperativas	Nº Asso- ciados	Capital Imobilizado	Compras em comum	Vendas em co- mum	Retornos	Insuficiên- cias
22-Coop. Laticínios de S. B. Sapucaí	197	1.884.967,80	905.423,10	9.750.537,20	634.334,10	-
23-Coop. Laticínios de São Carlos	286	4.188.604,70	309.214,90	29.553.568,90	1.364.601,30	-
24-Coop. Laticínios de S. J. Campos	279	4.358.116,50	5.663.131,50	42.153.361,10	1.306.193,10	-
25-Coop. Laticínios de Sorocaba	77	2.064.740,10	601.278,30	9.530.161,10	-	188.552,00
26-Coop. Laticínios de Taubaté	135	1.000.685,20	3.147.850,70	13.630.438,10	341.986,00	-
27-Coop. Laticínios "Latvia"-Varpa- Tupã	222	267.919,00	1.431.143,10	2.263.804,70	31.240,80	-

Fonte: Balanços anuais das cooperativas - arquivos do Departamento de Assistência ao Cooperativismo.

mente depois do término da Segunda Guerra Mundial - apesar das tentativas mal sucedidas da década anterior - constituiu para o sistema cooperativista do Estado, como um todo, por assim dizer, uma seqüência dos sucessos da década de 1930, e ainda mais, com a diferença, agora, de que as cooperativas mais antigas que haviam conseguido sobreviver, podiam usufruir a experiência acumulada com o passar do tempo e aos poucos iam irradiando esta experiência para as novas organizações que surgiam. Por outro lado, ao terminar a Guerra, e nos anos que se seguiram, principalmente a partir da década de 1960, o crescimento industrial que ativava o florescimento deste tipo de cooperativas - pois estas se organizavam para o abastecimento da população urbana - não se estancou, mas continuou sempre em ascensão. (43)

(43) Cf. Azis SIMÃO, SINDICATO E ESTADO, pág. 23: "Outro aspecto a destacar consiste na distribuição territorial da indústria e da população operária. Neste meio século, a região sudeste do Brasil vem encabeçando o crescimento industrial do País, contando com mais da metade dos estabelecimentos e da mão de obra ocupada. Os censos de 1907 e 1950 registram, em todo o território nacional, 3 mil e 90 mil estabelecimentos, tocando ao sudeste, respectivamente, 51 e 55% daqueles números. Maior tem sido a porcentagem do operariado, cabendo à citada região 52% da mão-de-obra industrial arrolada na primeira data e 67% da recensêada na segunda, que montava a 1 200 000 operários. A concentração da indústria e do proletariado no sudeste apresenta-se mais expressiva, quando se considera que os estabelecimentos, em sua maioria, não se dispersaram por toda a região, localizando-se apenas na parte que segue ou ladeia o eixo São Paulo-Guanabara".

No crescimento do número de cooperativas de laticínios, é necessário levar-se em consideração, também, o aprimoramento dos meios de transporte. Pois, dado o grande volume de leite cada vez mais requerido pela população urbana da cidade de São Paulo, a produção em áreas menos distantes não seria suficiente para satisfazer suas necessidades, mesmo aos níveis mínimos de consumo atualmente verificados. Daí, a produção leiteira ter-se afastado cada vez desse grande centro consumidor, porém, esta distância foi compensada pela facilidade e rapidez do transporte do leite. E ainda, a exploração extensiva da pecuária leiteira - provocada indiretamente pela existência de uma política de controle de preços pouco estimulante, pela baixa produtividade dos rebanhos devido à falta de trato às pastagens, pela instalação das fábricas de leite em pó nas proximidades dos grandes centros, etc. - levou os distribuidores do produto a procurar compensar tais deficiências, indo buscar leite em áreas cada vez mais distantes.

No ano de 1964, quando se procedeu a este levantamento, o número de cooperativas de laticínios em atividade atingia 32 (incluída a Central), com o total de 12 381 associados. Destas organizações, 18 estavam associadas à Central de Laticínios do Estado de São Paulo - cujos nomes e localização constam da tabela 8 - e as 14 restantes, consideradas independentes, podem ser encontradas no Anexo 1.

TABELA 8

COOPERATIVA CENTRAL DE LATICÍNIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO E ASSOCIADAS - DEZEMBRO/1964

Cooperativas		Localidade-Sede	Estado
1 - Coop.	Agro-Pecuária de Sta. Rita do Sapucaí Resp. Ltda.	Santa Rita do Sapucaí	Minas Gerais
2 - Coop.	Laticínios de Aguaí	Aguaí	São Paulo
3 - Coop.	Laticínios de Brodosqui	Brodosqui	São Paulo
4 - Coop.	Laticínios de Cachoeira Paulista	Cachoeira Paulista	São Paulo
5 - Coop.	Laticínios de Guaratinguetá	Guaratinguetá	São Paulo
6 - Coop.	Laticínios de Jacareí	Jacareí	São Paulo
7 - Coop.	Laticínios de Lorena e Piquete Ltda.	Lorena	São Paulo
8 - Coop.	Laticínios de Pindamonhangaba	Pindamonhangaba	São Paulo
9 - Coop.	Laticínios de Roseira	Roseira	São Paulo
10 - Coop.	Laticínios de Santa Branca	Santa Branca	São Paulo
11 - Coop.	Mista: Laticínios de Sta. Izabel e Igaratá	Santa Izabel	São Paulo
12 - Coop.	Laticínios de São Bento do Sapucaí	São Bento do Sapucaí	São Paulo
13 - Coop.	Laticínios de São Carlos	São Carlos	São Paulo
14 - Coop.	Laticínios de São José dos Campos	São José dos Campos	São Paulo
15 - Coop.	Laticínios de Taubaté	Taubaté	São Paulo
16 - Coop.	dos Produtores de Leite de Bananal	Bananal	São Paulo
17 - Coop.	Laticínios de Patrocínio do Sapucaí	Patrocínio Paulista	São Paulo
18 - Coop.	dos Produtores de Leite de Eloi Mendes	Eloi Mendes	Minas Gerais

A produção de leite vendida através de todas as cooperativas do Estado - inclusive Agrícolas Mistas - naquele ano, atingiu o montante de Cr\$ 19.097.190,00, colocando-se este produto em segundo lugar na relação dos produtos vendidos por todas as categorias de cooperativas de produtores rurais do Estado. A venda do leite através de cooperativas colocou-se logo abaixo do café, que, por ser produto de exportação, alcançou Cr\$ 45.103.250,00 (Tabela 14).

Outros produtos, derivados da pecuária leiteira, também se sobressairam entre os demais vendidos pelas cooperativas paulistas, tais como: 1) a manteiga, que alcançou o nono lugar naquela mesma tabela, com a importância vendida de Cr\$ 3.189.040,00; 2) o queijo, que atingiu Cr\$ 1.243.700,00; 3) leite em pó com Cr\$ 485.080,00; e o creme de leite, com Cr\$ 351.970,00; 4) outros derivados: Cr\$ 681.930,00.

O movimento geral das vendas em comum das cooperativas de laticínios do Estado, exclusivamente, foi a seguinte: leite com Cr\$ 19.068.260,00; manteiga Cr\$ 3.188.040,00; queijo com Cr\$ 1.241.730,00; derivados do leite com Cr\$ 681.930,00; ovos com Cr\$ 3.750,00 e demais produtos com Cr\$ 1.115.220,00 (Tabela 19).

A distribuição destas vendas é a seguinte:

- Cooperativas singulares (1º grau)

- independentes

leite	1.654.250,00	
derivados	<u>905.131,85</u>	2.559.381,85

- associadas à Central

leite	13.023.539,00 ⁽⁴⁴⁾	
derivados	<u>1.056.006,00</u>	<u>14.079.545,00</u>

Total		<u>16.638.926,85</u>
-------	--	----------------------

- Cooperativa Central (2º grau)

leite		12.328.073,00
derivados		<u>2.953.539,00</u>

Total		<u>15.181.612,00</u>
-------	--	----------------------

(44) Nesse total inclui-se o valor do leite encaminhado à Central pelas associadas.

CAPÍTULO V

COOPERATIVAS DE CAFEICULTORES

As tentativas de organização da lavoura cafeeira paulista em moldes cooperativistas, vinham sendo realizadas desde a introdução do movimento geral cooperativista no Estado de São Paulo. A produção do café, por requerer técnica aperfeiçoada e dispendiosa, exige um conjunto de equipamentos que, se instalados através de cooperativas situadas em zonas estrategicamente escolhidas, poderia se constituir na melhor modalidade de reunião para o aproveitamento de esforços.

Este setor do cooperativismo paulista, apesar das tentativas realizadas, não conseguiu, logo de início, o sucesso esperado. Inúmeras cooperativas de produtores de café foram fundadas no correr dos anos, mas, por não terem conseguido o necessário equilíbrio econômico para se manterem, deixaram de funcionar e desapareceram da relação de cooperativas atuantes no Estado.

As primeiras cooperativas de cafeicultores paulistas, em número de 12, foram organizadas em 1931⁽⁴⁵⁾ constituindo-se imediatamente como associadas

(45) Nas cidades de Lins, Presidente Prudente, Rio Preto, São Carlos, São Manoel, Taubaté, Bauru, Bebedouro, Catanduva, Jaboticabal, Jaú e Limeira.

da Federação Paulista das Sociedades Cooperativas de Café. (46) Esta, no artigo 1º de seus estatutos, instituiu-se como "uma Sociedade Cooperativa de venda e benefício em comum, cooperativa de cooperativas...", e tinha por objeto: "1º) Realizar a venda de toda a produção cafeeira dos membros das sociedades cooperativas associadas, tanto no mercado interno como no externo;...3º) diminuir as despesas com as operações de venda, externas e internas; 4º) proteger e assegurar o êxito do sistema cooperativo para a produção, para a distribuição e para o crédito; 14º) organizar e manter os seguintes departamentos:

- a) de compra dos artigos necessários à exploração das fazendas, para a posterior distribuição por intermédio das sociedades cooperativas associadas;
- b) de transportes, para facilitar e aperfeiçoar o transporte terrestre e marítimo do café;
- c) de propaganda interna e externa desse produto, de acordo com as exigências do sistema de distribuição..."

Esta Federação, apesar do bom programa de trabalho a realizar a que se propôs, e dos ingentes esforços de seus idealizadores e fundadores, em 1938

(46) Processo jurídico nº 56/37 arquivado no DAC.

requeria a repartição competente a sua transformação em Cooperativa Central, afirmando em seus papéis de requerimento que "ós resultados... foram insignificantes para se não afirmar terem sido nulos...".

Em 1940, exercício do qual já possuímos um quadro do levantamento econômico, vamos encontrar a Cooperativa Central com o irrisório movimento de vendas de Rs. 538:780\$000 e as cooperativas associadas paralizadas.

Esta falta de entusiasmo pelo movimento cooperativista na cafeicultura se estende no tempo, e apenas uma ou outra de cafeicultor realiza algum movimento no setor de compras em comum.

Em meados da década de 1940, são encontradas - conforme os dados arrolados na tabela 9 apenas três cooperativas em atividade com seção de venda de café. O número de associados, no total de 103, e o pequeno capital subscrito, dão uma idéia bem aproximada da fraqueza do movimento naquela época, o que deve ter contribuído para os baixos resultados obtidos, pois ao lado de duas cooperativas que não registraram lucro, houve uma que deu prejuízo.

Na década de 1950 (tabela 10), o movimento de cooperativas na cafeicultura fora acrescido de mais duas entidades, cinco no total, e o número de associados subiu para 908. Comparativamente à década anterior, observa-se neste quadro o seguinte:

TABELA 9

SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DAS COOPERATIVAS DE CAFEICULTORES EM FUNCIONAMENTO EM 1944

Cooperativas	Município	Fundação	Número de assoc.	EM CRUZEIROS			Result. do Exercício		
				CAPITAL	Imobilizado	Vendas em comum		Retornos Insufic.	
Central Cafeic. Paulista	Capital	1931	52	1.635,0	1.613,0	235,4	16.975,8	-	-
Reg. Cafeic. de Lins	Lins	1940	16	48,5	1,0	1,0	-	-	12,3
Cafeic. Paulista Ltda.	Capital	1944	35	208,0	208,0	207,0	-	-	-
SOMAS			103	1.891,5	1.822,0	443,4	16.975,8	-	12,3

Fonte: Departamento de Assistência ao Cooperativismo - Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo.

TABELA 10

SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DAS COOPERATIVAS DE CAFEICULTORES EM FUNCIONAMENTO EM 1954

EM CRUZEIROS

Cooperativas	Município	Fundação Nº de	CAPITAL			Result.do Exercício
			Subscrito	Realizado	Imobilizado	
		Assoc.	Vendas		Retornos	Insufic.
				em comum		
Cafeic. Paulista Ltda.	Capital 1944	55	203,0	171,2	290,3	-
Central Lavrad. Café Est. S.P.	Capital 1948	738	504,5	155,3	193,9	9,3
Lavr. Café Guaranta	Garantã 1948	65	36,0	26,3	4,1	-
Lavr. Café de Lins	Lins 1948	23	15,0	-	-	109,0
Cafeic. de Cafelândia	Cafelândia 1954	27	840,0	790,0	785,1	-
SOMAS		908	1.598,5	1.142,8	1.273,4	9,3

Fonte: Departamento de Assistência ao Cooperativismo - Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo.

- 1) sensível decréscimo do capital subscrito apesar de que o número de cooperativas passou de três para cinco;
- 2) inexistência de vendas de café em comum, pelas cooperativas em funcionamento;
- 3) algumas organizações praticamente não funcionaram;
- 4) outras, como a Cooperativa Central dos Lavradores de Café do Estado de São Paulo, apresentaram sensível aumento do quadro social e tiveram razoável sucesso econômico, devido unicamente ao movimento da sua seção de compras em comum.

Até o ano de 1951, considerando-se o total do café produzido em São Paulo, o movimento cooperativista neste setor pode ser considerado inexpressivo. O cooperativismo entre os produtores de café, no entanto, só iria adquirir estabilidade e força com o auxílio financeiro proveniente de duas fontes principais:

- a) a primeira delas, proveniente do Governo Estadual, consistia na retenção, pelas cooperativas, de 50% do imposto devido na comercialização do produto, de acordo com a Lei Estadual nº 2 855, de 10-12-1954⁽⁴⁷⁾. Esta receita, porém, deveria

(47) Esta Lei em 17/10/1957 foi regulamentada pelo Decreto nº 29 920, onde se fixou, textualmente, o seguinte: "Artigo 1º - A dotação orçamentária prevista no artigo 10, da Lei nº 2 855 de 10/12/1954, será aplicada no desenvolvimento do crédito agrícola e de serviços de assistência social em benefício dos produtores associados às sociedades cooperativas, levando-se em conta a proporção dos impostos por estas
(continua na página seguinte)

ficar vinculada em conta especial, com sua aplicação restrita aos itens seguintes:

- instalações e serviços de interesse comum dos cooperados;
- assistência social ou recreativa;
- desenvolvimento do crédito a associados e, ou outras finalidades semelhantes;

b) a outra fonte foi propiciada pelos empréstimos concedidos pelo Instituto Brasileiro do Café, a juros baixos, de 7% ao ano e ao longo prazo de 6 anos, com destinação específica para instalação de máquinas de benefício, rebenefício, armazenagem e outras etapas da melhoria do produto e sua industrialização.

Convém frizar, ainda, que o objetivo principal da fundação de uma cooperativa de café era - além do benefício e rebenefício, armazenagem e venda em comum do produto - atender às necessidades de preparar o café e melhorá-lo para fins de exportação, fases essas que exigem grande aplicação de capitais, de difícil alcance de cada sitiante ou fazendeiro individualmente.

(47) recolhidos.

Parágrafo 1º - Da dotação referida neste artigo, destinar-se-ão: a) 50% ao desenvolvimento do crédito agrícola; b) 50% ao desenvolvimento dos serviços de assistência social em benefício dos produtores associados às cooperativas. Artigo 4º - A dotação orçamentária de que cogita o presente decreto somente será aplicada em benefício das sociedades cooperativas de produção e de trabalho agrícola, de beneficiamento e de vendas em comum, e seus associados, desde que estejam as referidas sociedades rigorosamente em dia com as exigências da legislação fiscal e das leis especiais que as regem".

No ano de 1964 encontravam-se em funcionamento vinte e três cooperativas com seção de vendas em comum, todas organizadas a partir de 1957, com exceção da Cooperativa Agrária dos Cafeicultores do Oeste do Estado de São Paulo, fundada em 1950.

A tabela 11 mostra as organizações que apresentaram movimento de vendas de café em 1964. Estão dispostas segundo a data da fundação, ficando evidente que o ano de 1959 foi quando se deu o início de funcionamento da maioria delas, seguido do ano de 1960. Mais adiante, na tabela 12, pode-se observar a maneira como se acham estruturadas as cooperativas de caféicultores do Estado, distribuídas em três grupos distintos: aquele formado pelas cooperativas chamadas "independentes", as associadas da Central de Cafeicultores da Mogiana e o grupo constituído pelas associadas da Central de Cafeicultores e Citricultores de São Paulo e Paraná.

"Cooperativas independentes" são aquelas não filiadas a Centrais e se acham localizadas, preferentemente, nas "zonas novas" do Estado, a "Alta Paulista", "Alta Noroeste" e "Alta Sorocabana", ou seja, todo o Oeste paulista. Deste grupo destacam-se, no volume de vendas em comum, as cooperativas de Garça e São José do Rio Preto, seguidas pelas de Campinas e Fernandópolis. Neste ano de 1964, as cooperativas independentes venderam 412 637 sacas de café, pelo preço total de Cr\$ 11.364.000,00, atingindo 39% da importância de café

TABELA 11

SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DAS COOPERATIVAS DE CAFECULTORES EM FUNCIONAMENTO EM 1964

Cooperativas (*)	Município	Ano de Fundação	Nº de Assoc.	CAPITAL		
				Subscrito	Realizado	Imobilizado
Agraria Cafeic. d'Oeste de São Paulo	Monte Azul Paulista	1950	649	2.314,00	2.292,00	10.620,00
Reg. Cafeicult. da Alta Mogiana	Ribeirão Preto	1957	567	20.635,00	13.177,00	265.290,00
Cafeic. da Zona de Jaú	Jaú	1957	506	22.611,60	11.315,10	57.350,00
Cafeic. de Dourado	Dourado	1957	59	3.629,10	2.910,70	11.260,00
Cafeic. da Zona de Lins	Lins	1958	254	15.109,50	12.119,00	104.200,00
Cafeic. de Mirassol	Mirassol	1959	251	12.276,10	12.253,10	33.000,00
Reg. Cafeic. Média Araraquarense	Catanduva	1959	95	1.831,00	5.919,90	49.430,00
Cafeic. da Alta Araraquarense	São José Rio Preto	1959	1 308	40.777,70	37.069,10	34.500,00
Cafeic. da Região de Pinhal	Pinhal	1959	227	7.348,70	6.718,90	5.180,00
Cafeic. de Pirajuí	Pirajuí	1959	184	2.770,10	2.421,00	34.540,00
Cafeic. da Zona de Mococa	Mococa	1959	161	20.781,00	20.703,00	38.040,00
Cafeic. da Zona Bragantina	Bragança Paulista	1959	120	14.675,10	9.405,00	15.180,00
Cafeic. da Zona de Amparo	Amparo	1959	129	23.725,00	8.938,60	14.480,00
Cafeic. de Patrocínio Paulista	Patrocínio Paulista	1959	103	14.737,50	12.011,10	35.690,00

TABELA 11 em continuação
SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DAS COOPERATIVAS DE CAFEICULTORES EM FUNCIONAMENTO EM 1964

Cooperativas (*)	Município	Ano de Fundação	Nº de Assoc.	CAPITAL		
				Subscrito	Realizado	Imobilizado
Cafeic. de São José do Rio Pardo	São José do Rio Pardo	1959	92	12.417,40	8.312,40	12.490,00
Cafeic. da Zona de Araraquara	Araraquara	1960	380	18.969,70	15.558,00	63.360,00
Agrária Cafeic. do Sul de São Paulo	Parapuã	1960	52	3.390,80	3.390,80	19.840,00
Cafeic. de Monte Azul Paulista	Monte Azul Paulista	1960	299	3.862,50	436,40	4.850,00
Cafeic. da Zona de Vera Cruz Paulista	Vera Cruz Paulista	1960	164	3.740,50	3.740,50	39.400,00
Cafeic. da Região de Campinas	Campinas	1960	299	38.341,10	37.991,30	27.610,00
Cafeic. da Zona de São Manoel	S. Manoel	1960	321	59.388,50	19.770,60	102.670,00
Cafeic. de Fernandópolis	Fernandópolis	1961	192	7.994,70	7.994,70	64.040,00
Cafeic. da Região de Garça	Garça	1962	326	15.682,80	15.682,80	143.660,00
Somas			6 738	367.009,40	270.131,00	1.186.680,00

(*) Apenas as Cooperativas que remeteram, ao Dep. Assist. ao Coop. da Sec. Agricultura, os extratos dos respectivos documentos contábeis.

Fonte: Departamento de Assistência ao Cooperativismo - Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo.

VENDAS DE CAFÉ POR COOPERATIVAS DE
 CAFEICULTORES DO ESTADO DE SÃO PAULO EM 1964

Cooperativas	Vendas Cr\$ 1.000,00	% s/total das vendas
INDEPENDENTES		
Mirassol	1.075,42	3,68
Alta Araraquarense	2.502,57	8,58
Pirajuí	687,86	2,36
Região de Pinhal	212,09	0,72
Monte Azul Paulista	697,25	2,39
Vera Cruz Paulista	1.234,39	4,23
Região de Campinas	956,08	3,28
Fernandópolis	1.331,85	4,57
Região de Garça	2.667,19	9,14
Sub-soma	11.364,70	38,95
ASSOCIADAS DA CENTRAL DA REGIÃO DA MOGIANA		
Alta Mogiana	8.947,82 (*)	30,67
Zona de Jaú	1.045,04	3,58
Dourado	214,26	0,73
Zona de Lins	1.073,97	3,68
Zona de Mococa	298,91	1,03
Zona de Amparo	544,08	1,86
Zona Bragantina	126,16	0,43
Patrocínio Paulista	226,27	0,78
São José do Rio Pardo	1.103,80	3,78
Zona de Araraquara	458,78	1,58
Zona de São Manoel	436,13	1,49
Sub-soma	14.475,22	49,61
ASSOCIADAS DA CENTRAL DE BEBEDOURO		
Cafeicultores do Oeste de São Paulo	1.552,26	5,32
Média Araraquarense	967,93	3,32
Caf. do Sul de São Paulo	815,91	2,80
Sub-soma	3.336,10	11,44
Total (**)	29.176,02	100,00

(*) Referente ao período 1/7/64 a 30/6/65.

(**) Apenas as cooperativas que remeteram, ao Depart. Assist. ao Cooperativismo da Sec. Agricultura, os extratos dos respectivos documentos contábeis.

Fonte: Departamento de Assistência ao Cooperativismo-
 Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo.

comercializado pelas cooperativas da categoria Cafeicultores.

A Cooperativa Central da Região da Mogiana, tem sua sede em São Paulo e foi fundada em 1959. Congrega o maior agrupamento de cooperativas de cafeicultores do Estado, estando a maioria delas, em número de treze, localizadas na região da Mogiana, e outras sete situadas nas zonas fronteiriças do Estado de Minas Gerais. Nas vendas de café do ano de 1964, destacou-se a Cooperativa de Ribeirão Preto, com mais de 50% do total do grupo. Seguem-na as de São José do Rio Pardo, Lins e Jau.

Os cafês exportados por esta Central são tidos como os melhores do mundo, produzidos em sua maior parte na zona da Mogiana, onde se aliaram condições favoráveis de solo e clima. Exporta, também, cafês de zonas não tão propícias, devendo serem melhorados pela despolpação. Esta Central se destina a atender as cooperativas de 1º grau, as chamadas regionais de cafeicultores, uma vez que estão equipadas para atenderem cooperados de vários municípios circunvizinhos. A estas regionais, a Central propicia os benefícios de uma organização maior, melhor aparelhada para a comercialização, com ramificações nos mercados exteriores. Em 1964 foram vendidas 401 779 sacas, equivalentes à importância de Cr\$ 14.475.000,00 a qual corresponde a 50% do valor total de cafês vendidos pelas cooperativas de cafeicultores

do Estado de São Paulo. (48)

A Central de Cafeicultores e Citricultores de São Paulo e Paraná, fundada em 1960, com sede no município de Bebedouro, congregava no ano em que foi feito este levantamento, apenas três cooperativas de cafeicultores, cuja maior quantidade de cafês vendidos coube a Monte Azul Paulista, seguida de perto pela de Catanduva. As vendas totalizaram Cr\$ 3.336.100,00 correspondendo a 115 565 sacas de café beneficiado, cabendo a esta Central 11% da importância de vendas em comum por cooperativas de cafeicultores.

As cooperativas regionais de produtores de café tem operado de maneira uniforme com relação aos cafês de seus cooperados.

O café em côco é recebido em sacaria sua ou do associado, correndo por conta deste o transporte do produto desde o sítio ou fazenda até à máquina de beneficiamento, sendo paga pelo produtor uma taxa pelo beneficiamento, que é o descascamento dos grãos e sua classificação por tipo e por qualidade. A classificação por tipo leva em consideração o tamanho dos grãos, sua forma, e a presença de impurezas (fragmentos de madeira, pedras,

(48) Nestes totais não estão incluídos os cafês provenientes das regionais situadas no vizinho Estado de Minas Gerais e que são associadas desta Central.

grãos imperfeitos, quebrados ou ardidos). A classificação por qualidade, ou "prova de bebida"⁽⁴⁹⁾, no caso de cooperativa associada à Central, é feita na própria Central.

O principal objetivo visado pelas cooperativas de cafeicultores é a exportação do produto, estimuladas que são pelos melhores preços. No entanto, em cada um dos grupos citados (cooperativas associadas à Central ou independentes) são encontradas particularidades que os distinguem no processo de encaminhamento do café a ser vendido no exterior.

As regionais associadas à Central da Região da Mogiana, após o preparo do café (benefício e rebenefício, catação, ensacamento) pela cooperativa regional, está retira uma amostra do produto para ser enviada à Cooperativa Central em São Paulo que, por sua vez, procede à classificação das amostras por grupos de tipo e bebida. Isto é, amostras iguais de cooperativas diversas são juntadas, formando um lote só. De acordo com essa classificação, vão sendo preparados os lotes de cafés de identico valor, remetendo-se amostras dos mesmos aos escritórios que a Central mantém na Europa e Estados

(49) A "prova de bebida" é complexa e sutil, pois considera fatores tais como o aroma da bebida, seu sabor, etc., e desta forma, pode valorizar ou não uma amostra.

Unidos. Os agentes do exterior, de posse das amostras, entram em contato com os distribuidores locais e, por meios telegráficos, comunicam à Central as vendas realizadas de determinados lotes. Imediatamente as regionais respectivas são científicadas e o café vendido é então, encaminhado por caminhões ao porto de embarque.

As regionais independentes, no entanto, como não dispõem de escritórios próprios no exterior, utilizam-se de agentes em Santos, aos quais remetem as amostras. Este intermediário geralmente assume o compromisso de vender determinada quantidade do produto, encaixando os lotes das cooperativas nas suas possibilidades de colocação, dentro de épocas convenientes. Recebida a comunicação da venda o café é despachado em caminhões pela regional, do Interior do Estado para o porto de embarque.

As cooperativas de cafeicultores não são especializadas na venda do único produto, o café, pois as propriedades cafeeiras não são mais exclusivamente plantadas em café, uma vez que o milho, o arroz, feijão, algodão, amendoim, e (principalmente nas maiores propriedades cafeeiras) a criação e engorda do gado, ocupam grandes espaços nessas áreas (Tabela 13).

A cafeicultura, por constituir fonte de divisas estrangeiras para o país, passou a receber do Governo Federal, através do Instituto Brasileiro do Café, relativo amparo em financiamentos para instalação de máquinas de preparação do produto, e este fato constituiu

TABELA 13
 OUTROS PRODUTOS VENDIDOS EM 1964 POR COOPERATIVAS DE CAFEICULTORES

Produto	Unidade	Quantidade	Cr\$
Feijão	sacas de 60 Kg	136	1.413,69
Batata	"	60	232,00
Milho	"	7 430	23.956,26
Arroz	"	4 765	47.904,39
meio arroz	"	1 035	4.086,70
quirera	"	261	671,30
Tomate	caixas de 27 Kg	33	93,70
Algodão	toneladas	1 359	447.709,70
Total			526.067,83

em grande parte, a origem do sucesso alcançado nos últimos anos anteriores a 1964. Além disso, o cafeicultor que se associa à cooperativa fica com o café ali perto dele, armazenado na própria cooperativa, onde constantemente vai trocar idéias, receber notícias dos negócios em andamento.

Porém, são encontrados no setor cafeeiro do cooperativismo os mesmos entraves que dificultam o desenvolvimento da cooperação nos demais setores e, entre estes empecilhos, conta-se como principal, a incompreensão dos agricultores a respeito do cooperativismo como vantagem para a solução dos problemas da comercialização agrícola.

CAPÍTULO VI

POSIÇÃO DAS COOPERATIVAS NA COMERCIALIZAÇÃO

A venda em comum da produção dos cooperados através das cooperativas - o seu volume e produtos vendidos - foi um dos principais objetivos desta pesquisa. Os dados sobre quantidade e especificação dos produtos vendidos por cooperativas e seu valor, tornaram possível a divisão mais rigorosa destas organizações por categorias, permitindo, também, a análise e quantificação dos setores básicos, já vistos no capítulo inicial deste trabalho.

O resumo deste levantamento sobre as vendas em comum pelas cooperativas de produtores rurais do Estado, pode ser observado na tabela 14, que apresenta os totais por ordem de importância em cruzeiros, sendo possível, por ali, conhecer os produtos que dominam na comercialização destas organizações e cotejar tais valores com a produção total do Estado.

No entanto, é necessário ressaltar que a produção vendida pelas cooperativas de produtores do Estado de São Paulo, não é totalmente originária deste Estado. Na categoria das Agrícolas Mistas, Laticínios e Cafeicultores, são encontradas cooperativas que recebem e vendem a produção de associados radicados no norte do Estado do Paraná, e também, alguma produção do sul de Ma

TABELA 14

VALOR DOS PRODUTOS VENDIDOS POR COOPERATIVAS RURAIS EM 1964,
COMPARADO COM O TOTAL PRODUZIDO PELO ESTADO

Produtos	Vendas por Cooperativas			% venda por Coop.*
	Valor	%	Produção do Estado	
1- Café	45.103.250,00	29,62	56.160.000,00	80,31
2- Leite	19.097.190,00	12,54	98.081.300,00	19,47
3- Ovos	18.106.220,00	11,89	33.903.200,00	53,40
4- Batata	14.097.690,00	9,26	24.604.000,00	57,30
5- Tomate	9.128.570,00	5,99	26.276.900,00	34,73
6- Legumes e Hortalças	8.042.770,00	5,28
7- Algodão	7.024.410,00	4,61	99.530.000,00	7,06
8- Aves	3.921.970,00	2,58
9- Manteiga	3.189.040,00	2,09
10- Frutas	3.058.710,00	2,01
11- Arroz	2.306.300,00	1,51	98.550.000,00	2,34
12- Produtos Indust. (Óleos)	1.998.770,00	1,31
13- Banana	1.991.570,00	1,31	16.166.400,00	12,32
14- Bovinos	1.893.050,00	1,24	168.668.000,00	1,12
15- Chá	1.371.410,00	0,90	1.536.100,00	89,28

TABELA 14 em continuação
 VALOR DOS PRODUTOS VENDIDOS POR COOPERATIVAS RURAIS EM 1964,
 COMPARADO COM O TOTAL PRODUZIDO PELO ESTADO

Produtos	Vendas por Cooperativas			% vendida por Coop.
	Valor	%	Produção do Estado	
16- Milho	1.369.990,00	0,90	74.340.000,00	1,84
17- Queijo	1.243.700,00	0,82
18- Cebola	1.146.330,00	0,75	7.837.000,00	14,63
19- Amendoim	1.144.560,00	0,75	57.132.000,00	2,00
20- Feijão	1.123.330,00	0,74	17.908.900,00	6,27
21- Rami	930.360,00	0,61
22- Outros Derivados do Leite	681.930,00	0,45
23- Laranja	561.890,00	0,37	28.110.600,00	0,20
24- Leite em pó	485.080,00	0,32
25- Creme de Leite	351.970,00	0,23
26- Vinhos	332.970,00	0,22
27- Suínos	267.890,00	0,18	43.331.500,00	0,62
28- Soja	185.160,00	0,12	404.800,00	45,74
29- Alfafa	181.130,00	0,12
30- Casulos	86.380,00	0,06	672.100,00	12,85

TABELA 14 em continuação
 VALOR DOS PRODUTOS VENDIDOS POR COOPERATIVAS RURAIS EM 1964,
 COMPARADO COM O TOTAL PRODUZIDO PELO ESTADO

Produtos	Vendas por Cooperativas		Produção do Estado	% venda por Coop.
	Valor	%		
31- Alho	56.120,00	0,04
32- Fubá	50.190,00	0,03
33- Girassol	49.290,00	0,03
34- Mamona	34.150,00	0,02	4.627.300,00	0,73
35- Mandioca	29.740,00	0,02	19.999.200,00	0,15
36- Flores	17.410,00	0,01
37- Mel	15.620,00	0,01
38- Trigo	9.740,00	0,01
39- Diversos	833.340,00	0,55
40- Outros Produtos	769.790,00	0,51	156.711.900,00	...
TOTAL	152.288.980,00	100,00

* A produção de café do Estado foi muito baixa em 1964. As Cooperativas venderam cafés estocados de anos anteriores, o que explica a alta porcentagem obtida.

** Os 3 pontos indicam a impossibilidade de obtenção dos dados específicos referentes à produção do Estado.

*** Incluídos apenas: cana, gergelim, menta e alfafa.

to Grosso e Minas Gerais. As cooperativas da Categoria Agrícolas Mistas recebem do norte do Paraná, ao que se sabe, café e batata (também o tomate, em menor quantidade). Quanto à produção de leite de outros Estados, vendida através de cooperativas no Estado de São Paulo, apenas duas cooperativas, a de Santa Rita do Sapucaí e a de Eloi Mendes, situadas no vizinho Estado de Minas Gerais, são associadas da Central de Laticínios do Estado de São Paulo, e entregam leite aqui. No entanto, estas não são das maiores organizações associadas da Central. Quanto à categoria de Cafeicultores, embora a Central de Cafeicultores da Mogiana possua em seu quadro associativo, atualmente, cinco cooperativas que se encontram localizadas em Minas Gerais, os cafés vendidos por essas organizações através da Central, não foram computados no presente trabalho.

Um aspecto interessante demonstrado pela tabela 14, é aquele ligado à produção das cooperativas em função do mercado interno. Isto porque, se excetuarmos alguns poucos produtos de venda mais volumosa, tais como o café, algodão e banana, principalmente, que se destinam com prioridade à exportação, os demais estão no rol daqueles produzidos para suprimento do mercado interno. Este fato mostra, que, a produção das cooperativas paulistas segue a orientação moderna de diversificação agrícola. Sobre esta diversificação que se processa no Estado, assim se refere a Secretaria da Agri

cultura paulista, através de um de seus órgãos, a Divisão de Economia Rural: " a agricultura paulista volta-se aos poucos para o mercado interno, o qual vai assumindo crescente importância. Essa passagem da agricultura, antes voltada quase exclusivamente para o mercado externo, com os centros urbanos, abastecidos, em grande parte, pelas sobras da atividade de subsistência - para um estágio em que o mercado interno ganha importância, condicionando largos setores agrícolas, é também uma das características, embora nem sempre presente, das regiões em desenvolvimento que começam a aproximar-se dos estágios mais elevados. Embora não se possa ainda considerar a agricultura paulista como nivelada àquela das regiões desenvolvidas, há muitos indícios de que ela não se distancia muito destas, ou pelo menos, do extremo inferior do ról que com elas se faça. (50)

Esta transformação da agricultura paulista recebeu forte contribuição não só de elementos nacionais, mas também de imigrantes europeus e japoneses que, como visto, começaram a se organizar em cooperativas a partir da década de 1920.

Na tabela 15 estão reproduzidos os meses dados por produtos, mas agora em ordem de porcenta-

(50) Cf. DIAGNÓSTICO DA AGRICULTURA PAULISTA, Revista AGRICULTURA EM S.PAULO, nrs. 5 e 6 - maio e junho/1967 - S.Paulo, pág. 2.

TABELA 15

PARTICIPAÇÃO DAS COOPERATIVAS NA PRODUÇÃO DO ESTADO EM 1964

Produto	Total vendido pelas cooperativas	Produção do Estado	%
Chá	1.371.410,00	1.536.100,00	89,28
Café	45.103.250,00	56.160.000,00	80,31
Batata	14.097.690,00	24.604.000,00	57,30
Ovos	18.106.220,00	33.903.200,00	53,40
Soja	185.160,00	404.800,00	45,74
Tomate	9.128.570,00	26.276.900,00	34,73
Leite	19.097.190,00	98.081.300,00	19,47
Cebola	1.146.330,00	7.837.000,00	14,63
Casulos	86.380,00	672.100,00	12,85
Bananas	1.991.570,00	16.166.400,00	12,32
Algodão	7.024.410,00	99.530.000,00	7,06
Feijão	1.123.330,00	17.908.900,00	6,27
Arroz	2.306.300,00	98.550.000,00	2,34
Amendoim	1.144.560,00	57.132.000,00	2,00
Milho	1.369.990,00	74.340.000,00	1,84
Bovinos	1.893.050,00	168.668.000,00	1,12

TABELA 15 em continuação
 PARTICIPAÇÃO DAS COOPERATIVAS NA PRODUÇÃO DO ESTADO EM 1964

Produto	Total vendido pelas cooperativas	Produção do Estado	%
Mamona	34.150,00	4.627.300,00	0,73
Suínos	267.890,00	43.331.500,00	0,62
Laranja	561.890,00	28.110.600,00	0,20
Mandioca	29.740,00	19.999.200,00	0,15
Somas	126.069.080,00	877.839.300,00	14,36

Fonte: Questionários preenchidos pelas Cooperativas.

gem relativa ao total da produção de cada produto da agricultura paulista. Observa-se nesta tabela que o chá representa, em porcentagem, o produto agrícola mais vendido por cooperativas de produtores. Há, ainda, outra particularidade com referência à venda em comum de chá, e que foi toda ela procedida por uma única cooperativa do Estado⁽⁵¹⁾ a Cooperativa Agrícola de Cotia. Da importância total da venda de chá (Cr\$ 1.371.410,00), Cr\$ 1.084.748,00, equivalendo a 957 531 quilos, provieram da parte exportada (79,0%) e os restantes Cr\$ 286.666,73, equivalendo a 276 576 quilos, resultaram da venda no mercado interno do País.

O café, segundo produto agrícola mais vendido por cooperativas, teve 64,7% desse total comercializado pela categoria das Cooperativas de Cafeiculto

(51) A produção do chá desenvolveu-se no Estado de São Paulo entre os japoneses que se instalaram no município de Registro, onde há 50 anos passados a empresa de colonização Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha (Sociedade Anônima Industrial de Além-Mar) iniciou a venda de terras e formação daquele núcleo. Cf. Vicente Unzer de ALMEIDA, CONDIÇÕES DE VIDA do Pequeno Agricultor no Município de Registro:—"Em solos ácidos da baixada do Ribeira do Iguape, a teaceu deu-se bem e, apesar das dificuldades próprias da exploração do tipo agro-industrial, da instabilidade de uma agricultura de exportação sujeita às vicissitudes dos mercados internacionais, ela figura em posição de relevo na estatística de produção do município...Operam no município duas Cooperativas - a de Cotia e a de Registro...A maior parte dos produtores de chá-da-Índia é cooperada da Cotia...A cooperativa de Registro está se especializando no setor da avicultura".

res. Dentro desta categoria, a Central da Região da Mo
giana, nesse ano de 1964, foi responsável por 49,61% das
vendas, no total de Cr\$ 14.475.220,00.

A batata, produto tradicionalmente comerci
alizado por cooperativas, teve 57,30% da produção do
Estado vendida através destas organizações, tendo a categ
oria das Agrícolas Mistas contribuído com 99,9% desta
venda, isto é, quase a totalidade. (52)

Ainda com mais de 50% vendidos através das
cooperativas, encontra-se a produção de ovos, também com
a maior parte comercializada através da categoria Agrícol
as mistas.

Fator a ressaltar, é que a produção comerci
alizada pelas cooperativas, por quaisquer destas maior
es categorias, tem a sua venda procedida através das
Centrais: isto refere-se tanto à categoria de Laticínios,
Cafeicultores, Agrícolas Mistas, Avícolas (estas também
vendem através das Agrícolas Mistas sediadas na cidade
de São Paulo), etc.

A tabela abaixo, mostra, nos totais comerci
alizados por categorias, qual o montante vendido atrav
és das Centrais.

(52) Atualmente as regiões bataticultoras do Estado são:
Itapetininga, Capital, Marília, Campinas e São João
da Boa Vista, principalmente.

Agrícolas mistas	74.415.510,00	21.381.660,00
Cafeicultores	29.702.100,00	17.811.320,00
Laticínios	25.298.930,00	15.281.610,00
Bananicultores	<u>1.519.010,00</u>	<u>517.660,00</u>
Total	130.935.550,00	54.992.250,00

Pelos totais vendidos pelas cooperativas de 1º grau, em confronto com os das respectivas Centrais, observa-se que as cooperativas de 1º grau nem sempre en caminham à Central toda a produção que recebem dos seus associados, sendo parte dela vendida nas próprias cida des onde se localizam. É necessário lembrar que existem muitas organizações não associadas a qualquer Central, realizando elas próprias a comercialização de toda a pro dução recebida. Por esta razão, os dados referentes às vendas em comum por cooperativa de 1º grau, superam sem pre aqueles acusados pelas Centrais na categoria corres pondente. (53)

Entretanto, são diferentes os processos pe

(53) A partir de 1967, quando entraram em vigor as novas normas ditadas pelo Decreto-Lei Federal nº 59/66, os números referentes aos totais das vendas pelas Cooperativas Centrais passaram a superar aqueles referentes às cooperativas de 1º grau. Isto porque, devido à imposição daquela Lei, a Cooperativa Agrícola de Cotia foi obrigada a transformar-se em Cooperativa Central, tendo os seus dados, dessa época em diante, passado para a coluna das de 2º grau.

los quais é feita a colocação dos produtos por parte das Centrais das várias categorias, como a seguir se discrimina:

1) Grupo formado pela Central Agrícola de São Paulo:

esta Central possui 34 regionais associadas e 1 222 sócios singulares. Durante o exercício de 1964 apenas 19 regionais fizeram a comercialização dos produtos através da Central, no total de Cr\$ 1.681.074,64; os restantes Cr\$ 2.843.245,32 referem-se a associados singulares que entregaram a produção através de 24 depósitos mantidos pela Central (21 no Estado de São Paulo, 2 no Paraná e 1 no Rio de Janeiro). Ao todo a Central Agrícola de São Paulo vendeu Cr\$ 4.524.319,96; ovos, café, algodão, tomate, milho, batata, cenoura, laranja, melância e cebola foram os produtos mais vendidos (ordem decrescente). A venda se processa através dos postos de vendas, por meio de veículos (em mercearias, quitandas), no mercado municipal e mercados distritais. Mantém 16 postos de vendas localizados na Capital e Interior, 2 no Rio de Janeiro e 1 em Curitiba.

2) Grupo formado pela Central Agrícola "Sul-Brasil":

com 10 associadas e 6 241 sócios singulares, no exercício de 1964 procedeu à venda, unicamente, da produção dos sócios singulares, cujos produtos foram recolhidos por seus 43 depósitos, assim localizados:

36 no Estado de São Paulo, 1 no Rio Grande do Sul, 5 no Paraná e 1 no Estado do Rio de Janeiro.

A "Sul-Brasil" realizou a venda de Cr\$ 16.116.671,00 em ovos, tomate, batata, verduras, cereais, frutas, café, ovos para incubação e aves de corte, como os principais produtos. Mantém 8 postos de vendas distribuídos pela Capital e Interior, 2 no Rio de Janeiro, 1 em Curitiba e 1 em Porto Alegre, sendo que a produção é comercializada, também, no Mercado Municipal da cidade de São Paulo e Entrep^osto da Cantareira.

3) Grupo formado pela Central Agrícola de Mauá: com 3 cooperativas associadas e 1 382 sócios singulares; procedeu à venda de Cr\$ 730.379,77 em tomate, alface, cenoura, repolho, batata, escarola, batata-doce, mandioquinha, pepino e couve-flor; os produtos foram recebidos por 4 depósitos, localizando-se 1 no Rio de Janeiro e 3 nesta Capital. A venda pela Central se processa através de postos de vendas na Capital.

4) Cooperativa Central Agrícola de Colonização do Estado de São Paulo: não tem associadas e conta com 624 sócios singulares. Neste ano realizou a venda de Cr\$ 10.387,48 em arroz, suínos, algodão, milho, mamon^a, feijão, soja (ordem decrescente).

5) Grupo formado pela Central de Cafeicultores da Mogiana: esta Central não admite sócios singulares.

O único produto vendido - o café - é sempre entregue nas regionais pelos respectivos associados. As regionais ficam encarregadas do benefício, rebenefício, catação, etc., de modo que o café já vem pronto para a comercialização que a Central realiza no País ou no Exterior. Entre cafés vendidos no Interior do Estado diretamente pelas 11 regionais - em 1964 - e os vendidos através da Central, ao todo, as cooperativas desta área de influência atingiram o total de Cr\$ 14.475.225,57.

- 6) Grupo formado pela Central de Cafeicultores e Citricultores de São Paulo e Paraná: esta Central possuía em 1964 apenas 3 regionais associadas, e vinha restringindo suas atividades. A venda de café beneficiado em sua área de ação atingiu a soma de Cr\$ 3.336.099,36.
- 7) Grupo formado pela Cooperativa Central de Bananicultores do Estado de São Paulo: esta Central, com sede em Santos e 1 escritório em São Paulo, conta com 3 regionais associadas - todas especializadas na venda de bananas - e 43 sócios singulares. Procedeu à venda de Cr\$ 514.258,07 em bananas, em 1964, sendo Cr\$ 204.137,27 referentes a uma das regionais e o restante proveniente dos associados singulares.

8) Grupo formado pela Central de Laticínios: esta Central constitui uma das mais antigas e ativas cooperativas do Estado, distribuindo, nesta Capital, o leite recebido. Com 18 regionais associadas, neste ano de 1964 procedeu à venda de Cr\$ 15.281.613,82, em leite e derivados (manteiga, leite em pó, iogurte, creme, coalhada). Não admite sócios singulares. O maior número de cooperativas deste grupo localiza-se no Vale do Paraíba.

TABELA 16

VENDAS EM COMUM POR COOPERATIVAS AGRÍCOLAS MISTAS EM 1964

Produtos	Valor das Vendas em Cr\$ 1.000	PORCENTAGENS	
		s/Vendas	s/Total das Categorias
Ovos	16.710,60	18,3	92,2
Café	15.921,74	17,5	35,3
Batata	14.097,46	15,4	99,9
Tomate	8.939,66	9,8	97,9
Legumes e Hortalças	8.031,18	8,8	99,9
Algodão	5.989,38	6,5	85,3
Aves	3.804,38	4,1	97,0
Frutas	3.028,28	3,3	99,0
Arroz	2.217,86	2,4	96,2
Indust. (Óleos)	1.998,77	2,2	100,0
Chá	1.371,41	1,5	100,0
Milho	1.230,53	1,3	89,8
Cebola	1.146,33	1,2	100,0
Amendoim	1.139,34	1,2	99,5
Feijão	1.121,80	1,2	99,9
Banana	499,38	0,54	25,1

TABELA 16 - em continuação
 VENDAS EM COMUM POR COOPERATIVAS AGRÍCOLAS MISTAS EM 1964

Produtos	Valor das Vendas em Cr\$ 1.000	PORCENTAGENS	
		s/Vendas	s/Total das Categorias
Suínos	125,59	0,13	46,9
Leite	28,93	0,03	0,1
Queijo	1,97	0,01	0,2
Manteiga	1,00	0,01	0,3
Outros	3.555,54	3,90	71,4
TOTAL	90.961,13	100,00	59,7

TABELA 17

VENDAS EM COMUM POR COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS EM 1964

Produtos	Valor das Vendas em Cr\$ 1.000	PORCENTAGENS	
		s/Vendas	s/Total das Categorias
Bovinos	1.803,16	53,2	95,3
Algodão	587,32	17,3	8,4
Ovos	244,61	7,2	1,4
Tomate	188,91	5,6	2,1
Milho	115,50	3,4	8,4
Aves	113,91	3,4	2,9
Suínos	77,08	2,3	28,8
Arroz	40,54	1,2	1,7
Legumes e Hortaliças	11,59	0,34	0,1
Cafê	5,49	0,16	0,1
Amendoim	5,22	0,15	0,5
Frutas	3,61	0,10	0,1
Feijão	0,12	0,01	0,001
Outros	189,69	5,60	3,8
TOTAL	3.386,75	100,00	2,2
			-121-

TABELA 18

VENDAS EM COMUM POR COOPERATIVAS DE CAFEICULTORES EM 1964

	Valor das Vendas em Cr\$ 1.000	PORCENTAGENS	
		s/Vendas	s/Total das Categorias
Café	29.176,02	98,2	64,7
Algodão	447,71	1,5	6,3
Arroz	47,90	0,16	2,1
Milho	23,96	0,08	1,7
Ovos	3,75	0,01	0,2
Feijão	1,41	0,004	0,1
Batata	0,23	0,001	0,1
Outros	1,11	0,003	
TOTAL	29.702,09	100,00	19,5

TABELA 19

VENDAS EM COMUM POR COOPERATIVAS DE LATICÍNIOS EM 1964

Produtos	Valor das Vendas em Cr\$ 1.000	PORCENTAGENS	
		s/Vendas	s/Total das Categorias
Leite	19.068,26	75,3	99,9
Manteiga	3.188,04	12,6	99,9
Queijo	1.241,73	4,9	99,8
Deriv. Leite	681,93	2,7	100,0
Ovos	3,75	0,1	0,2
Outros	1.115,22	4,4	22,4
TOTAL	25.298,93	100,00	16,6

TABELA 20
 VENDAS EM COMUM POR COOPERATIVAS AVÍCOLAS EM 1964

Produtos	PORCENTAGENS	
	Valor das Vendas em Cr\$ 1.000	s/Total das Categorias
Ovos	1.143,09	94,2
Outros	70,35	5,8
TOTAL	1.213,44	100,0

TABELA 21
 VENDAS EM COMUM POR COOPERATIVAS DE FRUTICULTORES EM 1964

Produtos	PORCENTAGENS	
	Valor das Vendas em Cr\$ 1.000	s/Total das Categorias
Banana	1.492,19	98,2
Frutas	26,82	1,8
TOTAL	1.519,01	100,0

TABELA 22

VENDAS EM COMUM POR COOPERATIVAS DOS TRITICULTORES EM 1964

Produtos	Valor das Vendas em Cr\$ 1.000	PORCENTAGENS	
		s/Vendas	s/Total das Categorias
Outros	45,80	100,0	0,9
TOTAL	45,80	100,0	0,1

TABELA 23

VENDAS EM COMUM POR COOPERATIVAS DOS CRIADORES DE SUINOS EM 1964

Produtos	Valor das Vendas em Cr\$ 1.000	PORCENTAGENS	
		s/Vendas	s/Total das Categorias
Bovinos	89,89	56,4	4,7
Suínos	62,55	39,2	24,3
Aves	3,78	2,3	0,1
Ovos	0,42	0,3	0,2
Outros	2,62	1,6	0,1
TOTAL	159,26	100,0	-125,1

CAPÍTULO VII

QUADROS ASSOCIATIVOS

-Estrutura étnica-

As nacionalidades dominantes dentro do Quadro Social das cooperativas de produtores rurais em São Paulo, desde o início do movimento, foram e contnuam sendo a brasileira e a japonesa. É o que se pode observar pelos números em porcentagens das tabelas 24, 25 e 26.

Nas tabelas 25 e 26 encontram-se relacionadas as cooperativas mais antigas, fundadas até 1934 e que ainda funcionavam em 1964. O número de cooperativas organizadas até 1934, obviamente, foi bem maior do que aquele relacionado, porém não foram aqui computadas as que fecharam imediatamente ou pouco depois, mas somente aquelas que persistiram em atividade até o ano a que se refere este levantamento.

Pelas porcentagens reproduzidas na tabela 24 vê-se a grande quantidade de japoneses no impulso inicial dado ao cooperativismo paulista. (54) As diferenças percentuais das diversas nacionalidades, nas duas

(54) Para a compreensão das razões que deram ao elemento nipônico preponderância, remontar aos fatos históricos da colonização de São Paulo, relatados nos capítulos I e II deste trabalho.

épocas da tabela 24, são pouco significativas, a não ser no caso dos brasileiros, que tiveram um incremento de cerca de 6% do total, ou seja, pouco menos de 10% da própria classe. Tal incremento deve ser atribuído particu

TABELA 24

Quadro Social das cooperativas de Produtores Rurais do Estado de São Paulo - por Nacionalidades

Nacionalidade	Porcentagem	
	Na fundação	Em Dezembro/1964
Brasileiros	59,60	69,15
Italianos	1,43	0,79
Japoneses	31,96	23,64
Espanhois	1,24	0,77
Portugueses	2,00	2,13
Diversas	3,77	3,52
	100,00	100,00

larmente ao maior desenvolvimento das cooperativas de laticínios, de cafeicultores, agropecuárias e plantadores de cana, cujos quadros sociais são predominantemente de brasileiros, por se referirem a atividade de baixa preferência de japoneses. As porcentagens de japoneses e de mais nacionalidades da tabela 24, referem-se a indivi

duos provenientes das respectivas nações. Os descendentes de estrangeiros, aqui nascidos, foram incluídos entre os brasileiros.

Essa diferença, também, pode ser atribuída, parcialmente pelo menos, ao reconhecimento por parte dos nacionais, das vantagens oferecidas pelo cooperativismo, levando-os a engrossar as fileiras dos seus seguidores.

As cooperativas lideradas por elementos nacionais, organizadas no período de 1929 a 1934 - e que se mantiveram em funcionamento até dezembro de 1964, pode-se observar pelas tabelas 25 e 26, que são especializadas em crédito ou laticínios. As Caixas Rurais de Paraibuna e Guaratinguetá, localizam-se na zona de povoamento mais antigo do Estado, onde a tradição de costumes locais é muito acentuada; Paraibuna talvez mais ainda do que Guaratinguetá, por ser de difícil acesso em zona montanhosa, cuja estrada que a liga a outros centros, foi asfaltada há pouco tempo. Paraibuna tem sua principal atividade econômica na pecuária de corte e de leite, sendo o gado de corte vendido em Mogi das Cruzes, São Paulo e Jacarei, a produção agrícola, de pequeno volume, é absorvida no próprio município. Guaratinguetá tem boa parte da área do município na zona da várzea, no Baixo Vale, sendo sua agricultura, também, quase totalmente absorvida no local; porém sua economia se assenta também na indústria e pecuária.

TABELA 25

RELAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE PRODUTORES RURAIS MAIS ANTIGAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, EM FUNCIONAMENTO ATÉ 1934 - DATA DA FUNDAÇÃO. MUNICÍPIOS E NACIONALIDADES DOS SÓCIOS

Cooperativa	Data da Fundação	Município	Nacionalidade e Número dos Sócios			Total
			Brasileiros	Japanese	Outros	
C. Agric. de Cotia	1927	São Paulo	-	83	-	83
C. Agric. Mista de Registro	1928	Registro	-	220	-	220
C. Corporação Agric. Santista	1928	Santos	-	-	30 (1)	30
C. Central Agric. "Sul-Brasil"	1929	São Paulo	-	49	-	49
Caixa Rural de Paraibuna	1929	Paraibuna	32	-	6	38
Caixa Rural de Guaratinguetã	1931	Guaratinguetã	32	-	-	32
Bco. Agric. Créd. Agric. de P. Feliz	1931	Porto Feliz	57	-	25	82
C. Agric. Mista de Cafelândia	1932	Cafelândia	-	97	-	97
C. Latic. de Pindamonhangaba	1933	Pindamonhangaba	13	-	-	13
C. Latic. de Roseira	1933	Roseira	30	-	1	31
C. Central Latic. do Est. de S. Paulo	1933	São Paulo	-	-	-	-(2)
C. Latic. de Sorocaba	1933	Sorocaba	13	-	6	19
C. Central Agric. de São Paulo	1934	São Paulo	-	(3)	-	-
Soc. Coop. Agric. de Bastos	1934	Bastos	6	243	-	249
C. Agric. Fazenda Tietê	1934	Pereira Barreto	-	218	-	218
Total			183	910	68	1 161
Porcentagem em relação ao total			15,76	78,39	5,85	100,00

(1) Todos de nacionalidade portuguesa.

(2) Esta Cooperativa Central não admite sócios individuais.

(3) Esta Cooperativa Central, na data de sua fundação possuía apenas 5 cooperativas de 1º grau e não admitia sócios individuais.

RELAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE PRODUTORES RURAIS MAIS ANTIGAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, EM FUNCIONAMENTO ATÉ 1934-DATA DA FUNDAÇÃO, MUNICÍPIOS E NACIONALIDADES DOS SÓCIOS-EM DEZEMBRO DE 1964

Nacionalidade e Número dos Sócios

	Data da Fundação	Município	Nacionalidade e Número dos Sócios			Total
			Brasileiros	Japoneses	Outros	
C. Agric. de Cotia	1927	São Paulo	4 282	6 378	457	11 117
C. Agric. Mista de Registro	1928	Registro	99	138	2	239
C. Corporação Agric. Santista	1928	Santos	5	-	13	18
C. Central Agric. "Sul Brasil"	1929	São Paulo	2 662	3 356	238	6 256(1)
Caixa Rural de Paraibuna	1929	Paraibuna	840	-	3	843
Caixa Rural de Guaratinguetá	1931	Guaratinguetá	351	-	-	351
B. Agr. Créd. Agr. e Pop. de P. Feliz	1931	Porto Feliz	479	2	29	510
C. Agric. Mista de Cafelândia	1932	Cafelândia	37	66	5	108
C. Latic. de Pindamonhangaba	1933	Pindamonhangaba	211	2	1	214
C. Latic. de Roseira	1933	Roseira	126	5	-	131
C. Central Latic. do E. S. Paulo (2)	1933	São Paulo	-	-	-	-
C. Latic. de Sorocaba	1933	Sorocaba	228	-	10	238
C. Central Agric. de São Paulo	1934	São Paulo	570	604	43	1 217(3)
Soc. Coop. Agric. de Bastos	1934	Bastos	154	1 042	4	1 200
C. Agric. Fazenda Tietê	1934	Pereira Barreto	36	167	-	203
Total			10 080	11 760	805	22 645
Porcentagem em relação ao total			44,51	51,94	3,55	100,00

(1) Constanam aqui apenas os sócios individuais da "Sul-Brasil", porém esta Central possui também 10 cooperativas, cujos sócios individuais não estão computados nesta relação.

(2) Esta Cooperativa Central não admite sócios individuais.

(3) Constanam aqui apenas os sócios individuais da própria Central. Existem mais 34 cooperativas de 1º grau associadas.

O Banco de Crédito Agrícola e Popular de Porto Feliz, foi fundado por brasileiros residentes na cidade e ligados a atividades urbanas. Consta da lista de profissões dos fundadores dessa cooperativa, o farmacêutico local, o coletor, comerciantes, contadores e um ou outro agricultor. Atualmente o município tem sua economia baseada no cultivo da cana-de-açúcar, indústria açucareira e produtos de subsistência local. Uma das principais atividades da cooperativa no setor de crédito tem sido o desconto dos vales dados como pagamento aos operários da indústria açucareira local.

O número de associados fundadores brasileiros, componentes dessas três cooperativas de crédito, atinge 66,1% de todos os brasileiros da tabela 25, na respectiva coluna, embora seja irrisório o total de nacionais comparado com o de japoneses nas cooperativas mais antigas. O que é representativo, no caso, é o fato de essas cooperativas se terem mantido durante tanto tempo em progresso e atendendo às suas finalidades iniciais - empréstimos a pequenos agricultores - em regiões de acesso limitado.

Parece, portanto, que o fator isolamento deve ter contribuído decisivamente para esse progresso e bom funcionamento, além do fato de que, nas pequenas cidades de economia agrícola, a maioria das pessoas se conhecem e estão, de uma maneira ou de outra, em relações de parentesco ou de amizade; isto facilita a troca de in

formações a respeito do andamento da cooperativa, geralmente órgão importante na comunidade, canalizando maior interesse para as Assembléias e criando condições para que a Direção seja mais adequadamente escolhida entre os líderes do movimento.

Quanto às cooperativas de Laticínios de Pindamonhangaba e Roseira⁽⁵⁵⁾ também foram organizadas por pecuaristas brasileiros, precursores do movimento cooperativista de laticínios (que se mantêm em atividade até os dias atuais) que, com a fundação da Cooperativa Central de Laticínios da cidade de São Paulo, haveria de cobrir toda a região do Vale do Paraíba. Neste caso, a Cooperativa Central agiu como as de japoneses, que tiveram em vista o escoamento da produção e garantia de maior mercado, que é o da Capital.

Finalmente, a Corporação Agrícola Santista, cuja particularidade é ter sido fundada exclusivamente por portugueses, foi constituída por indivíduos e por firmas, todos se dedicando à cultura de banana, tendo se organizado com o objetivo de exportar o produto para o exterior e colocar parte dele no mercado de São Paulo. Embora funcione até os dias de hoje, o número de associados reduziu-se de trinta na fundação (1928), para dezoito em 1964.

A diferença básica existente na estrutura

(55) A primeira Cooperativa foi a de Cruzeiro, etc.

ra destas antigas cooperativas de produtores rurais - algumas das quais consideradas como das maiores e mais ativas do Estado - estão nos objetivos que nortearam a sua própria fundação e instalação.

Aquelas fundadas por japoneses, objetivaram, sempre, a venda em comum dos produtos, a compra em comum dos artigos e bens para sua lavoura e custeio, bem como visaram facilitar o crédito aos associados, baseando-se, em grande parte, nos fundos provenientes da própria economia dos cooperados que eram ali depositados. Daí poder imaginar-se a grande confiança que deveriam gozar os líderes e o corpo administrativo da cooperativa, pois esta funcionava não só como intermediária junto aos associados e aos bancos financiadores, mas também como bancos de depósito e saque.

Em algumas delas havia obrigatoriedade do depósito das economias por parte dos associados, facilitando, também, o depósito e crédito até aos agregados, atos estes que não foram assinalados entre as cooperativas fundadas por brasileiros. Para melhor idéia, abaixo transcrevemos alguns dispositivos básicos constantes dos estatutos da Cooperativa de Registro, fundada por japoneses:

"Artigo 12 - A Sociedade tem por objetivo:

- a) dar aos sócios, por empréstimos, capitais necessários para suas indústrias e receber

em depósito seus numerários;

b) dar aos sócios, por empréstimos, capitais necessários para o desenvolvimento econômico dos mesmos e receber em depósito as economias dos seus agregados;

c) vender em comum os produtos consignados pelos sócios;

d) comprar em comum, aos sócios, os artigos necessários para suas indústrias e economia..."

"Artigo 34 - A Sociedade produzirá e beneficiará:

a) mistura de adubos; ovos do bicho da seda; bichos da seda de fase inicial; animais domésticos, aves, mudas, leite, carnes e ovos... manterá um armazem de artigos de uso doméstico..."

São também muito semelhantes, em forma e conteúdo, os estatutos iniciais da Cooperativa Agrícola de Cotia, Agrícola Mista de Cafelândia e as demais organizadas por japoneses e que formam a relação das tabelas 25 e 26.

As cooperativas fundadas por brasileiros, por outro lado, tinham conteúdo diferente em suas normas de funcionamento, conforme se pode verificar no exemplo abaixo, tirado dos Estatutos da Cooperativa de Laticínios de Pindamonhangaba:

"Artigo 13 - A Sociedade tem por objeto principal, unir os produtores de leite residentes na zona de operação da Sociedade, ou aí dediquem as

suas atividades na criação e exploração de vacas leiteiras, para promoverem em comum o tratamento do leite destinado ao consumo fora da sede da Sociedade, a venda em comum de suas produções...

- a) Seção de tratamento do leite
- b) Seção de venda em comum
- c) Seção de compra em comum
- d) Seção de crédito que será instalada quando a cooperativa possuir os necessários recursos..."

Isto é, as cooperativas de predominância japonesa, além da ênfase dada ao crédito, funcionavam na prática, sempre, com os três setores (compra, venda e crédito) enquanto as cooperativas de nacionais tinham, no máximo, dois setores em atividade (compra e venda), como nas de laticínios, onde o crédito ficava para ser instalado "quando a cooperativa possuisse os necessários recursos..."

As cooperativas de nacionais, embora pudessem em seus estatutos pela atividade dos três setores em conjunto, em realidade, somente muitos anos mais tarde atingiam aquela integração de compra, venda e crédito, já de início conseguida pelos japoneses. Ao mesmo tempo, as cooperativas específicas de crédito agrícola, lideradas por nacionais, ocupavam-se apenas com este setor, como pode se constatar no segundo capítulo deste trabalho.

Um dos fatores da maior importância, constituindo a base do sucesso da organização e do funcionamento das cooperativas de japoneses, quer no Brasil ou no Japão, é o alto nível de instrução escolar e união existentes entre estes elementos. Para se ter idéia do valor que o japonês dá aos conhecimentos teóricos em agricultura ou pecuária e, também, para que seja possível uma idéia do grau de instrução do agricultor advindo do Japão, convém citar o estudo sobre a fundação da Cooperativa Agrícola de Cotia de autoria de Zempati Ando, intitulado "Pioneirismo e Cooperativismo". Este autor, referindo-se à propagação da avicultura comercial entre os japoneses diz que, "... um dos principais motivos do desenvolvimento da avicultura na Colonia foi o constante esforço de dedicados avicultores, que realizavam incessante melhoria e aperfeiçoamento no tocante a rações, técnica de criação e seleção de raças de galináceos. É interessante assinalar que quase todos os que se dedicavam a essas pesquisas eram lavradores intelectuais.

"Na realidade, são poucos os imigrantes japoneses que saíram de cursos superiores e que lograram êxito na lavoura no Brasil. Durante muito tempo eles foram desprezados pelos lavradores como pessoas que sabem tecer teorias mas nada produzem, isto é, que não têm conhecimento técnicos. Este estudo teórico constituía um trabalho interessante para o lavrador intelectual. Ele lia em revistas e livros japoneses a técnica e a teoria

avícolas e, tudo o que aprendia era introduzido habilmente na avicultura prática, no Brasil. Chegaram a publicar a revista "Vida Avícola", a fim de orientar os avicultores patrícios da colônia. Seus estudos e pesquisas contribuíram para desenvolver rapidamente a técnica avícola dos imigrantes japoneses. E a produção de ovos no Estado de São Paulo ficou praticamente nas mãos dos japoneses.

Deve-se, também, reconhecer a contribuição da Liga dos moços de Cooperativas Agrícolas que difundiu a técnica avícola no interior do Estado. Essa iniciativa foi tomada pela Cooperativa Central Agrícola de São Paulo como um movimento cooperativista juvenil, visando a construção, em várias localidades, de campos agrícolas, cuja principal atividade fosse a avicultura. Escolheu para membros rapazes que tivessem pelo menos o diploma de curso secundário no Japão. Os rapazes que recebiam orientação técnica viviam nas localidades do interior, onde, mediante o concurso do trabalho voluntário de jovens locais, construíram campos avícolas. Essas localidades se tornaram, depois, os principais centros avícolas do interior...".

Atualmente, pode-se dizer que a orientação dada aos cooperados pelas grandes Cooperativas Agrícolas Mistas - lideradas por japoneses - com referência aos demais produtos, especialmente quanto à batata, tomate, frutas, legumes, verduras e cereais diversos, se

assemelha àquela relatada por Zempati Ando, relativa à avicultura. Isto é, estas cooperativas não somente procedem a estudos e experimentos para melhoria e seleção das variedades cultivadas, como, também, a experiências de melhoria das práticas de cultivo, como adubação mais intensa, etc., orientando os associados - com uma difusão planejada - para a produção agrícola economicamente mais rentável. Ao lado de tudo isto, fomentam a utilização mais intensa de equipamentos mecânicos, através do crédito fornecido pela seção de compras.

Estes fatores conjugados, aliados "à vontade de vencer" inerente ao trabalhador agrícola imigrante que povoou as terras paulistas, com o passar dos anos deram ao cooperado japonês e às suas cooperativas, um lugar de destaque dentro da produção agropecuária do Estado de São Paulo.

CAPÍTULO VIII

Incentivos Fiscais e Crédito dado às Cooperativas

As cooperativas de produtores rurais em São Paulo, quer nas vendas em comum dos seus produtos e mesmo nas compras em comum, vieram se beneficiando de várias isenções tributárias, que permitiram às organizações atingir o desenvolvimento que hoje presenciamos. Estas isenções, no entanto, embora procurando favorecer o cooperativismo em geral, nem sempre tiveram o efeito esperado, por não constituírem uma política sistemática e racional, favorecendo apenas os que melhor souberam aproveitar-se dela, os japoneses, que estavam aparelhados para tanto. Os japoneses aqui residentes, como população, possuíam aqueles requisitos básicos sem os quais, historicamente, o cooperativismo nunca teria se desenvolvido: instrução, orientação e disciplina.

Apesar disto, porém, determinados grupos de brasileiros aproveitaram-se também destas vantagens, como é o caso dos cafeicultores e produtores de leite. O primeiro incentivo fiscal para a comercialização de produtos agropecuários veio em 1932, proveniente de estudos realizados por uma comissão de técnicos do Ministério da Agricultura, quando foi aprovado o Decreto-Lei Federal nº 32 239 de 19 de dezembro de 1932 - que vigorou até dezembro de 1965 - consubstanciando as normas para a organização e funcionamento das sociedades

cooperativas, além das isenções relativas ao imposto sobre a renda (artigo 39), isenção de selos, taxas e emolumentos para a legalização de seus atos, contratos, requerimentos, etc.

Em 1938, pelo Decreto-Lei Federal nº 581 de 1 de agosto, foi permitido às cooperativas agrícolas, com exceção das de crédito, a criação de agências fora da área de ação, para a prática de seus serviços. Esta norma, que provocou forte reação dentro do Departamento de Assistência ao Cooperativismo do Estado de São Paulo⁽⁵⁶⁾ permitiu a consolidação de poderosas organizações já constituídas, que eram a Cooperativa Agrícola de Cotia, a então Cooperativa Agrícola de Juqueri e outras. O Departamento de Assistência ao Cooperativismo via, no Decreto-Lei nº 581, a força enorme dada às grandes cooperativas já então existentes, e, além do mais, o grande golpe desfechado contra o espírito cooperativista

(56) Cf. Zempati ANDO - Pioneirismo e Cooperativismo - São Paulo - 1961 - pg. 84: "Houve forte oposição, dentro do Departamento de Assistência ao Cooperativismo, a essa atribuição de área de ação tão ampla a uma cooperativa. Dentro dos postulados cooperativistas, sua área de ação deve-se limitar a uma zona, mas em se tratando de um Estado como o de São Paulo, que apesar de dispor de vasta área territorial somente possui um grande centro industrial e comercial, que é a cidade de São Paulo, praticamente toda a produção do interior se destina à capital. Nessas condições, as pequenas cooperativas do interior, cuja atividade esteja limitada a pequenas áreas, não podem funcionar a contento. E por isso são subjugados por poderosos grupos de comerciantes intermediários que operam com base em São Paulo".

de sociedade democrática, cuja regra de vida é "cada homem um voto". A expansão para outros centros viria criar associados em contato apenas com os depósitos da entidade, muito distantes da cooperativa, impedidos de comparecer às Assembléias que devem ser amplas e gerais, contar com a participação do maior número de associados para a discussão e votação dos assuntos concernentes à organização.

Um incentivo fiscal importante foi aquele decorrente da Lei Estadual nº 2 855 de 10 de dezembro de 1954, em virtude do qual o Estado deveria devolver às cooperativas 50% do total do Imposto sobre Vendas e Consignações e do Imposto sobre Transações, pagos pelas cooperativas e que eram calculados à taxa de 6% durante o exercício de 1964. O Imposto sobre Vendas e Consignações recaía sobre o valor das vendas e compras em comum de produtos da agricultura ou a ela destinados, e o de Transações incidia sobre a taxa cobrada pelas cooperativas, para o benefício ou preparo dos produtos para remessa aos mercados consumidores. Essa subvenção decorrente da Lei nº 2 855 tinha destinação específica, ou seja:

- a) construção de instalações para serviços de interesses comuns dos associados;
- b) prestação de serviços de assistência social, cultural e recreativa para os cooperados e suas famílias, extensíveis aos empregados das cooperativas;

c) desenvolvimento do crédito agrícola.

Posteriormente, foi autorizada a retenção pura e simples daqueles 50% pelas cooperativas, sendo que, destes, 3% seriam encaminhados ao Fundo de Fomento e Propaganda do Cooperativismo, que funcionou junto ao Departamento de Assistência ao Cooperativismo, cabendo àquele a fiscalização da aplicação das parcelas de imposto retidas, no atendimento das finalidades.

Recentemente, em estudo procedido pelo Departamento de Assistência ao Cooperativismo, foi constatado que, durante o exercício de 1964, o número relativo de cooperativas contribuintes que atuaram ou não como arrecadoras do Imposto sobre Vendas e Consignações no Estado, foi o seguinte:

- a) cooperativas sujeitas ao recolhimento de tributos à Fazenda do Estado, 66,6%;
- b) cooperativas sujeitas à contribuição do Fundo, mas que não efetuaram suas remessas no decorrer do primeiro semestre de 1964, 23%;
- c) cooperativas que efetivamente contribuíram para o Fundo, no decorrer do 1º semestre de 1964, 10,4%.

A arrecadação do Fundo em 1964 foi de Cr\$ 84.385,00, recursos com os quais contou para aplicação no programa de fiscalização e orientação às cooperativas, propaganda e orientação cooperativista através de cursos, palestras e conferências. Estes foram ministrados a cooperados e in

interessados em geral, não são no Estado de São Paulo, como em outros da Federação.

Crédito

O crédito cooperativo, a partir de 1932, vinha sendo orientado e controlado pelos Decretos-Leis nrs. 22 239/32 e 581/38. No entanto, com o advento da Lei Federal nº 4 595 de 1964, nova estrutura foi dada ao sistema financeiro do País, quando foram introduzidas mo dificações naqueles decretos, especialmente quanto à su bordinação e ao controle dos órgãos creditícios coopera tivistas, anteriormente atribuídos a repartições do Mi nistério da Agricultura e Superintendência da Moeda e do Crédito. - SUMOC.

As organizações de crédito foram integra das no novo sistema financeiro nacional, pela nova legis lação, sendo-lhes reservado lugar em duas comissões con sultivas do Conselho Monetário Nacional, ou seja, na Co missão Bancária e na Comissão de Crédito Rural. A par tir de então, deixaram tais órgãos de crédito de serem subordinados e orientados em duplicidade, e passaram a sê lo exclusivamente pelo Banco Central da República, fi cando, desta maneira, em igualdade com as demais institui ções financeiras.

Dentro deste novo regime legal, algumas medidas foram tomadas pelo Banco Central da República, as quais afetaram as entidades cooperativistas de crédito.

E, dentre estas, notadamente aquelas contidas nas Resoluções 11, 15 e 27, adiante resumidas: 1) não mais podem usar a palavra "Banco" em sua denominação; 2) não podem ter, em sua administração, "pessoas que participem da administração ou detenham mais de 10% do capital de qualquer outra instituição"; 3) só podem receber depósitos de: associados, funcionários da própria cooperativa e instituições de caridade, religiosas, científicas, educativas e culturais, beneficentes ou recreativas, das quais participem apenas associados ou funcionários da própria cooperativa; 4) não podem conceder empréstimos a associados "sem observância do prazo de trinta dias, contados da respectiva admissão; 5) deverão encerrar, até 30-9-67, todas as contas de depósitos, que estiverem em desacordo com o item II da Resolução 27; 6) não podem ter pessoas jurídicas em seu quadro social.

Das medidas adotadas pelo Banco Central da República e atrás enunciadas, as que repercutiram mais desfavoravelmente entre as cooperativas de crédito e caixas rurais Raiffeisen, foram as que se referem à proibição de receber depósitos de não associados e o consequente encerramento dessas contas até 30-9-67; a não existência de pessoas jurídicas em seu quadro social e a instituição do prazo de carência de 30 dias para concessão de empréstimo a associados recém-admitidos.

Na verdade, existe forte razão para que as cooperativas de crédito se ressintissem do impedimen

to de depósitos de não cooperados, pois estes constituem quase 50% nas cooperativas de crédito do Interior do Estado e 40% nas da Capital. A obrigação de devolução desses saldos, portanto, vieram reduzir substancialmente importante fonte de suprimentos de empréstimos a cooperados.

A outra proibição "a não existência de pessoa jurídica em seu quadro social..." afasta a possibilidade de movimentação de importantes fundos de pequenos e médios comerciantes, industriais, companhias agropecuárias, etc., que a partir de então seriam canalizados para bancos particulares.

Ainda outra medida, que afeta de modo geral a todas as fontes de crédito cooperativo, é a exigência de carência de 30 dias, ao recém associado, para obtenção do empréstimo. Esse é um grande obstáculo para as atividades normais da cooperativa, pois é sabido que nossos agricultores sediados na zona rural e que demandam em busca de financiamento, em geral deixam as providências necessárias para a última hora, mormente em se tratando de pequenos e inexperientes agricultores. As medidas adotadas pelo Banco Central da República trouxeram grande desânimo aos dirigentes das organizações de crédito cooperativo e aos partidários do cooperativismo em geral.

A defesa principal destes setores consiste em chamar a atenção das autoridades competentes, para o fato de que crédito cooperativo e bancos particulares,

são duas instituições cujos interesses se chocam, e, portanto, não podem permanecer subordinados a um mesmo órgão de fiscalização e orientação.

O Banco Central da República, no entanto, parece ter os seguintes propósitos: a) considerar as fontes de crédito cooperativo como entidades meramente mutualistas; b) manter todas as fontes de crédito rural sob a subordinação e orientação de um mesmo órgão, pois somente desta maneira julga ser possível obter-se uma maior visão de conjunto sobre o problema, para a orientação de uma política de crédito rural cada vez mais adequada à nossa realidade.

O capital e reservas de que dispõem as cooperativas, raramente são suficientes para fazer face a todas as suas necessidades de numerário para aplicação nos financiamentos e empréstimos aos cooperados, ou nos seus empreendimentos, o que as leva a procurar esses recursos em organismos oficiais ou particulares de crédito. O Banco Nacional de Crédito Cooperativo - por sua finalidade específica - o Banco do Brasil S.A. (por sua Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, a CREAM), o Banco do Estado de São Paulo S.A. e toda a rede de Bancos particulares, constituem este tipo de órgãos creditícios.

Embora as cooperativas de Crédito Agrícola tenham sido mantidas fora do plano de aplicações do BNCC, as demais cooperativas rurais vêm recebendo dele substanciais financiamentos, os quais são distribuídos

aos cooperados por meio das Seções de Crédito destas últimas. Assim sendo, é interessante fazer uma rápida exposição sobre a natureza dessa entidade de crédito, com alguns dados sobre suas atividades. O BNCC foi criado pela Lei nº 5 893 de 19/10/43 (artigos 104 a 118) com a denominação de Caixa de Crédito Cooperativo, sob regime autárquico, destinando-se ao financiamento e fomento do cooperativismo no território nacional. Sua instalação, entretanto, só se deu em 1945, com o crédito inicial de 300 mil cruzeiros. Até 1951 o capital deste Banco foi integrado apenas por verbas federais.

Pela Lei nº 1 412 de 13/8/1951, recebeu o atual nome de BNCC, passando seu capital a ser integrado, também, por quotas subscritas pelas cooperativas, donde a origem da discussão sobre a exata conceituação do organismo, se autarquia ou se sociedade de economia mista. Esta anomalia foi sanada pelo Decreto nº 52 093, de 4/6/1963, que formalizou sua natureza como "sociedade de economia mista vinculada ao Ministério da Agricultura, com personalidade jurídica própria, gozando de autonomia administrativa e financeira" e definiu sua finalidade como sendo para "proporcionar assistência creditícia, financeira e técnica às Cooperativas, Federações e Confederações de Cooperativas, em funcionamento no País, devidamente registradas no Ministério da Agricultura". (57)

(57) Artigos 1º e 4º do Decreto nº 52 093 de 4/6/1963.

O capital do BNCC (acrescido das reservas) sofreu grandes modificações cujos totais de 1954 a 1965, são os seguintes, de acordo com seus Relatórios:

Ano	Capital	Empréstimos	Cooperativas financiadas
1954	535.900,00	334.200,00	-
1963	1.650.600,00	4.263.200,00	247
1964	4.531.100,00	15.321.600,00	365
1965	8.705.000,00	47.560.300,00	520

Este aumento de capital e reservas deve-se aos sucessivos reforços federais e às subscrições de quotas pelas cooperativas. Comparando-se o montante do capital ao volume de empréstimos, observa-se que a mecânica operacional do BNCC se baseia em empréstimos a curto prazo, ao mesmo tempo procurando atender maior número de cooperativas.

De acordo com o relatório anual do Banco, seu capital, acrescido das reservas, nos seguintes anos, estava constituído e integralizado da seguinte maneira:

	1964	1965
União	Cr\$ 2.800.000,00	Cr\$ 2.800.000,00
Cooperativas	Cr\$ 180.000,00	Cr\$ 180.000,00
Reservas	Cr\$ 150.000,00	Cr\$ 5.700.000,00
Total	Cr\$ 4.500.000,00	Cr\$ 8.700.000,00

O Banco Nacional de Crédito Cooperativo redistribui o crédito através de suas agências, que têm, em sua maioria, área de ação regional. Sua clientela é formada uni

camente por cooperativas, quer sejam de 1º, 2º ou 3º graus, as quais distribuem o crédito entre seus associados. Pela tabela 27 pode-se observar a distribuição das aplicações do BNCC nas diversas atividades, destacando-se as agrícolas com 33,02% do valor dos empréstimos, seguida da produção de Laticínios com 21,24%, abrangendo, as duas, mais de 50% dos empréstimos do Banco.

Quanto às unidades da Federação beneficiadas por estes empréstimos, o Estado de São Paulo ocupa o primeiro lugar, seguido do Rio Grande do Sul e Minas Gerais, no ano de 1965, na seguinte proporção: 27%, 21% e 18% respectivamente, no total de Cr\$ 47.560.300,00; os restantes 34% foram distribuídos entre os demais Estados.

Comparando-se esses dados com aqueles da tabela 27, observa-se perfeita correlação entre os fatos de terem sido as atividades agrícolas e o Estado de São Paulo os maiores beneficiados pelos créditos do BNCC, pois neste Estado estão localizadas poderosas cooperativas agrícolas, tais como: Agrícola de Cotia, Sul-Brasil e Central Agrícola de São Paulo, as quais possuem grande movimento de empréstimos a cooperados.

Outra fonte de recursos de que se vale o Crédito Cooperativo Rural é o Banco do Brasil S.A., seja por financiamento às cooperativas - que é o caso mais comum - ou seja por financiamento direto ao cooperado mediante aval da Cooperativa. Este Banco opera através de sua Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, sendo que,

FINANCIAMENTOS DISTRIBUIDOS A COOPERATIVAS ASSISTIDAS PELO BNCC - BRASIL

Atividades	1964		1965	
	Cr\$ milhares	%	Cr\$ milhares	%
Agrícolas	5.054,70	33,02	12.739,00	26,80
Laticínios	3.252,30	21,24	8.777,30	18,50
Industriais	1.566,30	10,23	4.604,50	9,40
Agropecuárias	1.410,40	9,20	7.833,40	16,40
Consumo	1.305,50	8,52	3.345,60	7,03
Produtos Suínos	992,60	6,47	2.798,60	6,00
Agrícolas Mistas	857,60	5,59	4.703,00	10,00
Pesca	330,80	2,15	1.200,00	2,60
Avícolas	311,10	2,03	1.489,90	3,10
Crédito Agrícola	199,00	1,29	64,00	0,16
Crédito Urbano	41,30	0,26	5,00	0,01
Total	15.321,60	100,00	47.560,30	100,00

FONTE: Relatórios de 1964 e 1965 - BNCC

no ano de 1965, o Estado mais beneficiado através da CREAL foi o Rio Grande do Sul, com 62% do total financiado pelo Banco.

A participação de outros Bancos no financiamento ao Crédito Rural é indiscutível, embora sua apuração apresente dificuldades muito grandes. Para dar uma idéia do grau dessas dificuldades apurou-se que, somente a Cooperativa Central Agrícola de São Paulo tem mantido operações diversas com cerca de dezessete Bancos diferentes, muitos dos quais abrem-lhe suas Carteiras de Crédito Agrícola.

C O N C L U S Õ E S

Este estudo nos permite apresentar as seguintes conclusões:

1. O cooperativismo entre produtores rurais no Estado de São Paulo, desenvolveu-se, desde o seu início, com maior intensidade, entre as categorias de crédito agrícola, agrícolas mistas e laticínios.

a) O setor de crédito, o primeiro a surgir, teve por finalidade a concentração de capitais, com vistas ao atendimento dos pequenos agricultores que se dedicavam, não só à cultura do café, como também a outros cultivos. Posteriormente, a partir da década de trinta, aumentou o número de cooperativas de crédito entre os policultores nacionais e europeus, sendo que, entre os de origem japonesa, o crédito cooperativo passou a ser distribuído pela categoria das agrícolas mistas.

b) As primeiras cooperativas agrícolas mistas se desenvolveram entre os pequenos policultores japoneses ligados à agricultura intensiva, fomentada para o atendimento dos mercados locais e estrangeiros. A partir da década de quarenta, agricultores nacionais e estrangeiros também passaram a integrar as cooperativas desta categoria. No entanto, o maior volume de negócios - vendas e compras em comum - continuou sempre a se processar através das cooperativas cujo quadro associativo se constituía de nipônicos.

c) As cooperativas de laticínios se desenvolveram, com maior intensidade, entre os produtores de leite sediados na região do Vale do Paraíba. A pecuária leiteira nesta região teve, como objetivo fundamental, desde o seu início até os dias atuais, o abastecimento da cidade de São Paulo.

2. O cooperativismo na cafeicultura desenvolveu-se posteriormente aos setores inicialmente citados, porque a comercialização do café tinha, de há muito, uma estrutura bem organizada, de modo que somente quando o cooperativismo passou a se beneficiar com as vantagens concedidas pela Lei Estadual nº 2.855 de 1954 - juntamente com as facilidades trazidas pelos empréstimos concedidos pelo Instituto Brasileiro do Café - este setor se transformou numa das categorias mais importantes do cooperativismo paulista.

3. Outro aspecto relevante, que se evidenciou na pesquisa, é aquele ligado à produção cooperativista neste Estado, em função do mercado interno. Isto porque, se executarmos alguns poucos produtos de venda mais volumosa, tais como o café, algodão e banana, principalmente, que se destinam com prioridade à exportação, os demais estão no rol daqueles produzidos para suprimento do mercado interno. Este fato mostra que a produção das cooperativas paulistas segue a orientação moderna de diversificação agrícola.

ANEXO 1

COOPERATIVAS AGRÍCOLAS MISTAS

Nome	Localidade	Nº de sócios
Cooperativa Agrícola de Cotia	Capital	11 117
Cooperativa Agrícola Mista do Itaim	Capital	441
Cooperativa Agrícola Mista Palmeira - Suzano	Capital	111
Cooperativa Agrícola Suburbana da Capital	Capital	603
Cooperativa Agrícola de São Miguel	Capital	469
Cooperativa Agrícola Mista de Suzano	Capital	133
Cooperativa Agrícola Bandeirante	Capital	1 479
Cooperativa Central Agríc.de Coloniz.Est. São Paulo	Capital	628
Cooperativa Central Agrícola Sul Brasil	Capital	6 256
Cooperativa Central Agrícola Mauá	Capital	1 382
Cooperativa Central Agrícola de São Paulo	Capital	1 222
	sub-soma	<u>23 841</u>
Cooperativa Agrícola Mista de São Carlos	São Carlos	797
Cooperativa Agrícola de Monte Alto	Monte Alto	109
Cooperativa Agrícola da Fazenda Tietê	Pereira Barreto	203
Cooperativa Agrícola Mista "Aspase"	Mococa	58
Cooperativa Agrícola Mista de Jahu	Jau	136
Cooperativa Agríc.Mista de Assist. e Rural de Itu	Itu	1 090
		<u>154</u>

ANEXO 1 - em, continuação

Nome	Localidade	Nº de sócios
Cooperativa Agrícola Mista de Itapecerica da Serra	Itapecerica da Serra	1 011
Cooperativa de Imigração e Colonização "Holambra"	Jaguariúna	36
Cooperativa Agrícola de Ourinhos	Ourinhos	475
Coop. Agríc. Mista dos Assoc. da Assoc. Rural de Presidente Venceslau	Presidente Venceslau	207
Cooperativa Agrícola Mista de Leme	Leme	176
Cooperativa Agrícola Mista de Cravinhos	Cravinhos	343
Cooperativa Agrícola Mista do Vale do Mogi Guaçu	Descalvado	253
Cooperativa Agrícola Mista de Votuporanga	Votuporanga	15
Cooperativa Agrícola Mista de Sta. Rita do Passa Quatro	Sta. Rita do Passa Quatro	235
Cooperativa Agrícola Mista de Pindorama	Pindorama	174
Cooperativa Rural de Batatais	Batatais	290
Cooperativa Agrícola Mista de Araras	Araras	286
Cooperativa Agrícola Mista de Duas Barras Ltda.	Birigüi	606
Cooperativa Agrícola de Jundiá	Jundiá	1 099
Cooperativa Agrícola Mista de Brotas	Brotas	607
Cooperativa Agrícola Mista de Caconde	Caconde	191
Cooperativa Agrícola Mista de Cafelândia	Cafelândia	108
Cooperativa Agrícola Mista de Cândido Mota	Cândido Mota	1 691
Cooperativa Agrícola de Campinas	Campinas	448
Cooperativa Agrícola Mista de Catanduva	Catanduva	276

ANEXO 1 - em continuação

Nome	Localidade	Nº de sócios
Cooperativa Agrícola Mista do Vale do Tietê	Ibitinga	160
Cooperativa Agrícola Mista de João Ramalho	João Ramalho	47
Cooperativa Agrícola Mista de Cunha	Cunha	395
Cooperativa Agrícola de Marília	Marília	143
Cooperativa Agrícola de Limeira	Limeira	579
Cooperativa Agrícola de Itapetí	Mogi das Cruzes	291
Cooperativa Agrícola de Orlandia	Orlândia	30
Cooperativa dos Agricultores da Região de Orlandia	Orlândia	111
Cooperativa Agrícola Mista de Canos		58
Cooperativa Agrícola Mista de Pedrinhas	Pedrinhas	339
Cooperativa Agrícola Mista da Zona de Araraquara	Araraquara	290
Cooperativa Agrícola de São Bernardo do Campo	São Bernardo do Campo	75
Cooperativa Agrícola Mista dos Associados da Associação Rural de Sorocaba	Sorocaba	159
Cooperativa Agrícola Mista de Mairinque	Mairinque	38
Cooperativa Mista Fazenda de Venerando	São José do Rio Pardo	457
Cooperativa Agrícola da Fazenda Aliança	Mirandópolis	183
Cooperativa Agrícola Mista Alta Paulista	Tupã	858
Cooperativa Agrícola Mista Norte de São Paulo	Mogi das Cruzes	731
Cooperativa Agrícola Mista de Guararema	Guararema	557
Cooperativa Agrícola Mista de Assis Ltda.	Assis	139

156

ANEXO 1 - em continuação

Nome	Localidade	Nº de sócios
Cooperativa Agrícola Mista de Palmital	Palmital	684
Cooperativa Agrícola Mista de Porto Ferreira	Porto Ferreira	81
Cooperativa Agrícola Mista de Nova Odessa	Nova Odessa	540
Cooperativa Agrícola Mista de Mirassol	Mirassol	52
Cooperativa Agrícola Mista de Presidente Prudente	Presidente Prudente	412
Cooperativa Agrícola Mista de Salesópolis	Salesópolis	67
Cooperativa Agrícola Mista de Santo Anastácio	Santo Anastácio	494
Cooperativa Agrícola de São Roque	São Roque	37
Cooperativa Mista de Itaquaquecetuba	Itaquaquecetuba	361
Cooperativa Agrícola Mista de Registro	Registro	153
Cooperativa Agrícola Mista Chavantes Ltda.	Chavantes	433
Cooperativa Agrícola Mista de Bauru	Bauru	70
Cooperativa dos Agricultores de Timburí	Timburí	596
Cooperativa Agrícola Mista de Tupã	Tupã	1 309
Cooperativa Agrícola Mista Produtores de Taquaritinga	Taquaritinga	766
Cooperativa Agrícola Mista de Tatuí	Tatuí	713
Cooperativa Agrícola Pastoral Linense	Lins	32
Cooperativa Paulista de Agricultores de Guarulhos	Guarulhos	293
Cooperativa Mista de São José	São Manoel	782
Cooperativa Agrícola Mista de São João	Águas da Prata	532

ANEXO 1 - em continuação

Nome	Localidade	Nº de sócios
Cooperativa Agrícola Mista de Mogi das Cruzes	Mogi das Cruzes	873
sub-soma		25 840
SOMA		49 681
COOPERATIVAS AGRO-PECUÁRIAS		
Cooperativa Mista Agro-Pecuária de Pirassununga	Pirassununga	339
Cooperativa Industrial Agro-Pecuária de Patrocínio Ltda. Patrocínio Paulista	Patrocínio Paulista	217
Cooperativa Agro-Pecuária de Sumaré	Sumaré	302
Cooperativa Agro-Pecuária da Região de Piracicaba	Piracicaba	228
Cooperativa Mista Agro-Avícola de Tietê	Tietê	191
Cooperativa Mista Agro-Pecuária da Média Mogiana	Mococa	12
Cooperativa Agro-Pecuária Piratininga	Marília	39
Cooperativa Agro-Pecuária da Região de Laranjal Paulista	Laranjal Paulista	335
Cooperativa Agro-Pecuária "Holambra"	Jaguariúna	138
Cooperativa Agro-Pecuária de Jaboticabal	Jaboticabal	356
Cooperativa Paulista Agro-Sericícola	Duartina	78
Cooperativa Agro-Pecuária do Bairro do Pacova	Itapeva	201
Cooperativa Agro-Pecuária de Guareí	Guareí	216
Cooperativa Agro-Pecuária de Itápolis	Itápolis	129
Cooperativa Agro-Pecuária de Paulo de Faria	Paulo de Faria	329
		158

ANEXO I - em continuação

Nome	Localidade	Nº de sócios
Cooperativa Agro-Pecuária de Cafelândia	Cafelândia	103
Sociedade Cooperativa Agro-Pecuária Belgo-Brasileira	Botucatu	46
Cooperativa Agro-Avícola de Bastos	Bastos	26
Cooperativa Mista Agro-Pecuária "União"	Cruzeiro	539
	SOMA	<u>3 824</u>
COOPERATIVAS AVÍCOLAS		
Cooperativa Mista dos Avicultores de São Paulo	Capital	73
Cooperativa Avícola de Palmeiras	Suzano	164
Cooperativa Avícola Mista Progresso	Mogi das Cruzes	173
Cooperativa Avícola "Hens Land"	Guarulhos	61
Cooperativa Avícola de Bastos	Bastos	32
Soc. Cooperativa Agrícola de Bastos	Bastos	1 200
Cooperativa Agrícola Mista Continental	Suzano	396
Cooperativa Agrícola Mista Avibrás	Mogi das Cruzes	69
Cooperativa Agrícola Mista "Granja Bastos"	Bastos	22
Cooperativa Mista Agro-Mogi	Mogi das Cruzes	201
Cooperativa Agro-Avícola de Bastos	Bastos	26
	sub-soma	<u>2 344</u>
	SOMA	<u>2 417</u>

ANEXO I - em continuação
COOPERATIVAS DE CAFECULTORES

Nome	Localidade	Nº de sócios
Cooperativa Agrária Cafeicultores d'Oeste de São Paulo	Monte Azul Paulista	649
Cooperativa Reg. Cafeicultores da Alta Mogiana	Ribeirão Preto	567
Cooperativa Cafeicultores da Zona de Jau	Jau	506
Cooperativa Cafeicultores de Dourado	Dourado	59
Cooperativa Cafeicultores da Zona de Lins	Lins	254
Cooperativa Cafeicultores de Mirassol	Mirassol	251
Cooperativa Reg. Cafeicultores Média Araraquense	Catanduva	95
Cooperativa Cafeicultores da Alta Araraquense	São José do Rio Preto	1 308
Cooperativa Cafeicultores da Região de Pinhal	Pinhal	227
Cooperativa Cafeicultores de Pirajuí	Pirajuí	184
Cooperativa Cafeicultores de Mococa	Mococa	111
Cooperativa Cafeicultores da Zona Bragantina	Bragança Paulista	120
Cooperativa Cafeicultores da Zona de Amparo	Amparo	129
Cooperativa Cafeicultores de Patrocínio Paulista	Bragança Paulista	103
Cooperativa Cafeicultores de São José do Rio Pardo	São José do Rio Pardo	92
Cooperativa Cafeicultores da Zona de Araraquara	Araraquara	380
Cooperativa Agrária Cafeicultores do Sul de São Paulo	Parapuã	52
Cooperativa Cafeicultores de Monte Azul Paulista	Monte Azul Paulista	299
Cooperativa Cafeicultores da Zona de Vera Cruz Paulista	Vera Cruz Paulista	164

ANEXO 1 - em continuação

Nome	Localidade	Nº de sócios
Cooperativa Cafeicultores da Região de Campinas	Campinas	299
Cooperativa Cafeicultores da Zona de São Manoel	São Manoel	321
Cooperativa Cafeicultores de Fernandópolis	Fernandópolis	192
Cooperativa Cafeicultores da Região de Garça	Garça	326
	SOMA	<u>6 688</u>
COOPERATIVA DOS CRIADORES DE SUINOS		
Cooperativa Mista dos Criadores de Suínos	Sorocaba	<u>50</u>
COOPERATIVAS DE FRUTICULTORES		
Cooperativa Mista de Itaquera	Capital	<u>138</u>
	Sub-soma	<u>138</u>
Cooperativa Agrícola Sul Paulista	Santos	19
Cooperativa dos Produtores de Banana de Itanhaem	Itanhaem	33
Corporação Agrícola Santista	Santos	16
Cooperativa dos Agricultores de Santos	Santos	65
Cooperativa Citricultores da Zona de Bebedouro	Bebedouro	134
Cooperativa Citricultores da Zona de Pederneiras	Pederneiras	46
	Sub-soma	<u>313</u>
	SOMA	<u>451</u>

ANEXO 1 - em continuação
COOPERATIVAS DE LATICÍNIOS

Nome	Localidade	Nº de sócios
Cooperativa Central de Laticínios do Estado São Paulo	Capital	16
Cooperativa Laticínios de Lorena e Piquete	Lorena	295
Cooperativa Laticínios de Jacareí	Jacareí	427
Cooperativa Laticínios de Guaratinguetá	Guaratinguetá	1 058
Cooperativa Laticínios de Produtos de Leite "A" e "B"	Campinas	68
Cooperativa Laticínios de Cachoeira Paulista	Cachoeira Paulista	563
Cooperativa Laticínios de Caçapava	Caçapava	170
Cooperativa Laticínios de Brodosqui Ltda.	Brodosqui	689
Cooperativa Laticínios de Bragança Paulista	Bragança Paulista	105
Cooperativa Laticínios de Batatais	Batatais	208
Cooperativa dos Produtores de Leite de Bananal	Bananal	267
Cooperativa Laticínios de Roseira	Roseira	131
Cooperativa Laticínios de Aguai	Aguai	260
Cooperativa Laticínios Linense Ltda.	Lins	196
Cooperativa Laticínios de Taubaté	Taubaté	564
Cooperativa Laticínios de Sorocaba	Sorocaba	238
Cooperativa Laticínios de São José dos Campos	São José dos Campos	1 732
Cooperativa Laticínios de São Carlos	São Carlos	338
Cooperativa Laticínios de São Bento do Sapucaí	São Bento do Sapucaí	661

ANEXO I - em continuação

Nome	Localidade	Nº de sócios
Cooperativa Mista de Laticínios de Santa Izabel	Santa Izabel	678
Cooperativa Laticínios de Rio Claro Ltda.	Rio Claro	79
Cooperativa Laticínios do Vale do Parapanema	Presidente Prudente	198
Cooperativa Laticínios de Patrocínio do Sapucaí Ltda.	Patrocínio do Sapucaí	557
Cooperativa Laticínios de Monte Alto	Monte Alto	235
Cooperativa Laticínios de Santa Branca	Santa Branca	395
Cooperativa Laticínios "Latvia" de Varpa Ltda.	Tupã	180
Cooperativa Laticínios de Pindamonhangaba	Pindamonhangaba	214
Cooperativa Agro-Pecuária de Cataguá	Taubaté	262
Cooperativa Agro-Pecuária de São Luiz do Paraitinga	São Luiz do Paraitinga	367
Cooperativa Agro-Pecuária Novo Cravinhos	Cravinhos	76
Cooperativa Agro-Pecuária de Paraibuna	Paraibuna	229
Cooperativa Agro-Pecuária de Bauru Ltda.	Bauru	390
Cooperativa Agro-Pecuária do Vale do Paraíba	Cruzeiro	535
	Sub-soma	12 365
	SOMA	12 381

COOPERATIVA DOS PLANTADORES DE ALGODÃO

Cooperativa dos Plantadores de Algodão da Noroeste

(COPAN)

Coroados

79

ANEXO I - em continuação
 COOPERATIVAS DE PLANTADORES DE CANA

Nome	Localidade	Nº de sócios
Cooperativa Lavradores e Fornecedores de Cana de Igarapava	Igarapava	185
Cooperativa Piracicaba de Usinas de Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo	Piracicaba	3 342
Cooperativa Usineiros do Oeste do Estado de São Paulo	Ribeirão Preto	11
Cooperativa Plantadores de Cana da Zona de Lençóis Paulista	Lençóis Paulista	392
Cooperativa Ararense de Plantadores de Cana	Araras	23
	SOMA	3 953
COOPERATIVAS DE PLANTADORES DE OLEAGINOSAS		
Cooperativa Mista dos Plantadores de Oleaginosas de Dois Córregos	Dois Córregos	537
Cooperativa Mista dos Plantadores de Oleaginosas de Botucatu	Botucatu	539
	SOMA	1 076

ANEXO 1 - em continuação

COOPERATIVAS DE TRITICULTORES

Nome	Localidade	Nº de sócios
Cooperativa Triticultores do Sul do Estado São Paulo	Itapeva	736
COOPERATIVAS DE ELETRIFICAÇÃO RURAL		
Cooperativa Eletrificação Rural de Registro	Registro	152
Cooperativa Eletrificação Rural da Região de Presidente Prudente	Presidente Prudente	183
Cooperativa Eletrificação Rural de Mogi das Cruzes	Mogi das Cruzes	249
Cooperativa Eletrificação Rural de Atibaia	Atibaia	38
		SOMA
		622
COOPERATIVAS DE CRÉDITO AGRÍCOLA		
Banco Agrícola Vale do Paranapanema Coop. Central	Capital	608
Banco Agrícola Sul Oriental	Capital	945
Banco da Lavoura de São Paulo	Capital	478
Banco Agrícola Ind. de São Paulo	Capital	1 271
Banco Agrário Financ. Soc. Coop.	Capital	582
Banco do Desenvolvimento Agro Industrial - Coop. Central	Capital	2 529
		sub-soma
		6 413

ANEXO 1 - em continuação
COOPERATIVAS DE CRÉDITO AGRÍCOLA

Nome	Localidade	Nº de sócios
Banco Créd. Agr. e Pop. de Porto Feliz Ltd.	Porto Feliz	510
Banco Agr. de Sta. Rita do Passa Quatro	Sta. Rita do Passa Quatro	1 020
Banco de Ipauçú, Soc. Cooperativa	Ipauçú	475
Coop. Créd. Agr. e Pop. de Grama Ltda.	Gramá	206
Banco Marília, Coop. Regional Crédito	Marília	2 806
Coop. Créd. Agr. de Sta. Branca	Sta. Branca	930
Coop. Créd. Agr. de Guarantan Ltda.	Guarantan	403
Banco Créd. Pop. Agr. José Bonifácio Ltda.	José Bonifácio	423
Banco Agr. Nac. Coop. Central de Crédito	Birigui	4 559
Banco Torrinhá, Soc. Coop. Central	Torrinhá	2 003
Coop. Créd. Agr. de Brotas	Brotas	473
Coop. Créd. Agr. de Valparaíba	Cachoeira Paulista	1 555
Coop. Créd. Agr. de Dois Córregos	Dois Córregos	113
Coop. Créd. Agr. de Itirapina	Itirapina	817
Banco Agr. Mirassol Resp. Ltd. Soc. Coop.	Mirassol	1 038
Banco Agr. Cooperativo de Oriente	Oriente	331
Banco Agro-Ind. Jundiaense	Jundiaí	111
Coop. Créd. Agr. Patrocínio Paulista	Patrocínio Paulista	395
Banco Créd. À Prod. e Melh. Ltda.	Avaré	1 430

ANEXO 1 - conclusão
COOPERATIVAS DE CRÉDITO AGRÍCOLA

Nome	Localidade	Nº de sócios
Coop. Créd. Agr. Bco. do Peq. Agricultor	Presidente Prudente	34
Banco Coop. Créd. Agr. Tupã Resp. Ltda.	Tupã	831
Banco Créd. Agro-Pec. S. Coop. Resp. Ltda.	Bauru	2 291
Banco Agr. Ser. Negra, Soc. Coop. Central	Serra Negra	335
Banco de Ribeirão Preto, Soc. Coop.	Ribeirão Preto	3 355
Coop. Créd. Agr. de Andradina	Andradina	1 738
Coop. Créd. Agr. de Ibirapuera	Inúbia Paulista	422
Coop. Créd. Agr. de Sto. André	Santo André	371
Banco Créd. Vale do Mogi, Soc. Coop.	Leme	793
Coop. Créd. Agr. de Taquaritinga	Taquaritinga	1 318
Banco Créd. Agr. Veracruzense	Vera Cruz	398
Banco de Crédito Agrícola de Bauru Ltda.	Bauru	1 866
Caixa Rural de Paraibuna	Paraibuna	843
Caixa Rural de Guaratinguetá	Guaratinguetá	351
	Sub-soma	34 544
	SOMA	40 957

RESUMO: Cooperativas da Capital 30 481
Cooperativas do Interior 92 434
Total dos Cooperados 122 915

ANEXO 2

EVOLUÇÃO DAS COMPRAS EM COMUM PELAS COOPERATIVAS DE
PRODUTORES RURAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO

EM Cr\$ 1.000

Categoria	Valores absolutos			Valores corrigidos para 1964 (1)		
	1944	1954	1964	1944	1954	1964
Agrícolas Mistas	78,76	529,08	39.966,95	6.325,43	11.710,61	39.966,95
Agropecuárias	0,79	50,55	2.468,84	63,25	1.118,91	2.468,84
Avícolas	-	0,15	2.377,92	-	3,36	2.377,92
Cafeicultores	-	-	2.868,81	-	-	2.868,81
Fruticultores	-	-	13,89	-	-	13,89
Laticínios	0,85	49,16	3.473,09	68,15	1.088,20	3.473,09
Plant. Algodão	1,59	-	-	127,40	-	-
Plant. Oleaginosas	-	-	179,05	-	-	179,05
Plant. Cana	-	8,33	2.495,85	-	184,27	2.495,85
Triticultores	-	-	10,40	-	-	10,40
Criadores de Suínos	-	-	-	-	-	-
Plant. de Mandioca	-	-	-	-	-	-
Sericultores	0,03	-	-	2,35	-	-
Total	82,02	637,27	53.854,80	6.586,58	14.105,35	53.854,80

- 168 -

ANEXO 2 em continuação

EVOLUÇÃO DAS COMPRAS EM COMUM PELAS COOPERATIVAS DE PRODUTORES RURAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO

EM Cr\$ 1.000

Categoria	Valores absolutos			Valores corrigidos para 1964(1)		
	1944	1954	1964	1944	1954	1964
Cooperativas Centrais						
Centrais Agrícolas	19,76	17,98	12.272,88	1.586,88	398,04	12.272,88
Centrais Cafeicultores	-	6,52	71,69	-	144,25	71,69
Central Bananicultores	-	-	180,76	-	-	180,76
Total	19,76	24,50	12.525,33	1.586,88	542,29	12.525,33

(1) Baseado no Índice "2" Nacional da Revista "Conjuntura Econômica" da Fundação Getúlio Vargas.

ANEXO 3

EVOLUÇÃO DAS VENDAS EM COMUM PELAS COOPERATIVAS DE
PRODUTORES RURAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO

EM CR\$ 1.000

	Valores absolutos			Valores corrigidos para 1964 (1)		
	1944	1954	1964	1944	1954	1964
Agrícolas Mistas	142,30	1.284,23	74.415,51	11.428,44	28.425,00	74.415,51
Agropecuárias	1,52	11,86	3.386,65	121,91	262,51	3.386,65
Avícolas	-	1,04	1.213,44	-	23,04	1.213,44
Cafeicultores	16,98	-	29.702,10	1.365,19	-	29.702,10
Fruticultores	2,42	49,45	1.519,01	194,63	1.095,56	1.519,01
Laticínios	11,28	370,93	25.298,93	906,10	8.205,09	25.298,93
Plant. Algodão	10,57	-	-	848,95	-	-
Plant. Oleaginosas	-	-	-	-	-	-
Plant. Cana	-	37,73	-	-	835,16	-
Triticultores	-	-	45,80	-	-	45,80
Criadores de Suínos	-	-	161,94	-	-	161,94
Plant. de Mandioca	0,52	2,19	-	41,88	48,55	-
Sericicultores	0,90	-	-	72,65	-	-
Total	186,49	1.757,43	135.743,38	14.979,75	38.894,91	135.743,38 (2)

- 170 -

ANEXO 3 em continuação

EVOLUÇÃO DAS VENDAS EM COMUM PELAS COOPERATIVAS DOS PRODUTORES RURAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Em Cr\$ 1.000

	Valores absolutos			Valores corrigidos para 1964(1)		
	1944	1954	1964	1944	1954	1964
Centrais Agrícolas	40,32	91,60	21.381,66	3.237,96	2.027,33	21.381,66
Centrais Cafeicultores	16,98	-	17.811,32	1.363,32	-	17.811,32
Central Laticínios	22,32	305,68	15.281,61	1.792,58	6.765,75	15.281,61
Central Bananicultores	-	80,75	517,66	-	1.787,25	517,66
Total	79,62	478,03	54.992,25	6.393,86	10.580,33	54.992,25 (3)

(1) Baseado no Índice "2" Nacional da Revista "Conjuntura Econômica" da Fundação Getúlio Vargas.

(2) Neste total de Cr\$ 135.743,38 estão incluídos todos os valores dos produtos comercializados por Cooperativas de 1º Grau, quer tenham sido vendidos por estas diretamente ou através da respectiva Central.

(3) Neste total de Cr\$ 54.992,25 estão incluídos os valores dos produtos dos sócios singulares das Cooperativas Centrais (Cr\$ 16.545,60) e mais os valores dos produtos das Cooperativas de 1º Grau (Cr\$ 38.446,65) que foram comercializados através das Centrais. Portanto, os valores dos produtos de Cooperativas de 1º Grau, comercializados pelas Centrais estão representados 2 vezes neste quadro, e esta a razão pela qual a soma dos valores Cr\$ 135.743,38 + Cr\$ 54.992,25 dá um total com Cr\$ 38.446,65 para mais, comparado com o total de Cr\$ 152.288,98 do quadro

ANEXO 4

EVOLUÇÃO DOS RETORNOS ACUSADOS PELAS COOPERATIVAS DE
PRODUTORES RURAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO

EM Cr\$ 1.000

Categoria	Valores absolutos			Valores corrigidos para 1964(1)	
	1944	1954	1964	1944	1964
Agrícolas Mistas	2,72	27,08	814,91	218,18	814,91
Agropecuárias	0,04	0,13	212,20	3,41	212,20
Avícolas	-	-	56,61	-	56,61
Cafeicultores	0,53	0,05	253,31	42,25	253,31
Fruticultores	0,01	0,33	23,68	0,45	23,68
Laticínios	0,08	11,52	379,83	6,13	379,83
Plant. Algodão	0,03	-	-	2,31	-
Plant. Oleaginosas	-	-	6,00	-	6,00
Plant. Cana	-	3,88	31,14	-	31,14
Triticultores	-	-	1,59	-	1,59
Criadores de Suínos	-	-	0,39	-	0,39
Plant. de Mandioca	0,02	-	-	1,28	-
Sericultores	0,08	-	-	6,41	-
Total	3,51	42,99	1 779,66	280,42	1 779,66
				951,58	-172,11

ANEXO 4 em continuação

EVOLUÇÃO DOS RETORNOS ACUSADOS PELAS COOPERATIVAS DE
PRODUTORES RURAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO

EM Cr\$ 1.000

Categoria	Valores absolutos			Valores corrigidos para 1964(1)		
	1944	1954	1964	1944	1954	1964
Cooperativas Centrais						
Centrais Agrícolas	0,13	0,18	815,94	10,06	3,99	815,94
Centrais Cafeicultores	0,69	0,10	188,86	55,51	2,18	188,86
Central Laticínios	0,34	7,82	90,62	27,14	173,16	90,62
Central Bananicultores	-	0,25	118,47	-	5,64	118,47
Total	1,16	8,35	1 213,89	92,71	184,97	1 213,89

ANEXO 5

EVOLUÇÃO DAS INSUFICIÊNCIAS ACUSADAS PELAS COOPERATIVAS
DE PRODUTORES RURAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO

EM Cr\$ 1.000

Categoria	Valores absolutos			Valores corrigidos para 1964 (1)	
	1944	1954	1964	1944	1954
Agrícolas Mistas	1,41	4,90	38,31	113,52	108,36
Agropecuárias	0,05	2,79	2,64	4,20	61,67
Avícolas	-	0,03	-	-	0,74
Cafeicultores	0,12	0,11	-	0,99	2,41
Fruticultores	0,20	-	2,69	16,27	-
Laticínios	0,26	0,41	-	21,26	9,10
Plant. Algodão	-	0,64	-	-	14,08
Plant. Oleaginosas	-	-	-	-	-
Plant. Cana	-	0,55	-	-	1,23
Triticultores	-	-	-	-	-
Criadores de Suínos	-	-	-	-	-
Plant. de Mandioca	-	-	-	-	-
Sericicultores	0,04	-	-	2,88	-
Total	2,08	9,43	43,64	159,12	197,59
					43,64

(1) Baseado no Índice "2" Nacional da Revista "Conjuntura Econômica" da Fundação Getúlio Vargas.

BIBLIOGRAFIA

OBRAS CONSULTADAS OU CITADAS

- ANDO, Zempati. Pioneirismo e Cooperativismo: história da Cooperativa Agrícola de Cotia; tradução de José Yamashiro, São Paulo, 1961.
- BULGARELLI, Waldirio. Tratado Geral de Crédito Cooperativo, São Paulo, 1965.
- CALDEIRA, Clovis. Mutirão - Formas de Ajuda Mútua no Meio Rural, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1956.
- CAMARGO, José Francisco de. Crescimento da População no Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos. São Paulo. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 3 volumes, 1952.
- ERDMAN, H.E. & TINLEY, J.M. The Principles of Cooperation and their Relation to Success or Failure. Bulletin nº 758. Berkeley, University of California, 1957.
- FINANCING FARMER COOPERATIVES, FCS Educational Circular 5 - Farmer Cooperative Service - U.S. Department of Agriculture.
- GARDNER, KELSEY B. Managing Farmer Cooperatives, Department of Agriculture, Farmer Cooperative Service, Educational Circular 17, Washington, U.S., 1963.
- LUZ Filho, Fabio. Teoria e Prática das Sociedades Cooperativas; Cooperativa Coeditora Brasília Ltda., Rio de Janeiro, 1945.

LUZ Filho, Fabio. As Cooperativas e os Problemas da Terra. Ed. Melso, Soc. Anonima. Rio de Janeiro, 1967.

MARTINS, Araguaia Feitosa. Revolução Branca no Campo. Editora Brasiliense, São Paulo, 1962.

MILLIET, Sergio. Roteiro do Café. Ed. BIPA, São Paulo, 1946.

PINHO, Diva Benevides. Dicionário de Cooperativismo. Ed. E. Dotto Garcia Ltda. São Paulo, 1961.

PINHO, Diva Benevides. Cooperativas e Desenvolvimento Econômico, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1963.

PINHO, Diva Benevides. Sindicalismo e Cooperativismo. Instituto Cultural do Trabalho, São Paulo, 1964.

PINHO, Diva Benevides. Planejamento Regional e Cooperativismo. Instituto de Pesquisas e Estudos de Cooperativismo, São Paulo, 1965.

PURSELL, Arthur H. Rural Credit Unions in the United States. Departamento of Agriculture, Farmer Cooperative Service, Washington, U.S., 1958.

QUEIROZ, Maria Pereira de. Sitiantes Ligados à Agricultura Comercial, Cadernos de Estudos Rurais e Urbanos, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1968.

SAITO, Hiroshi. O Cooperativismo na Região de Cotia. Ed. Sociologia e Política. São Paulo, 1956.

SAITO, Hiroshi. O Japonês no Brasil; estudo de mobilidade e fixação. Ed. Sociologia e Política, São Paulo, 1961.

STEIN, Stanley J. Grandeza e Decadência do Café. Editora Brasiliense, São Paulo, 1961.

SUL-Coop. Cooperativismo. Secretaria dos Negócios da Economia. Órgão da Diretoria de Assistência ao Cooperativismo. Porto Alegre (R.G.Sul), 1965.

FONTES PRIMÁRIAS CONSULTADAS

Estatutos da Cooperativa de Registro, 1928 - Arquivo do DAC.

Estatutos da Cooperativa Agrícola de Alvares Machado - 1934, - Arquivo do DAC.

Estatutos do Banco Agrícola de Pirassununga - Soc. Coop. Resp. Ltda., 1921 - Arquivo do DAC.

Estatutos do Banco Agrícola de Indaiatuba, 1929 - Arquivo do DAC.

Estatutos da Cooperativa de Crédito Rural de Monte Mór, 1933 - Arquivo do DAC.

Estatutos da Federação Paulista das Sociedades Cooperativas de Café, 1931 - Arquivo do DAC.

Estatutos da Sociedade Cooperativa Agrícola de Promissão, 1932 - Arquivo do DAC.

Estatutos da Sociedade Cooperativa de Produtores Agrícolas de Igarapava, 1933 - Arquivo do DAC.

Estatutos da Cooperativa Vinícola e Agrícola de São Roque, 1933, - Arquivo do DAC.

Estatutos da Sociedade Cooperativa União de Pequenos Lavradores e Operários Agrícolas de Goulart, 1934 - Arquivo do DAC.

Estatutos da Cooperativa Viti-Vinícola e Agrícola do Bairro do Caxambu, 1934 - Arquivo do DAC.

Estatutos da Cooperativa de Produtos Pecuários da Fazenda da 3a. Aliança, 1934 - Arquivo do DAC.

Estatutos da Cooperativa de Laticínios de Areias, 1933 - Arquivo do DAC.

Estatutos do Consórcio Profissional dos Agrários de Sorocaba, 1937 - Arquivo do DAC.

Estatutos da Caixa Rural de Paraibuna, - Arquivo do DAC.

Estatutos do Banco de Crédito Agrícola de Bauru Ltda., 1959 - Arquivo do DAC.

Quadros Estatísticos Anuais do movimento Financeiro das Cooperativas do Estado de São Paulo - 1940/1957 - Arquivo do DAC.

Balanco do movimento anual das cooperativas do Estado, 1964 - Arquivo do DAC.

Relatórios anuais de diversos anos, de cooperativas das categorias citadas, 1940 a 1966.

Brasil, Leis, Decretos, etc. 6a. edição, Departamento de Assistência ao Cooperativismo, Secretaria da Agricultura, São Paulo, 1959 - Publicação nº 146.

Legislação Agro-Pecuária - Período 1930-1936, Diretoria de Publicidade Agrícola, Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, São Paulo, 1938.

Legislação Agro-Pecuária - Período 1937-1947; Diretoria
de Publicidade Agrícola, Secretaria da Agricultura,
Indústria e Comércio, São Paulo, 1938.

ÍNDICE DE TABELAS

	Página
Tabela 1 - Entrada de imigrantes no Estado de São Paulo	12
Tabela 2 - Cooperativas rurais em funcionamento	29
Tabela 3 - Evolução da Cooperativa de Crédito Agrícola Luzzatti.....	61
Tabela 4 - Movimento das Cooperativas de Crédito Agrícola.....	64
Tabela 5 - Cooperativas Mistas com Secção de Crédito.....	71
Tabela 5-A- Empréstimos das Cooperativas Mistas com Secções de Crédito.....	72
Tabela 6 - Cooperativas de Laticínios.....	78
Tabela 7 - Cooperativas de Laticínios.....	79/81
Tabela 8 - Associadas da Central de Laticínios.....	84
Tabela 9 - Cooperativas de Cafeicultores.....	90
Tabela 10 - Cooperativas de Cafeicultores.....	91
Tabela 11 - Situação sócio-econômica das Cooperativas de Cafeicultores.....	95
Tabela 12 - Vendas de Café por Cooperativas de Cafeicultores.....	97
Tabela 13 - Produtos Vendidos por Cooperativas de Cafeicultores.....	102
Tabela 14 - Valor dos produtos vendidos por Cooperativas Rurais.....	105

Tabela 15 - Participação das Cooperativas na Produção do Estado.....	110
Tabela 16 - Vendas em Comum por Cooperativas Agrícolas Mistas.....	119
Tabela 17 - Vendas em Comum por Cooperativas Agropecuárias.....	121
Tabela 18 - Vendas em Comum por Cooperativas de Cafeicultores.....	122
Tabela 19 - Vendas em Comum por Cooperativas de Laticínios.....	123
Tabela 20 - Vendas em Comum por Cooperativas Avícolas.....	124
Tabela 21 - Vendas em Comum por Cooperativas de Fruticultores.....	124
Tabela 22 - Vendas em Comum por Cooperativas de Triticultores.....	125
Tabela 23 - Vendas em Comum por Cooperativas de Criadores de Suínos.....	125
Tabela 24 - Quadro Social das Cooperativas de Produtores Rurais.....	127
Tabela 25 - Cooperativas de Produtores Ru- rais antigas.....	129
Tabela 26 - Cooperativas de Produtores Ru- rais antigas.....	130
Tabela 27 - Financiamentos pelo BNCC.....	150

ÍNDICE DE ANEXOS

Página

1 - Relação das Cooperativas Agrícolas.....	152
Relação das Cooperativas Agropecuárias.....	156
Relação das Cooperativas Avícolas.....	157
Relação das Cooperativas de Cafeicultores.....	158
Relação das Cooperativas de Criadores de Suínos.....	159
Relação das Cooperativas de Fruticultores.....	159
Relação das Cooperativas de Laticínios.....	160
Relação das Cooperativas de Plantadores de Algodão.....	161
Relação das Cooperativas de Plantadores de Cana.....	162
Relação das Cooperativas de Plantadores de Oleoginosas.....	162
Relação das Cooperativas de Triticultores.....	163
Relação das Cooperativas de Eletrificação Rural.....	163
Relação das Cooperativas de Crédito Agrícola.....	163
2 - Evolução das Compras em Comum.....	166
3 - Evolução das Vendas em Comum.....	168
4 - Evolução dos Retornos.....	170
5 - Evolução das Insuficiências.....	172

ÍNDICE

Página

	APRESENTAÇÃO.....	1
CAPÍTULO I	EMERGÊNCIA, ESTRUTURA E ZONEAMENTO DAS COOPERATIVAS.....	7
CAPÍTULO II	COOPERATIVAS AGRÍCOLAS MISTAS.....	38
CAPÍTULO III	COOPERATIVA DE CRÉDITO AGRÍCOLA.....	46
CAPÍTULO IV	COOPERATIVA DE LATICÍNIOS.....	74
CAPÍTULO V	COOPERATIVA DE CAFEICULTORES.....	87
CAPÍTULO VI	POSIÇÃO DAS COOPERATIVAS NA COMERCIALIZAÇÃO.....	104
CAPÍTULO VII	QUADROS ASSOCIATIVOS.....	126
CAPÍTULO VIII	INCENTIVOS FISCAIS E CRÉDITO DADO ÀS COOPERATIVAS.....	139
	BIBLIOGRAFIA.....	173
	ÍNDICE DAS TABELAS.....	178
	ÍNDICE DE ANEXOS.....	180